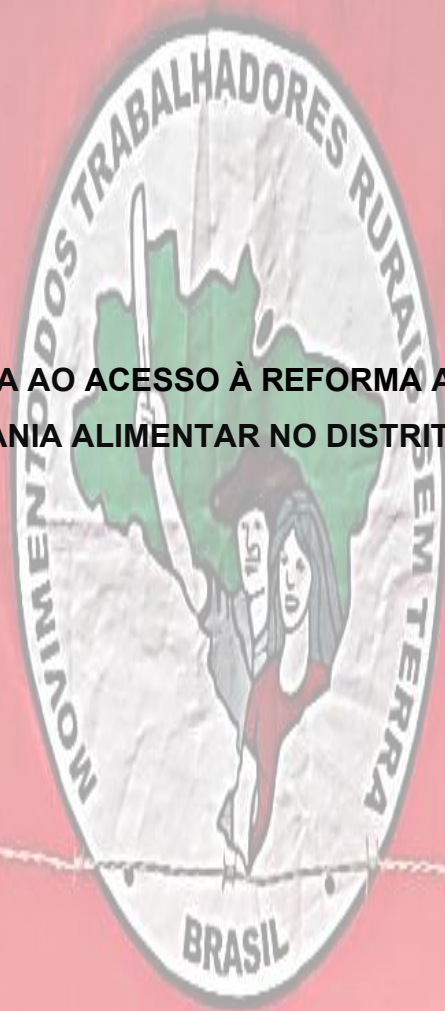




Universidade de Brasília - UNB
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**DA LUTA PELA TERRA AO ACESSO À REFORMA AGRÁRIA: O PROJETO DE
SOBERANIA ALIMENTAR NO DISTRITO FEDERAL**



Adriana Pereira Santos

Brasília - DF:

Maio

2026



Universidade de Brasília - UNB
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**DA LUTA PELA TERRA AO ACESSO À REFORMA AGRÁRIA: O PROJETO DE
SOBERANIA ALIMENTAR NO DISTRITO FEDERAL**

Adriana Pereira Santos

Orientadora: Prof. Dr^a Maria do Socorro Ferreira da Silva

Coorientador: Prof. Dr. José Sobreiro Filho

Brasília – DF



Universidade de Brasília - UNB
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**DA LUTA PELA TERRA AO ACESSO À REFORMA AGRÁRIA: O PROJETO DE
SOBERANIA ALIMENTAR NO DISTRITO FEDERAL**

Adriana Pereira Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte para obtenção do grau de Mestre em Geografia. Área de concentração: Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

Banca Examinadora

Professora Dr^a Maria do Socorro Ferreira da Silva
Departamento de Geografia da Universidade de Brasília
(DGE/PPGEA/UnB)

Prof. Dr. José Sobreiro Filho
Departamento de Geografia da Universidade de Brasília
(DGE/PPGEA/UnB)

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho
Departamento de Geografia da Universidade de Brasília
(DGE/PPGEA/UnB)

Professora Dr^a Janaina Francisca de Souza Campos Vinha
Departamento de Geografia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
(UFTM)

Brasília, maio de 2026.

DEDICATÓRIA

Minha pequena Joana Elizabeth, que foi minha companhia durante a elaboração desta dissertação, jamais esquecerei seus pezinhos e mãozinhas tão delicados, sinais suaves de que a vida florescia dentro de mim. Era você quem, mesmo sem saber, lembrava a mamãe da importância de fazer pausas, de descansar, de acalmar o coração e confiar que tudo daria certo para nós.

Nos momentos de cansaço, quando o tempo parecia longo demais ou a tensão se fazia presente, seus pequenos movimentos me recordavam que eu era abrigo, casa e primeiro mundo que você conhecia. E, assim, meu corpo e meu coração se enchiam de um amor imenso e sereno. Quando passava muito tempo sentada agitada, ou a tensão tomava conta, esses gestos me fazem lembrar que eu era abrigo, casa e o primeiro mundo que você conhecia. E então, meu corpo e coração era tomado por um amor imenso e sereno.

Hoje você é a luz antes mesmo de ter rosto. É amor antes mesmo do primeiro choro. E é por isso filha, que hoje a minha felicidade tem nome: JOANA ELIZABETH.

Às famílias acampadas e assentadas,
dedico esta dissertação como forma de
reconhecimento à contribuição na
construção de uma sociedade mais justa e
igualitária.

AGRADECIMENTO

De uma maneira carinhosa e sincera, gostaria de agradecer a todos que estiveram ao meu lado durante esta jornada, dividindo comigo momentos de alegrias, tristezas, angústias e superando os desafios para enfim finalizar esse ciclo em minha vida.

Gostaria de iniciar agradecendo a minha família, meu namorado Lucas, com quem vamos compartilhar a chegada do nosso bebê. Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, por total apoio e contribuição em minha formação política e identidade de classe. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa. Gostaria de agradecer a minha orientadora e meu coorientador pelo carinho, pela parceria e tempo que disponibilizou para refletir, analisar e me orientar, eles possibilitaram a realização deste estudo.

Aos educadores e educadoras, meu muito obrigado, pois vocês contribuíram para meu processo de formação, eternizando os saberes em forma de práxis, como Paulo Freire já dizia: “O educador se eterniza em cada ser que educa”, dessa forma, meus mais sinceros agradecimentos.

Finalizo agradecendo aos meus colegas que estiveram comigo nas matérias que cursei em minha graduação de turma, a reitoria, direção, a coordenação do curso, a coordenação do Departamento de Geografia, aos servidores(as), motoristas, vigilantes e aos trabalhadores (as) da limpeza, da secretária os meus mais sinceros obrigada.

SER SEM TERRA É SER HERÓI É SER GUERREIRO

Ser Sem Terra é ser herói é ser guerreiro

É viver a vida sem medo de arriscar

É ser amigo,

Ser companheiro,

ser verdadeiro não ter medo de enfrentar

É ter coragem para lutar

Doar suas vidas

Suas batalhas

Desbravar terra

Saltar muralhas

Plantar colher

Muitas vezes sofrer

É ver que a vida passa

E você se torna

Mais um ser na massa

RESUMO

A questão agrária no Brasil é marcada por profundas desigualdades no acesso, uso e propriedade da terra, resultantes de um modelo capitalista no campo que é concentrador e excludente. No Distrito Federal, tais desigualdades manifestam-se por meio da expansão do agronegócio, da especulação imobiliária e da ausência de políticas efetivas de reforma agrária. Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), atua como sujeitos coletivos de transformação social, promovendo a luta pela terra, a soberania alimentar e as práticas agroecológicas voltadas à produção de alimentos saudáveis. A pesquisa tem como objetivo analisar de que maneira a atuação do MST no Distrito Federal contribui para o acesso à reforma agrária e para a construção de um projeto de soberania alimentar. Metodologicamente, o estudo articula levantamento bibliográfico e análise documental, coleta de dados e análise crítica dos resultados. Os resultados indicam que o MST atua como um agente de transformação social, a partir de um projeto de sociedade que vai além da dimensão territorial. Sua atuação no Distrito Federal contribui significativamente para construção de territorialidades que articulam dimensões materiais, políticas, econômicas e simbólicas, consolidando os assentamentos como espaços de resistência e existência. A pesquisa evidenciou profundas desigualdades no acesso à terra no Distrito Federal, resultantes da concentração fundiária e de renda associado a carência de políticas públicas efetivas voltadas ao fortalecimento dos assentamentos. Nesse contexto, a agroecologia apresenta-se como uma estratégia para a promoção da soberania alimentar e o enfrentamento da insegurança alimentar. Contudo, a ausência de planejamento territorial integrada a ações efetivas limita sua consolidação. Conclui-se que a articulação entre planejamento, políticas públicas e soberania alimentar constitui-se enquanto eixo para a redução das desigualdades se para a garantia de uma alimentação saudável e justa no Distrito Federal.

Palavras-chave: Alimentação, Brasília, movimentos socioterritoriais, questão agrária.

ABSTRACT:

The countryside that concentrating and exclusionary. In the Federal District, such inequalities are manifested through the expansion of agribusiness, real estate speculation and the absence of effective agrarian reform policies. In this context, the Landless Workers Movement (MST) acts as collective subjects of social transformation, promoting the fighting for land, food sovereignty and agroecological practices aimed at the production of healthy food. The research aims to analyze how the performance of the Landless Rural Workers Movement (MST) in the Federal District contributes to access to agrarian reform and to the construction of a food sovereignty project. Methodologically, the study combines bibliographic research and document analysis, data collection, and critical analysis of the results. Its work in the Federal District contributes significantly to the construction of territorialities that articulate material, political, economic and symbolic dimensions, consolidating the settlements as spaces of resistance and existence. The research revealed profound inequalities in access to land in the Federal District, resulting from land and income concentration associated with, and a lack of effective public policies aimed at strengthening settlements. In this context, agroecology presents itself as a strategy for promoting food sovereignty and addressing food insecurity. However, the absence of territorial planning integrated with effective actions limits its consolidation. It is concluded that the articulation between planning, public policies, and food sovereignty constitutes a key axis for reducing inequalities and guaranteeing healthy and fair food in the Federal District.

Keywords: Food, Brasilia, socio-territorial movements, agrarian question

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE FIGURAS	13
LISTA DE QUADROS	14
LISTA DE GRÁFICOS	15
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	16
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 - DESVENDANDO AS TERRAS DO PLANALTO CENTRAL: A JORNADA METODOLÓGICA DA PESQUISA	23
1.1 - SUJEITOS E RECORTE TERRITORIAL DA PESQUISA.....	24
1.2 PERSPECTIVAS REFLEXIVAS SOBRE A PESQUISA	26
1.3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
1.3.1 - Levantamento bibliográfico e análise documental	33
1.3.2. - Coleta de dados	34
1.3.3 - Organização e análise crítica dos resultados de pesquisa	39
CAPÍTULO 2: DA TERRA DO CAPITAL À LUTA PELO ACESSO À REFORMA AGRÁRIA	43
2.1 DA TERRA NEGADA, NASCE A LUTA: A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA- MST.....	44
2.2 TERRITÓRIO EM CONSTANTE DISPUTA: TERRITORIALIDADE E A FORÇA COLETIVA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS	52
2.3 ENTRE CONCRETO E O CAMPO: A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NO DISTRITO FEDERAL E A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	57
2.3.1 A estrutura fundiária do Distrito Federal no contexto da ocupação territorial.....	58
2.3.2 A produção agrícola no Distrito Federal	65
2.4 QUANDO A TERRA SE TORNA CONFLITO: A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA, A GRILAGEM E O AGRONEGÓCIO ENQUANTO EXPRESSÃO DE DISPUTAS NO DISTRITO FEDERAL	67
2.5 OS ASSENTAMENTOS DO MST NO DISTRITO FEDERAL COMO EXPRESSÃO DAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO TERRITÓRIO.....	73
CAPÍTULO 3: TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: O MST E A SOBERANIA ALIMENTAR NO DISTRITO FEDERAL	78
3.1 SEGURANÇA ALIMENTAR VS. SOBERANIA ALIMENTAR: DISPUTAS TEÓRICO-CONCEITUAIS E A TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO DISTRITO FEDERAL.....	80
3.1.1 O ato de se alimentar no Distrito Federal: entre a segurança e a soberania alimentar	82
3.2 DESIGUALDADES SOCIOTERRITORIAIS E A GEOGRAFIA DA FOME NO DISTRITO FEDERAL	84

3.3 O MST E A REFORMA AGRÁRIA POPULAR: ENQUANTO UM PROJETO POLÍTICO PARA O CAMPO BRASILEIRO	92
3.3.1 Os Assentamentos e a produção agroecológica no Distrito Federal	97
3.4 POLÍTICA PÚBLICA, COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR NO DISTRITO FEDERAL	103
3.5 SOBERANIA ALIMENTAR COMO PLANEJAMENTO TERRITORIAL NECESSÁRIO PARA COMBATER A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO DISTRITO FEDERAL	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
ANEXO	124
ANEXO I: OFÍCIO Nº 1017/2025- ETR/PRESI/GABIN – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	125
APÊNDICE	128
APÊNDICE A: QUADRO BASES TEÓRICAS DA PESQUISA	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos estabelecimentos agropecuários no Distrito Federal 1960-1970.....	61
Tabela 2: Evolução do número de estabelecimentos agropecuários, por grupos de áreas total no Distrito Federal 1970 a 2017.....	64
Tabela 3: Renda média domiciliar mensal	86
Tabela 4: Orçamento do Distrito Federal e investimento em agricultura 2020 – 2025.....	108

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Limites do Distrito Federal.....	24
Figura 2: Mosaico de fotos de campo	36
Figura 3: Processo de espacialização e consolidação do MST.....	47
Figura 4: 1º Encontro Nacional do MST, Cascavel-PR, 1984.....	48
Figura 5: 1º Congresso Nacional do MST, Curitiba-PR, 1985.....	49
Figura 6: Expressão quantitativa da atuação do MST, 2025.....	51
Figura 7: Uso e ocupação do solo do Distrito Federal	63
Figura 8: A produção agrícola do Distrito Federal 2024.....	66
Figura 9: Ocupação Fazenda Sálvia, hoje assentamento Pequeno Willian.....	74
Figura 10: Mobilizações realizada em Brasília, para reivindicar a desapropriação de áreas.....	75
Figura 11: A insegurança alimentar no Distrito Federal.....	83
Figura 12: Índice de Gini do Distrito Federal	88
Figura 13: Plenária de debates do 6º Congresso do MST em Brasília.....	93
Figura 14: Marcha em Brasília durante o 6º Congresso do MST em Brasília.....	94
Figura 15: Objetivos que guiam a Reforma Agrária Popular.....	96
Figura 16: Jornada de lutas das mulheres – Assentamento 8 de março Planaltina-DF	98
Figura 17: Entrega de maquinário assentamento Oscar Niemeyer, em Brazlândia.....	99
Figura 18: Variedade de produtos dos Assentamentos comercializados na Feira da Ponta Norte, na SQN 216, no Plano Piloto em Brasília.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Assentamentos do MST no Distrito Federal.....	26
Quadro 2: Estrutura do pensamento da pesquisa.....	29
Quadro 3: Objetivos específicos da pesquisa.....	30
Quadro 4: Sistematização dos dados de campo.....	35
Quadro 5: Levantamento dos dados secundários.....	38
Quadro 6: Resumo da dissertação.....	41
Quadro 7: Núcleos rurais e colônias agrícolas no Distrito Federal – 1970 e na atualidade	60
Quadro 8: Políticas públicas e leis relacionadas aos conflitos	69
Quadro 9: Conflitos e impactos nos assentamentos em matérias jornalísticas	71
Quadro 10: Assentamentos do MST no Distrito Federal, segundo número de famílias, localização e ano de constituição	76
Quadro 11: Comparação entre as reforma agrárias	95
Quadro 12: A produção nos Assentamentos do Distrito Federal	101
Quadro 13: Política e programas de segurança alimentar no DF	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Índice de vulnerabilidade do DF.....	89
Gráfico 2: Produção agrícola no Distrito Federal 2014 a 2024	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAISAN-DF - Câmara intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra

DF - Distrito Federal

DN - Direção Nacional

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMATER - DF - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal

ETR- Empresa de regularização de Terras Rurais

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

GEA- Grupo de Estudos Agrários

GDF - Governo do Distrito Federal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa e Estatística

ICMS- Imposto sobre circulação e serviços

ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária

IPE-DF - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

LGBTQI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, intersexuais

MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária

MPDFT - Ministério Público do Distrito Federal e Território

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAD- DF - Programa de Assentamentos Dirigido do Distrito Federal

Papa/DF - Programa de Aquisição da Produção da Agricultura

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio

RIDE-DF - Região Integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SEAGRI- Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

SEDEST- Secretaria de Desenvolvimento Social

SEDUH - Secretaria de Estado de desenvolvimento Urbano e Habitação

SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática

SUS- Sistema Único de Saúde

TERRACAP - Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal

UNB - Universidade de Brasília

INTRODUÇÃO

A questão agrária no Brasil permanece, em pleno século XXI, como um dos grandes entraves estruturais do país. O processo de formação socioespacial que deu origem à estrutura fundiária brasileira, consolidou um padrão profundamente concentrador, marcado pela violência, exclusão e subordinação das populações tradicionais e camponesas aos interesses das elites agrárias.

Essa configuração produziu um campo permanentemente tensionado por conflitos e projetos antagônicos, evidenciando a constante disputa entre diferentes formas de uso, posse e propriedade da terra. Essas disputas por sua vez atribuem ao território significados políticos, sociais e econômicas e reflete as contradições presentes na organização do campo brasileiro.

As marcas dessa problemática expressam-se na desigualdade de acesso, uso e propriedade da terra, resultado de um modelo capitalista de desenvolvimento socioterritorial excludente e concentrador. Conforme destaca Stédile (2021), essas dimensões estruturam a análise da questão agrária e revelam as contradições de um país em que a terra, embora geradora de riqueza, também se configura como fonte constante de conflitos e desigualdades.

Nesse contexto, a luta pela terra emerge como elemento constitutivo da produção do espaço agrário, evidenciando desigualdades socioterritoriais que se atualizam na contemporaneidade. Tais contradições manifestam-se por meio dos conflitos agrários, das disputas por políticas públicas e tensões entre projetos distintos de uso e apropriação da terra.

É nesse cenário que o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) emerge, nos anos 1980, como um movimento socioterritorial que articula práticas coletivas de resistência, reivindicações por políticas públicas estruturais e um projeto alternativo de transformação das relações sociais e produtivas no campo (Fernandes, 2005). A luta do MST não se limita à terra enquanto recurso econômico, mas está vinculada à construção da justiça social no campo.

Sendo assim, a materialização da Reforma Agrária Popular¹ enquanto um projeto territorial para o campo, transformação social, diversidade produtiva,

¹ Esse tema será mais bem desenvolvido no capítulo 3, subseção 3.3 O MST e a Reforma Agrária Popular: Enquanto um projeto político para o campo brasileiro

autonomia camponesa, democracia do território articula questões históricas, econômicas, sociais, ambientais, políticas e culturais nos assentamentos do MST, visam à: justiça social, produção agroecológica, soberania alimentar, democratização da terra e cultura e memória apresentados, orientam práticas, identidades e estratégias de resistência que se manifestam tanto na defesa do território quanto na construção de um projeto produtivo popular (Martins; Nunes e Gasparin, 2021).

Nesse sentido, é pertinente destacar os assentamentos do MST, como sujeitos centrais dessa pesquisa, compreendidos como territórios vivos, instrumento de luta e de transformação social. Esses espaços protagonizam novas formas de compreender o campo, assumindo tratamento multidimensional da vida e desempenham papel essencial na construção da existência, identidade e cultura camponesa (Fernandes, 2005; Haesbaert, 2020).

Apesar de frequentemente negligenciados, os assentamentos exercem papel essencial na construção de territórios como instrumentos de luta e emancipação social. São, portanto, territórios em disputa e (re)existência, que expressam processos de resistência e organização da vida camponesa. Para Fernandes (2005) e Haesbaert (2020), esses territórios constituem espaços de construção coletiva, nos quais semeiam relações de igualdade, participação democrática, respeito à diversidade e à vida em suas múltiplas dimensões. Além de se articularem e se territorializarem com o seu entorno, desempenham função educativa na formação social e política dos assentados e assentadas (Fernandes, 2005; Haesbaert, 2020).

A formação socioespacial do Distrito Federal está diretamente relacionada ao projeto nacional de interiorização e modernização do território brasileiro, intensificado a partir da construção de Brasília na década de 1960. Esse processo foi acompanhado por profundas desigualdades e marcado pela concentração fundiária e pela seletividade da terra.

Embora frequentemente associada à imagem de uma cidade planejada e fortemente urbanizada, a constituição do território do Distrito Federal consolidou um modelo com uma centralidade política e administrativa, um espaço agrário bastante fragmentado em que abriga extensas áreas rurais submetidas a intensas pressões decorrentes da especulação imobiliária, da grilagem de terras e da expansão do agronegócio. A ausência de uma política efetiva de reforma agrária contribui para o aprofundamento das desigualdades territoriais, frequentemente negligenciadas pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

Assim, compreender a questão agrária no Distrito Federal, exige ir além dos limites geográficos da capital e enxergar o território em disputa, as vozes silenciadas e os projetos que se constroem. É nesse cenário de grande contradição que o MST se territorializa no Distrito Federal, pois articula a luta pela terra e a construção de territórios de resistência e da vida camponesa.

Mais do que espaços de produção, os assentamentos são espaços de identidade, de resistência camponesa, de reprodução de modos de vida, de organização coletiva e de práticas agroecológicas. Assim, constituem-se, portanto, como expressão concreta dessa territorialização da luta social, práticas produtivas, organizativa e culturais e reafirmam o território como espaço de resistência e identidade.

Nesse contexto, a discussão sobre soberania e segurança alimentar torna-se conceitos centrais para compreender as dinâmicas dimensões políticas e sociais da Reforma Agrária Popular no Distrito Federal. Não se limita a diferenças conceituais, mas expressa uma divergência ideológica sobre os projetos de produção e da organização de produzir alimentos no campo.

A segurança alimentar, termo usado pelos organismos internacionais e incorporado nas políticas públicas, tende a enfatizar o acesso regular a alimentos em quantidade suficiente (FAO, 1996). Em contrapartida, a soberania alimentar amplia o debate ao defender o direito dos povos sobre seus próprios sistemas alimentares e agrícolas, bem como suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos saudáveis, respeitando suas características culturais e territoriais (Bezerra, 2021; Zanotto, 2017).

Em vista disso, cabe elencar as questões norteadoras que orientam o desenvolvimento desta investigação. Sendo assim, a questão central é: Como a atuação do MST no Distrito Federal contribui para o acesso à reforma agrária e para a construção de um projeto de soberania alimentar?

Como desdobramento da questão central, destacam-se as seguintes questões secundárias: Como se ocorreu o processo de formação do MST no Brasil e sua territorialização no Distrito Federal? De que forma os conflitos decorrentes da especulação imobiliária, da grilagem de terra e a expansão do agronegócio geram disputas nos assentamentos do MST? Quais os principais assentamentos do Distrito Federal e como eles se articulam com as dimensões histórica, cultural, econômica, social política e ambiental do território? Quais são os desafios enfrentados pelos

assentados em relação às políticas públicas, à comercialização da produção, à infraestrutura e à permanência nos territórios conquistados? De que maneira as práticas produtivas e a organização dos assentamentos contribuem para a construção da soberania alimentar no Distrito Federal?

Assim, o objetivo central da pesquisa é analisar de que maneira a atuação do MST no Distrito Federal contribui para o acesso à reforma agrária e para a construção de um projeto de soberania alimentar. Para alcançar esse objetivo, definem-se os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Compreender o processo de formação do MST no Brasil e sua territorialidade no Distrito Federal;
- ✓ Identificar os principais conflitos e as disputas territoriais, que impactam diretamente nos assentamentos do MST no Distrito Federal, como consequência da especulação imobiliária, grilagem de terra e o avanço do agronegócio;
- ✓ Caracterizar os assentamentos do MST no Distrito Federal a partir das dimensões histórica, cultural, econômica, social, política e ambiental;
- ✓ Analisar os principais desafios enfrentados pelos assentados e assentadas no que se refere às políticas públicas, a comercialização da produção, a infraestrutura e à permanência nos territórios conquistados;
- ✓ Investigar de que forma as práticas produtivas e a organização dos assentamentos contribuem para a construção da soberania alimentar no Distrito Federal.

Sendo assim, a presente pesquisa está organizada em três capítulos, que se complementam na construção e desenvolvimento do debate e das reflexões propostas. Cada capítulo busca responder às questões e objetivos da pesquisa, contribuindo de maneira progressiva para a compreensão da temática, a partir de diferentes abordagens teóricas e metodológicas.

No Capítulo 1, intitulado “Desvendando as terras do Planalto Central: a jornada metodologia da pesquisa” são apresentados os fundamentos e a estrutura teórica - metodológica que orientam o desenvolvimento deste estudo. Sendo assim, o capítulo busca explicitar o percurso investigativo adotado destacando o método e as etapas que sustentam a construção do conhecimento científico. Inicialmente, são apresentados os sujeitos e a área de estudo, seguidos por reflexões sobre o

processo investigativo e os caminhos percorridos ao longo da pesquisa. Em seguida, descreve-se os procedimentos metodológicos e, por fim, a organização e análise crítica das informações obtidas, etapas fundamentais para a construção e interpretação dos resultados obtidos.

O Capítulo 2, denominado “Da terra do capital à luta pelo acesso à reforma agrária”, desenvolve uma análise geográfica voltada à compreensão dos conflitos e disputas territoriais no Distrito Federal. Inicialmente, discute-se a formação do MST e sua relevância histórica e sua importância na luta pelo acesso à terra. Em seguida, são abordadas as noções de território e territorialidade, destacando a conceituação dos movimentos socioterritoriais na construção de formas coletivas de lutas e resistência. O capítulo também aborda a formação socioespacial do Distrito Federal, a consolidação da estrutura fundiária e a dinâmica da produção agrícola na região. Na sequência, busca analisar como a especulação imobiliária, a grilagem de terras e a expansão do agronegócio vem intensificando os conflitos no campo, e evidencia os assentamentos do MST como expressão concreta das múltiplas dimensões do território e da luta pela terra no Distrito Federal.

No Capítulo 3, destinado aos “Territórios de resistência: o MST e a soberania alimentar no Distrito Federal”, analisa a luta pela terra, o acesso à reforma agrária e a construção de um projeto de soberania alimentar na região. O capítulo inicia com a discussão teórico-conceitual entre segurança alimentar e soberania, suas diferenças e perspectivas sobre o direito à alimentação. Em seguida, aborda-se a geografia da fome e as desigualdades socioterritoriais presentes no Distrito Federal, os desafios relacionados ao acesso à alimentação. O capítulo também apresenta a Reforma Agrária Popular defendida pelo MST, com destaque para os assentamentos do Distrito Federal enquanto experiências de produção agroecológicas e estratégias voltadas à autonomia camponesa. O capítulo encerra-se com o papel das políticas públicas para consolidação da soberania alimentar e a importância de um planejamento territorial, instrumento fundamental para enfrentamento da insegurança alimentar no Distrito Federal.

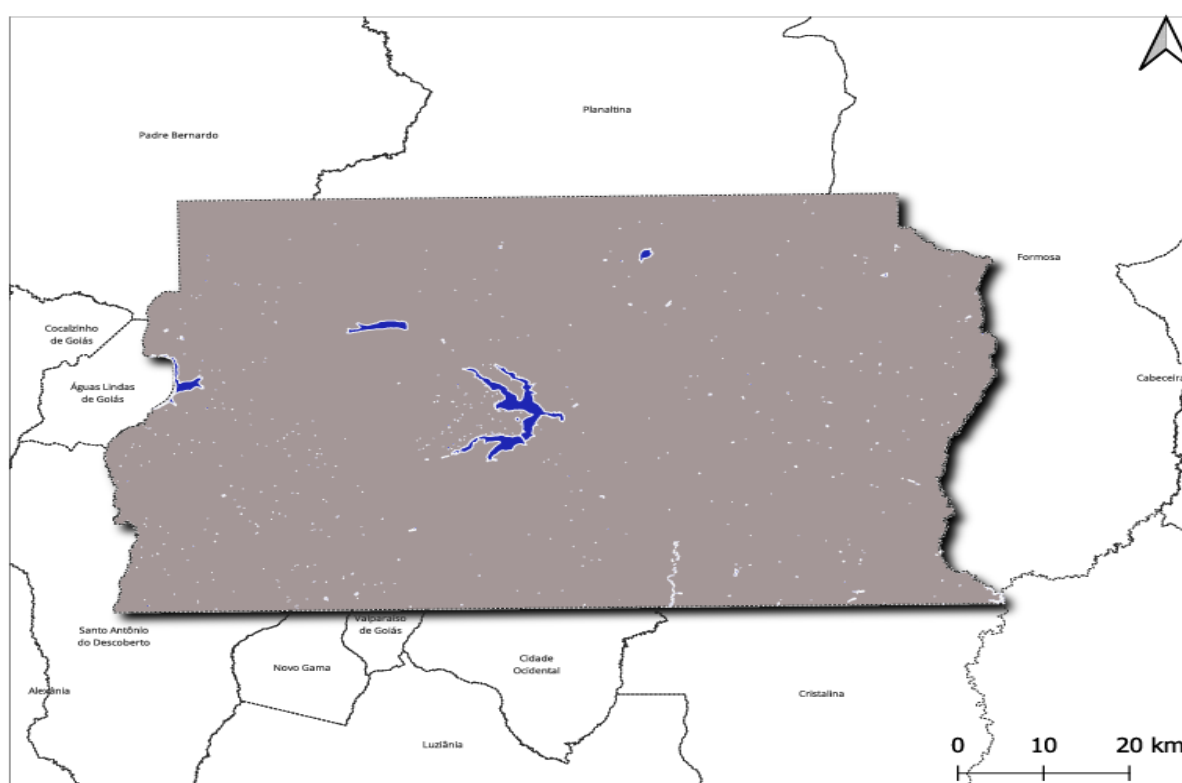
CAPÍTULO 1 - DESVENDANDO AS TERRAS DO PLANALTO CENTRAL: A JORNADA METODOLÓGICA DA PESQUISA

“Quando você muda o modo de enxergar
as coisas, as coisas que você observa,
também mudam”.
(Débora Henrique).

1.1 - SUJEITOS E RECORTE TERRITORIAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Distrito Federal (Figura, 1), cuja população estimada segundo o IBGE, é de aproximadamente 3,2 milhões de habitantes, distribuída em uma área de 5. 760,78 km² (IBGE, 2022). Trata-se, portanto, de uma unidade federativa singular no contexto brasileiro, tanto por se tratar de uma organização com aspectos político-administrativos quanto por sua configuração territorial, que influenciam diretamente as dinâmicas socioespaciais analisadas nesta pesquisa.

Figura 1: Limites do Distrito Federal



LEGENDA

Corpos de água

- ÁGUA
- Limites do Distrito Federal

Sistema de Coordenadas Geográficas

SGR: SIRGAS 2000

Fonte de dados: GEOPORTAL- Limites Distrito federal e corpos de água (2019)

Autor: Adriana Pereira Santos

Conforme o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT, 2021), o território estruturado em três grandes regiões a macrozona: rural, corresponde a 3.053,213 km², (53% do território), destinados predominantemente à produção agropecuária, a macrozona de proteção integral com 633,68 km² (11%)

voltada à conservação ambiental e a área urbana, que representa 2.073,88 km² (36%) e concentra a maior parte da população. Assim, tal organização aponta as múltiplas funções atribuídas ao território do Distrito Federal, revelando tensões entre produção, preservação e urbanização.

O estudo teve como foco os assentamentos do MST. Tais territórios se constituem, em áreas que, anteriormente, eram grandes propriedades improdutivas, terras de grilagem ou terras devolutas e que, por meio de luta e da organização coletiva foram transformadas em espaços da reprodução social das famílias camponesas (Fernandes, 2000). Os sujeitos da pesquisa, trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra organizados coletivamente, são compreendidos como indivíduos históricos, culturais e sociais, agentes territoriais que refletem a resistência, a solidariedade e a busca por um modo de vida justo e sustentável de resistência no campo (Fernandes, 2000).

O Distrito Federal foi definido como recorte territorial do estudo, com destaque para duas Regiões Administrativas: Brazlândia e Planaltina, áreas que concentram os assentamentos vinculados ao MST. Essas regiões apresentam dinâmicas produtivas distintas e, em certa medida, contrastantes. Em Brazlândia, predomina a produção de hortaliças e frutas, voltada majoritariamente ao abastecimento local. Já em Planaltina, por sua vez, observa-se a predominância da produção de grãos em larga escala, característica do modelo de agronegócio.

Dessa forma, coexistem no território dois modelos antagônicos de produção: de um lado, o agronegócio, orientado pela monocultura e pela lógica da exportação; e do outro lado, a agricultura camponesa, e tem como centralidade o trabalho familiar e na produção de alimentos. Essa coexistência revela disputas territoriais no campo econômico, social, político e econômico.

Para a realização da pesquisa, foram considerados oito assentamentos (Quadro 1), sendo cinco localizados em Brazlândia, que abrigam aproximadamente 112 famílias assentadas, e três em Planaltina, com cerca de 197 famílias. Dessa forma, o estudo abrangeu um universo de 309 famílias, distribuídas nesses territórios, configurando uma amostra uma parcela significativa da atuação do MST no Distrito Federal.

Quadro 1: Assentamentos do MST no Distrito Federal²

Nome	Quantidade de Famílias	Área média por família (ha)	Regiões Administrativas
Gabriela Monteiro	21	5	Brazlândia
Canaã	66	5	Brazlândia
Oscar Niemeyer	5	5	Brazlândia
Graziela Alves	10	5	Brazlândia
Dorothy Stang	10	5	Brazlândia
Márcio Matos	5	2	Planaltina
Pequeno William	22	5	Planaltina
Oziel Alves	170	7	Planaltina

Fonte: Elaboração própria, 2025

A partir dos dados apresentados na Tabela 1, evidencia-se a diversidade entre os assentamentos estudados, tanto no que se refere ao número de famílias quanto na área disponível por famílias. Nesse sentido, demonstra as especificidades histórica e territorial de cada assentamento, marcadas por relações sociais, estratégias de reprodução e produção da vida que se articulam no interior do movimento.

1.2 PERSPECTIVAS REFLEXIVAS SOBRE A PESQUISA

Alvorecemos essa discussão a partir das trilhas que nos conduziram à compreensão do objeto de pesquisa, entendido como algo em constante movimento, que reflete e expressa as dinâmicas do mundo situado³. Trata-se de um objeto concebido como uma construção histórica, política, social e prática, moldada pelas ações e interações sociais.

Nesse sentido, pesquisar não significa se abster-se, mas sobretudo, produzir conhecimento que emerge vida prática, interação dialética existente entre o sujeito e objeto e vice-versa, bem como o indivíduo e a sociedade. Não há conhecimento sem um objeto a conhecer; por isso, conhecimento é um fato indiscutível, adquirido e

² A pesquisa se baseou nos assentamentos do Distrito Federal, embora o MST do DF tenha como base alguns assentamentos dos municípios do nordeste goiano e noroeste mineiro.

³ Conceito desenvolvido pelo professor Carlos Walter Porto Gonçalves.

conquistado, ele se constitui como um processo cotidiano dos sujeitos (Lefebvre, 1974). Afinal, o devir da ciência é, essencialmente, um devir social (Lefebvre, 1974).

A pesquisa nasce da inquietação diante da realidade concreta e de suas contradições. O espaço geográfico, conforme aponta Moreira (1982), reflete e, ao mesmo tempo, apresenta máscara as relações sociais, de classe e de poder, de modo que sua essência não se manifesta imediatamente. Assim, exige um trabalho de investigação científico e crítica, capaz de revelar os processos que a determinam (Marx, 1988).

O método, compreendido como um sistema coerente de ideias, constitui uma escolha fundamental no percurso da pesquisa. Ao adotar um método filosófico consistente que possibilita superar dicotomias e contradições espaciais (Souza, 2019; Costa e Scarlato, 2019), na medida que expressa uma leitura filosófica, ontológica e epistemológica do movimento do mundo. Trata-se, portanto, de um instrumento intelectual que permite interpretar a realidade objetiva, estabelecendo uma relação consistente entre vertentes teóricas, categorias filosóficas, e conceitos científicos, princípios estabelecidos e procedimentos metodológicos sob a perspectiva da dialética (Spósito, 2004).

Sob uma ótica multidimensional, pois ao começar a explorar e questionar e problematizar essa realidade, o pesquisador se depara com um mundo que julgava conhecer, mas que se revela desconhecido, complexo, marcado por lutas e por processos de (re)existência (Cunha, 2017). Trata-se de recusar a realidade como algo dado ou romantizado, reconhecendo-a como resultado de um processo socioespacial, construído no cotidiano e apreendido a partir das experiências concretas. Afinal, o pensamento está em constante movimento, e a realidade, por sua vez, é concreta, múltipla, diversa e contraditória (Cunha, 2017).

A metodologia utilizada nesta pesquisa não se restringe a um conjunto de técnicas, mas constitui uma de investigação que se realiza na relação dialética entre teoria e prática. A construção do método e a metodologia em uma dissertação representa o caminho, o modo de pensar do pesquisador, envolvendo o conjunto de processos ou operações mentais empregados na investigação e constitui a forma pelo qual o pesquisador interpreta o mundo (Prodanov; Freitas 2013).

Dessa forma, a construção desta pesquisa fundamenta-se em uma perspectiva geográfica, partindo do princípio de que examinar a realidade implica compreendê-la

a partir das identidades, dos símbolos, apropriação da natureza e das relações de poder (Cunha, 2017).

Adotou-se como método de análise a dialética, sob perspectiva do materialismo histórico, em razão de sua capacidade de desvelar a realidade investigada. Essa abordagem permite apreender o desenvolvimento desigual e combinado do espaço geográfico, considerando seu processo histórico e social a partir do concreto vivido e das relações de classe, evidenciando as contradições inerentes ao objeto analisado (Spósito, 2004; Cunha, 2017).

Nesse contexto, a escolha da categoria operativa “território” revela coerência metodológica, uma vez que o território não é concebido apenas como um espaço físico delimitado, mas como uma construção social resultante de práticas, disputas e lutas que o constituem ao longo do tempo. A pesquisa utilizou-se, uma abordagem quali-quantitativa, combinando técnicas quantitativas e qualitativas, por possibilitar uma compreensão mais abrangente e profunda do objeto investigado.

No tratamento dos dados, adotou-se a análise exploratória, por permitir identificar os fatores que originam determinado fenômeno, enquanto a análise descritiva possibilitou estabelecer relações entre as variáveis, indo além da simples identificação e contribuindo para compreensão de sua natureza (Prodanov, Freitas 2013). Tais procedimentos foram essenciais para responder às questões e aos objetivos da pesquisa.

Esses procedimentos articulam-se aos princípios geográficos elaborados por Jean Brunhes. O primeiro é o da “conexidade”, segundo o qual os fenômenos devem ser compreendidos não como algo isolado, fechado em si mesmo, mas enquanto uma totalidade complexa que está em movimentos permanentes”. O segundo é o princípio da “atividade”, que entende a realidade como um processo em que tudo se transforma, através de movimentos contraditórios, mutáveis e dinâmicos (Castilho, 2017).

1.3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa estruturou seus procedimentos metodológicos articulação entre teoria e empiria, considerando as dinâmicas complexas dos assentamentos. O estudo foi organizado em três eixos metodológicos interdependentes, articulados de forma dialética que subsidiaram os objetivos propostos: a) levantamento bibliográfico e análise documental; b) coleta de dados; c) organização e análise crítica dos resultados.

Com base nas etapas delineadas, observa-se, no Quadro 2 um resumo da estrutura que orienta a pesquisa, a qual busca compreender, sob ótica geográfica, as disputas territoriais e suas implicações para um planejamento da segurança alimentar no Distrito Federal.

Quadro 2: Estrutura do pensamento da pesquisa

METODOLOGIA		DESCRIÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
MÉTODO	Materialismo histórico e dialético	Desvelar a realidade pesquisada	Compreender as contradições existentes no campo do Distrito Federal.
ABORDAGEM	Quali-quantitativas	Dados estatísticos Análise subjetivas	Permitirá uma melhor sistematização objetiva e subjetiva da realidade.
OBJETIVO	Descritivo Exploratório	Explorar e Compreender	Permite explorar detalhadamente o fenômeno pesquisado.
PROCEDIMENTOS	Revisão Bibliográfica	Levantamento bibliográfico e análise documental	Estabelecer relações e conexões entre as categorias e conceitos essenciais da pesquisa, além de servir de subsídio para os demais procedimentos
	Coleta de dados	Órgãos e entidades em escala global, nacional, regionais e locais	As informações coletadas foram analisadas e tabuladas, dará base para reflexão e elaboração de produtos em forma de organogramas, tabelas, gráficos e mapas.
	Análise dos resultados de pesquisa	Análise crítica	Interpretar os dados coletados para transformar informações em conhecimento

Fonte: Elaboração própria, 2025

Partindo do questionamento central: Como se ocorreu o processo de formação do MST no Brasil e sua territorialização no Distrito Federal? A pesquisa buscou analisar, sob enfoque geográfico, as dinâmicas socioterritoriais que caracterizam o campo no Distrito Federal.

O objetivo geral da pesquisa, que constitui em analisar como a atuação do - MST contribui para construção de território da Reforma Agrária Popular no Distrito

Federal, considerando fatores como a especulação imobiliária, a grilagem de terras e o avanço do agronegócio, entendidos como expressões dos conflitos, fundiários e as dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas. Para tanto, adotou-se uma abordagem metodológica baseada em levantamento bibliográfico e análise documental, coleta de dados, observação participante, permitindo compreender os fatores que impactam a vida dos sujeitos pesquisados.

A observação participante, conforme conceituada por Silva (2009; 2019), constitui uma abordagem teórica metodológica amplamente utilizada nas ciências sociais, permitindo a interação direta e contínua entre o pesquisador e os sujeitos do estudo. Sob essa perspectiva, mostrou-se relevante para compreensão da luta pela terra ao acesso à reforma agrária e o projeto de soberania alimentar, como se estrutura as práticas agroecológicas, as formas de organização, produção e as iniciativas voltadas a construção da soberania alimentar no Distrito Federal.

Ademais, sua utilização exigiu o exercício introspectivo, uma vez que minha inserção prévia como militante do MST demonstrou um deslocamento analítico, permitindo reinterpretar essa experiência a partir de uma postura de pesquisadora, própria do fazer científico.

A sistematização constante no Quadro 3 confirma o cumprimento dos objetivos específicos e ratifica a eficácia do delineamento dos procedimentos na obtenção dos resultados desta dissertação.

Quadro 3: Objetivos específicos da pesquisa

Objetivos específicos	Foi alcançado a partir de ⁴ :
Compreender o processo de formação do MST no Brasil e sua territorialidade no Distrito Federal.	Revisão bibliográfico e análise documental: livros, artigos acadêmicos, notícias jornalísticas e informações contidas no site do MST. Coleta de dados: conversas informais com dirigentes, observação participante de atividades promovidas pelo MST. Os dados coletados possibilitaram compreender o processo de espacialização do MST no Brasil e territorialização no Distrito Federal. O movimento emerge no contexto de luta por reforma agrária, mas passa a estruturar-se a partir das ocupações de terra. Sua territorialização no Distrito Federal se expressa por meio dos assentamentos, da organização coletiva social e política e estratégias de resistência no território.
Identificar os principais conflitos e as disputas territoriais, que impactam diretamente nos assentamentos do MST no Distrito Federal, como consequência da especulação imobiliária, grilagem de terra e o avanço do agronegócio.	Revisão bibliográfico e análise documental: livros, artigos acadêmicos, notícias jornalísticas e informações contidas no site do MST. Coleta de dados: conversas informais com dirigentes, observação participante de atividades promovidas pelo MST. Na análise dos dados, foi possível identificar os principais conflitos e disputas territoriais que afetam os assentamentos no Distrito Federal. Logo, evidenciou-se que a especulação imobiliária, a grilagem de terras e o avanço do agronegócio configuram como os principais agentes de pressão sobre esses territórios.
Caracterizar os assentamentos do MST no Distrito Federal a partir das dimensões histórica, cultural, econômica, social, política e ambiental.	Levantamento bibliográfico e análise documental: livros, artigos acadêmicos, notícias jornalísticas e site do MST, Coleta de dados: observação de atividades promovidas pelo MST. A partir dos dados obtidos, foi possível caracterizar os assentamentos. Nesse recorte espacial, evidenciou-se que esses territórios são marcados por processos históricos de luta pela terra, formas coletivas de organização, diversidade na produção e uma construção identitária social e cultural própria, além do desenvolvimento de práticas voltadas a agroecologia.

⁴ Cada procedimento metodológico será detalhado nos subcapítulos seguintes.

Analisar os principais desafios enfrentados pelos assentados e assentadas no que se refere às políticas públicas, a comercialização da produção, a infraestrutura e à permanência nos territórios conquistados.	Levantamento bibliográfico e análise documental: livros, artigos acadêmicos, notícias jornalísticas e informações contidas no site do MST. Coleta de dados⁵: conversas informais com dirigentes, observação participante de atividades promovidas pelo MST e coleta de dados secundários aos órgãos: EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; EMATER - DF - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal; ETR - Empresa de regularização de Terras Rurais; SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, acerca de leis, políticas públicas voltadas à agricultura no Distrito Federal, regularização fundiária e observação de atividades promovidas pelo MST. As informações obtidas permitiram analisar os principais desafios enfrentados pelos assentados e assentadas no que se refere às políticas públicas, à comercialização dos produtos e a permanência nos territórios conquistados. A limitação no acesso a uma política pública o Distrito Federal para a soberania alimentar tem como resultado índices altos de insegurança alimentar no Distrito Federal.
Investigar de que forma as práticas produtivas e a organização dos assentamentos vêm contribuindo para a construção da soberania alimentar no Distrito Federal	Levantamento bibliográfico e análise documental: livros, artigos acadêmicos, notícias jornalísticas e informações contidas no site do MST. Coleta de dados: conversas informais com dirigentes, observação participante de atividades promovidas pelo MST. Os dados coletados contribuíram para uma análise sobre as práticas produtivas e a organização dos assentamentos do MST busca construir em seus territórios a soberania alimentar enquanto um projeto de sociedade.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Sendo assim, os procedimentos metodológicos utilizados possibilitam articular diferentes fontes de informações e estratégias de análise, que possibilitaram garantir maior consistência na interpretação dos dados e apreensão da dinâmica socioterritorial investigada.

⁵ Por meio do mecanismo previsto na lei de acesso à informação.

1.3.1 - Levantamento bibliográfico e análise documental

A pesquisa teve início com um amplo levantamento bibliográfico e análise documental, abrangendo livros, periódicos científicos, legislação e matérias jornalísticas. Nessa etapa foi possível identificar a ocorrência de conflitos relacionados à especulação imobiliária, grilagem de terras e o avanço do agronegócio. Esse levantamento foi fundamental para compreender a realidade estudada, a partir da construção do referencial teórico, incorporando contribuições de autores clássicos e contemporâneos que abordam as temáticas centrais desta dissertação. Trata-se de uma etapa essencial para a elaboração do quadro do estado da arte, o que forneceu uma base sólida para a análise e fundamentação do estudo.

O quadro do estado da arte (Apêndice A), foi construído a partir do levantamento de categorias e conceitos geográficos, tais como: espaço geográfico, território, territorialidade, configuração territorial, questão agrária, conflitos territoriais Movimentos sociais, socioterritoriais, MST, Reforma Agrária Popular, alimentação, políticas públicas, segurança alimentar e soberania alimentar. Esses conceitos e categorias analíticos, possibilitaram elucidar e aprimorar a leitura da realidade empírica investigada, favorecendo uma compreensão integrada das dinâmicas socioterritoriais do campo no Distrito Federal.

A escolha dos autores que fundamentam a metodologia deste trabalho alicerça-se na necessidade de garantir coerência teórica e clareza ao percurso da pesquisa. Para tanto, foram utilizados os seguintes autores como Ruy Moreira (1982), Karl Marx (1988), Cleber Cristiano Prodanov (2013), Cláudio Castilho (2017), Tássio Barreto Cunha (2017), José Filho Sobreiro (2016), Eliseu Savério Spósito (2004), entre outros. Dessa forma, esses autores sustentam uma abordagem metodologia de caráter crítica, ancorada no método dialético, permitindo a apreensão da realidade como um processo contraditório, histórico e em constante transformações.

A partir desse arcabouço metodológico, o estudo fundamenta-se em categorias como espaço geográfico, território, territorialidade, Configuração territorial, questão agrária, conflitos territoriais, movimentos socioterritoriais, com ênfase no MST. Essas noções são discutidas a partir das contribuições de autores como Milton Santos, Henri Lefebvre, David Harvey, Bernardo Mançano Fernandes, Rogério Haesbaert, Claude Raffestin, Rodrigo Simão Camacho, Paulo Alentejano, Marcos Aurélio Saquet, Milton Santos e Maria Laura Silveira etc. As reflexões à luz desses autores permitiram compreender o território enquanto uma construção social e política,

marcada por relações de poder, apropriação, dominação e r(e)existência.

Por fim, os temas MST e Reforma Agrária Popular, alimentação, políticas públicas, segurança alimentar e soberania alimentar, foram discutidos a partir de contribuições como MST, Amartya Sen, Jaime Amorin, Brasil, Lucas Rossales, Josué de Castro, Estevan Leopoldo Coca, Ceres Hadich, IBGE, Luan do Carmo Silva, Islândia Bezerra, FAO, Rita Zanotto, Via campesina⁶, Roseli Caldart, Dominique Silva Guhur e Nívia Regina, Geraldo Gasparin; Rosmeri Wiltcel E Marina Santos Santos, Adalberto Martins, Débora Nunes, Geraldo Gasparin. Tais contribuições possibilitaram articular o debate sobre a produção de alimentos, a justiça social e o direito à terra, dimensões que se revelam fundamentais no contexto dos assentamentos no Distrito Federal.

1.3.2. - Coleta de dados

A coleta de dados constitui etapa central dos procedimentos metodológicos desta pesquisa, sendo realizadas duas estratégias principais: observação participante a partir da ida em atividades e feira do MST. A Observação participante, assume papel fundamental nesta pesquisa, destaca-se que a pesquisadora possui vínculos com o MST, o que possibilitou acesso às informações relevantes ao estudo. Essa inserção, no entanto, foi conduzida em conformidade com princípios éticos da universidade, sociedade e pelo movimento.

Durante esse processo, foram registradas informações em um caderno (Quadro 4), contemplando depoimentos, explicações de lideranças dos assentamentos acerca dos processos organizativos. Também foram coletados relatos históricos de diferentes dirigentes e de distintas gerações que participaram da territorialização do MST no Distrito Federal, incluindo militantes vinculados aos dos setores de educação e produção.

Posteriormente, os dados foram sistematizados e organizados em categorias analíticas, com objetivo de identificar padrões, recorrência e elementos centrais relacionados à construção territorial e às dinâmicas socioespaciais do MST.

⁶ É um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, trabalhadores sem-terra, povos indígenas, pescadores, trabalhadores rurais migrantes, pequenos e médios agricultores, mulheres rurais e jovens de todo o mundo na defesa a agricultura camponesa pela soberania alimentar (Zanotto, 2017).

Quadro 4: Sistematização dos dados do trabalho de campo

Tipo de liderança	Fonte de dados	Tema abordado	Técnica de coleta
Liderança de assentamentos	Relato	Processo organizativo	Observação e registro
Dirigentes históricos	Relatos históricos	Territorialização do MST no Distrito Federal	Observação e registro
Militantes (produção)	Relatos práticos	Produção agrícola e organização da produção	Observação e registro

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Ao longo da pesquisa, foram acompanhadas diferentes atividades promovidas pelo MST no Distrito Federal, que se constituíram momentos relevantes para coleta de dados empíricos, visitas a espaços de comercialização, como a visita à feira. Entre essas atividades, destacam-se: a Jornada Nacional das Mulheres Sem Terra e a entrega de equipamentos agrícolas às famílias assentadas e a visita a Feira da Ponta Norte⁷.

Essas visitas proporcionaram uma aproximação efetiva com os sujeitos da pesquisa, permitindo perceber suas trajetórias, desafios e estratégias de resistência. Nessas ocasiões, foi possível compreender a realidade dos assentamentos perceber e bem como realizar registros fotográficos, conforme apresentados na Figura 2.

⁷ A Feira da Ponta Norte, que ocorre na SQN 216 somente aos sábados. constitui-se como uma feira agroecológica destinada à comercialização de produtos orgânicos e artesanato, além de atividades culturais. Nesse espaço, assentados e assentadas do MST comercializam seus produtos, sendo possível encontrar uma diversidade de alimentos e artesanato.

Figura 2: Mosaico de fotos de campo

Fonte: Elaboração própria, 2025.

A Jornada Nacional das Mulheres Sem Terra, realizada entre os dias 10 e 14 de março de 2025, no acampamento 8 de março, em Planaltina-DF, reuniu aproximadamente 400 mulheres provenientes dos assentamentos do Distrito Federal e do Entorno. O evento configura-se como importante espaço de formação política, de experiência e fortalecimento da luta pela Reforma Agrária Popular e pela igualdade de gênero no campo. Durante a Jornada, a coleta de dados ocorreu por meio da observação sistemática das atividades formativas, das plenárias e do registro fotográfico. As observações foram realizadas registradas, visando a sistematização de percepções, falas recorrentes e elementos analíticos construídos ao longo do evento.

A entrega de equipamento agrícola destinado aos assentamentos do Distrito Federal e Entorno, ocorreu no dia 09 de agosto de 2025, na ocasião foram entregues maquinários e a realização de uma feira organizada pelos assentamentos, onde foi possível observar e anotar de forma direta as articulações políticas e institucionais na consolidação de políticas públicas e a produção agrícola. Também foi possível observar a diversidade de produtos oriundos dos assentamentos.

De maneira complementar, foram realizadas visitas à Feira da Ponta Norte, considerada uma das principais formas de comercialização dos produtos das famílias assentadas. Essas visitas possibilitaram acompanhar as dinâmicas de organização e comercialização, a interação entre produtores e consumidores, bem como a diversidade produtiva, que abrange não apenas alimentos, mas também artesanato.

Durante as visitas, foram realizadas observações e diálogos com os assentados, abordando temas como: à produção agroecológica, à comercialização e os desafios enfrentados na logística, distribuição e na produção de alimentos e a importância da feira para divulgar os produtos, gerar renda e fortalecer o debate sobre a soberania alimentar. Todas as informações coletadas foram sistematizadas, incluindo registros fotográficos.

O contato com as famílias assentadas e com os territórios vinculados ao MST teve como finalidade estabelecer vínculos de confiança, fundamentais tanto para execução dos procedimentos metodológicos quanto para o alcance dos objetivos da pesquisa. Conforme destaca Sobreiro (2016), a diversidade dessas ações permite ampliar o olhar analítico sobre os movimentos sociais, suas estratégias e formas de atuação:

Uma ampla quantidade e diversidade de ações permite não só observar, pensar e analisar os movimentos (...) mas também para pensarmos em termos mais amplos sobre as pautas, as estratégias e formas de atuação e como estas têm sido tratadas ou não estão presentes no âmbito teórico para então compor a construção que denominamos de lógica-racionalidade espaço temporal (Sobreiro Filho, 2016, p.9).

O levantamento de dados secundários envolveu informações obtidas em diferentes bases institucionais (Quadro 5), abrangendo as escalas local, regional e nacional, com o objetivo de construir um panorama estatístico que subsidia análises qualitativas e quantitativas ao longo do estudo. Além disso, foi realizada análise documental dos documentos, onde foram feitas uma decomposição instrumental deles.

Quadro 5: Levantamento dos dados secundários

Órgão/instituição	Informações obtida
MST - Redes sociais e publicações	Registros fotográficos e análise documental e online, utilizados para compreender a dinâmica do movimento, especialmente no que se refere a produção de alimentos e a Reforma Agrária Popular
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	A partir do Sistema IBGE de recuperação automática - SIDRA: Dados do Censo Demográfico 2022 - população, territorial do Distrito Federal; Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio - PDAD 2024 – Dados insegurança alimentar Censo agropecuário 1960,1970 e 2017 - com informações sobre área e estabelecimentos agrícolas.
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Informações sobre localização dos assentamentos, números de famílias assentadas e data de criação.
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH)	Plano de ordenamento territorial do Distrito Federal – PDOT. Dados referente aos núcleos rurais de 1970 aos dias atuais.
Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDEST)	Programas de combate à insegurança alimentar no Distrito Federal, crédito, programas de transferências de renda, conselhos, assistência social.
Ministério Público do Distrito Federal e Território (MPDFT)	informações orçamentárias do Distrito Federal anos de 2020 a 2025.
Instituto de Pesquisa e estatística do Distrito Federal (IPEDF)	Relatório da evolução do índice de vulnerabilidade do Distrito Federal (IVS-DF); Anuário Estatístico do Distrito Federal com dados da renda familiar, raça e escolaridade.
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)	Dados da produção agrícola do Distrito Federal 2014 - 2024. Dados referente a grãos, hortaliças, frutas por área em hectares produzidos nesse período.
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER– DF)	Dados da produção agrícola do Distrito Federal e informações sobre leis e políticas fundiárias no Distrito Federal.
Empresa de regularização de Terras Rurais (ETR)	Informações sobre leis e políticas fundiárias no Distrito Federal.
GEOPORTAL	Bases cartográficas para elaboração de mapas uso e ocupação do solo, limites do Distrito Federal e perímetros irrigados.
Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e	Informações sobre leis e políticas fundiárias no Distrito Federal e programas de combate a insegurança alimentar no

Desenvolvimento Rural (SEAGRI)	DF.
--------------------------------	-----

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Desse modo, as informações produzidas possibilitaram o alcance dos objetivos propostos, para uma compreensão situada das dinâmicas que articulam a luta pela terra e a construção de um projeto de soberania alimentar nos assentamentos do MST no Distrito Federal, compreendidos não apenas a partir de sua dinâmica produtiva, mas como territórios políticos em grande r(e)existência.

Por conseguinte, nesses espaços se inserem um conjunto muito mais amplo de relações que envolvem as políticas fundiárias, ordenamento territorial e as iniciativas à segurança alimentar. Ao mesmo tempo, máscara tensões permanentes entre o projeto de Reforma Agrária Popular e as limitações impostas pela estrutura e governos vigente, direcionando a soberania alimentar como um horizonte político em disputa, e não como uma realidade consolidada.

1.3.3 - Organização e análise crítica dos resultados de pesquisa

As informações produzidas ao longo da pesquisa decorrem da articulação, entre diferentes tipos de dados, incluído oriundas do levantamento bibliográfico e análise documental, das etapas de coleta de dados empíricos e dados secundários. Os dados coletados, passaram por um processo estruturado de organização, interpretação e análise, a fim de garantir coerência metodológica, rigor analítico e articulação entre os dados empíricos e referencial teórico.

O levantamento bibliográfico, fundamentado em autores clássicos e contemporâneos da Geografia e de áreas correlatas, possibilitou a sistematização, de conceitos e categorias analíticas essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Esse percurso teórico resultou na elaboração de um quadro do estudo da arte, que serviu de base para construção de um referencial teórico coeso e consistente, capaz de sustentar as análises propostas.

A coleta de dados empíricos foi realizada por meio da observação participante de trabalho de campo e com registros em um caderno, complementados por registros fotográficos. Ocorreu através dos dados empíricos, estes foram organizados a caderno de anotações sistemáticas, os quais foram posteriormente classificados conforme eixos e categorias temáticas definidas a partir do referencial teórico. Esse processo foi sustentado por diálogo dialético entre método, realidade empírica,

referencial teórico em um movimento contínuo de retroalimentação e construção do conhecimento.

A sistematização dos dados foi feita por meio de transcrição e organização cronológica das informações. Em seguida, procedeu-se à realização de uma leitura detalhada, com o objetivo de identificar recorrências, padrões e informações relevantes à pesquisa.

A análise dos dados empíricos contribuiu para uma leitura interpretativa e para a construção de categorias analíticas, comparações e contrastes. Esse processo permitiu identificar divergências, convergências e contradições, além de promover uma integração entre a teoria e dados secundários. De forma complementar, os dados secundários foram sistematizados organizados em tabelas, mapas, gráficos e quadros, os quais subsidiaram a análise comparativa e espacial da realidade investigada.

Dessa forma, o processo de organização, sistematização e análise crítica dos resultados de pesquisa assegurou rigor, coerência e consistência metodológica, pois integrou o referencial teórico, os dados empíricos e os dados secundários, conforme sistematizado no quadro resumo da dissertação Quadro 6. Essa articulação permitiu interpretações fundamentadas sobre as dinâmicas produtivas e territoriais, fortalecendo a compreensão das relações sociais, políticas e econômicas presentes nos assentamentos.

Quadro 6: Resumo da dissertação

	Capítulo 1: Desvendando as terras do Planalto Central: A jornada metodológica da pesquisa	Capítulo 2: Da terra do capital à luta pelo acesso à reforma agrária	Capítulo 3: Territórios de resistência: o MST e a soberania alimentar no distrito federal
Subcapítulos:	1.1 – Sujeitos e recorte territorial da pesquisa; 1.2 Reflexões metodológicas e sobre a pesquisa 1.3 – Perspectivas reflexivas sobre a pesquisa; 1.3.1 - Levantamento e análise de fontes bibliográficas e documentais 1.3.2. - Coleta e registro de dados de campo 1.3.3 – Organização, sistematização e dados	2.1 Da terra negada nasce a luta: A formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; 2.2 Território em constante disputa: territorialidade e a força coletiva dos movimentos socioterritoriais 2.3 Entre concreto e o campo: a formação socioespacial no Distrito Federal e a consolidação da estrutura fundiária e a produção agrícola; 2.3.1 A estrutura fundiária do Distrito Federal no contexto da ocupação territorial; 2.3.2 A produção agrícola no Distrito Federal 2.4 Quando a terra se torna conflito: a especulação imobiliária, a grilagem e o agronegócio enquanto expressão de disputas no Distrito Federal 2.5 Os assentamentos do MST no Distrito Federal como expressão das múltiplas dimensões do território	3.1 Segurança alimentar e soberania alimentar: disputas teórico-conceituais e a soberania alimentar no Distrito Federal; 3.1.1 O ato de se alimentar no Distrito Federal: entre a segurança e a soberania alimentar; 3.2 Desigualdades socioterritoriais e a geografia da fome no Distrito Federal; 3.3 O MST e a Reforma Agrária Popular: um projeto político para o campo brasileiro 3.3.1 Os Assentamentos e a produção agroecológica no Distrito Federal; 3.4 Política pública, como instrumento de construção da soberania alimentar no Distrito Federal 3.5 Soberania Alimentar enquanto um planejamento territorial necessário para combater a insegurança alimentar no Distrito Federal
O que o capítulo irá responder	Apresenta os caminhos metodológicos utilizados para responder às questões da pesquisa	✓ Como se deu a formação do MST no Brasil e sua territorialização do Distrito Federal? ✓ Como os conflitos e as implicações como resultado da especulação imobiliária, da grilagem de terra e o agronegócio geram disputas nos assentamentos do MST?	✓ Quais os principais assentamentos do Distrito Federal e como eles se articulam com as dimensões histórica, cultural, econômica, social política e ambiental do território? ✓ Quais os principais desafios enfrentados pelos assentados em relação às políticas públicas, a comercialização da produção, infraestrutura e à permanência nos territórios conquistados? ✓ Investigar de que forma as práticas produtivas e a organização dos assentamentos contribuem para a construção da soberania alimentar no Distrito Federal?

			✓
Qual(is) objetivos que o Capítulo irá alcançar:	Apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para analisar a atuação do MST no Distrito Federal	✓ Compreender o processo de formação do MST e sua territorialidade no Distrito Federal; ✓ Identificar os principais conflitos e as disputas territoriais, que impactam diretamente nos assentamentos do MST no Distrito Federal como consequência da especulação imobiliária, grilagem de terra e o avanço do agronegócio,	✓ Categorizar os assentamentos em relação às dimensões: histórica, cultural, econômica, social, política e ambiental no Distrito Federal; ✓ Analisar os principais desafios enfrentados pelos agricultores no que se refere às políticas públicas, a comercialização da produção, a infraestrutura e à permanência no território; ✓ Investigar de que forma as práticas produtivas e a organização dos assentamentos vêm contribuindo para a construção da soberania alimentar no Distrito Federal
Método abordado	Revisão bibliográfico e análise documental e coleta de dados:	Revisão bibliográfico e análise documental e coleta de dados	Revisão bibliográfico e análise documental e coleta de dados
Quais as categorias e conceitos que pretendo trabalhar:	Método, metodologia, objetivos	Espaço geográfico, território, territorialidade, Configuração territorial, questão agrária, conflitos territoriais Movimentos sociais e socioterritoriais	MST e Reforma Agrária Popular, Alimentação, políticas públicas, segurança alimentar e soberania alimentar
Autores	Ruy Moreira, Karl Marx, Cleber Cristiano Prodanov, Cláudio Castilho, Tássio Barreto Cunha, José Filho Sobreiro, Eliseu Savério Spósito, Joseli Maria Silva, Maria Adélia Souza, Everaldo Costa e Francisco Scarlato	Milton Santos, Henri Lefebvre, David Harvey, Bernardo Mançano Fernandes, Rogério Haesbaert, Claude Raffestin, Rodrigo Simão Camacho, Paulo Alentejano, Marcos Aurélio Saquet, Milton Santos e Maria Laura Silveira, João Pedro Stédile, Distrito Federal, Luiz Augusto Rocha, Maria Fernanda Derntl, Dourado, Roberto Corrêa Lobato, Rogério Antônio Mauro, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Marcos Baratto, Adalberto Martins, Janderson Barros, José Filho Sobreiro, Antônia Ivoneide, Geraldo Gasparin; Rosmeri Wiltcel E Marina Santos Santos	MST, Amartya Sen, Jaime Amorin, Brasil, Lucas Rossales, Josué de Castro, Estevan Leopoldo Coca, Ceres Hadich, IBGE, Luan do Carmo Silva, Islândia Bezerra, FAO, Rita Zanotto, Via campesina, Roseli Caldart, Dominique Silva Guhur e Nívia Regina, Geraldo Gasparin; Rosmeri Wiltcel E Marina Santos Santos, Adalberto Martins; Débora Nunes; Geraldo Gasparin

CAPÍTULO 2: DA TERRA DO CAPITAL À LUTA PELO ACESSO À REFORMA AGRÁRIA

Terra Brasilis, continente
Pátria mãe da minha gente
Hoje eu quero perguntar
Se tão grandes são teus braços
Por que negas um espaço
Aos que querem ter um lar?

Eu não consigo entender
Que nesta imensa nação
Ainda é matar ou morrer
Por um pedaço de chão

Lavradores nas estradas
Vendo a terra abandonada
Sem ninguém para plantar
Entre cercas e alambrados
Vão milhões de condenados
A morrer ou mendigar

Eu não consigo entender
Achar a clara razão
De quem só vive pra ter
E ainda se diz bom cristão

Procissão dos retirantes
(Pedro Munhoz)

2.1 DA TERRA NEGADA, NASCE A LUTA: A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA- MST

Para uma melhor compreensão da formação do MST, o estudo propõe uma leitura reflexiva que não se limita à dimensão cronológica, mas articula perspectiva histórica e geográfica. Parte-se de elementos centrais que permitem entendê-lo como um movimento de massa camponês e ao mesmo tempo uma força política e atuante na contemporaneidade na luta do campo brasileiro.

Ao afirmar-se como força política, o MST passa a uma leitura da realidade e do mundo marcada pela clareza antagonismo de classe e pela constituição de uma organização estruturada para fazer enfrentamento político (MST, 2021). Dessa forma, o movimento não se limita a um caráter reivindicatório. Ele se configura também como um movimento de massa, sindical, político, popular, estabelecendo assim relações com diferentes setores da sociedade, como a cidade, partidos políticos, igrejas e sindicatos (MST, 2021), uma vez que para o MST, a “Reforma Agrária é uma luta de todos” (MST, 2021).

Nesse sentido, a luta social e a mobilização constituem como ferramenta fundamentais para a construção da identidade política do movimento. Somando-se a isso a participação coletiva, a distribuição de tarefas e a elaboração de uma proposta concreta de sociedade baseada na cooperação, na solidariedade de classe e no internacionalismo (MST, 2021).

A gênese do MST, não se remonta apenas ao período recente, mas resulta do acúmulo das lutas históricas dos trabalhadores e trabalhadoras travadas ao longo do século XX. Esse processo está diretamente relacionado às profundas transformações socioeconômicas ocorridas na agricultura brasileira, especialmente a partir da década de 1970. Esse período, foi de intensas lutas pela terra, com ocupações e mobilizações em muitas regiões do país (Baratto, 2017). Paralelo a isso, o avanço da mecanização agrícola contribuiu para o aprofundamento da concentração fundiária e para a expulsão de trabalhadores rurais de suas terras e de seus meios de subsistência (Fernandes, 2000).

Somando-se a esse contexto, outro aspecto a ser considerado é a influência ideológica das pastorais vinculadas às igrejas, especialmente da Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), bem como da Igreja Luterana, que desempenharam papel fundamental de articulação das lutas no campo. Ademais, o

processo de redemocratização, no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, criou condições políticas favoráveis para a reorganização dos movimentos sociais rurais, resultando na emergência do MST como expressão dessas lutas históricas (Fernandes, 2000).

Nesse cenário, Martins (2022, p.242) destaca que a atuação de setores da Igreja Católica, sobretudo a partir da década de 1970, apoiou a resistência dos camponeses posseiros nas regiões onde se implantaram os grandes projetos agropecuários. Por meio da CPT e da atuação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), essas instituições contribuíram para a organização dos camponeses, para a formação de lideranças e, principalmente, para a denúncia das desigualdades e violência no campo (Martins, 2022).

Martins (2022, p.243) também ressaltou que, nesse período, a violência no campo se manifestava por meio de assassinatos e brutais ações de despejos dos posseiros a mando dos fazendeiros ou empreiteiras locais. Nesse período, os movimentos de lutas sociais sofreram com fortes repressões e restrições das liberdades políticas, além de um modelo agrário que incentivava o fortalecimento dos grandes proprietários de terra.

O aprofundamento da concentração fundiária gerou, no campo, insegurança, pobreza e migração forçada. Dessa forma, a desigualdade na distribuição da terra tornou-se, assim, um dos elementos centrais das lutas sociais e um ambiente de organização camponesa, especialmente diante da ausência de uma política efetiva de reforma agrária no país (Martins, 2022).

À luz desse contexto efervescência social, a luta pela terra e pela reforma agrária passou a assumir um caráter cada vez mais político, articulando-se às demandas econômicas e às reivindicações sociais dos trabalhadores rurais. Conforme aponta Martins (2022, p.249), entre 1982 e 1983, ocorreram diversas reuniões voltadas à articulação dessas lutas.

Nessa conjuntura, como destaca Fernandes (2000), o MST inicia seu processo de espacialização no Brasil, com presença no Sul, Sudeste e Centro Oeste. Destaca-se, nesse período, o primeiro encontro de liderança dos estados do sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso em Medianeira -PR, e posteriormente em Chapecó - SC.

A realização desses encontros representou não apenas a necessidade de a necessidade de coordenação entre as regiões, mas a construção de uma leitura comum da realidade brasileira, a partir do campo passam a reconhecer as condições locais de luta e passam a reconhecer as desigualdades faz parte de uma estrutura mais ampla, o que contribuiu para o fortalecimento do sentido coletivo da luta (Martins, 2022; Fernandes, 2000).

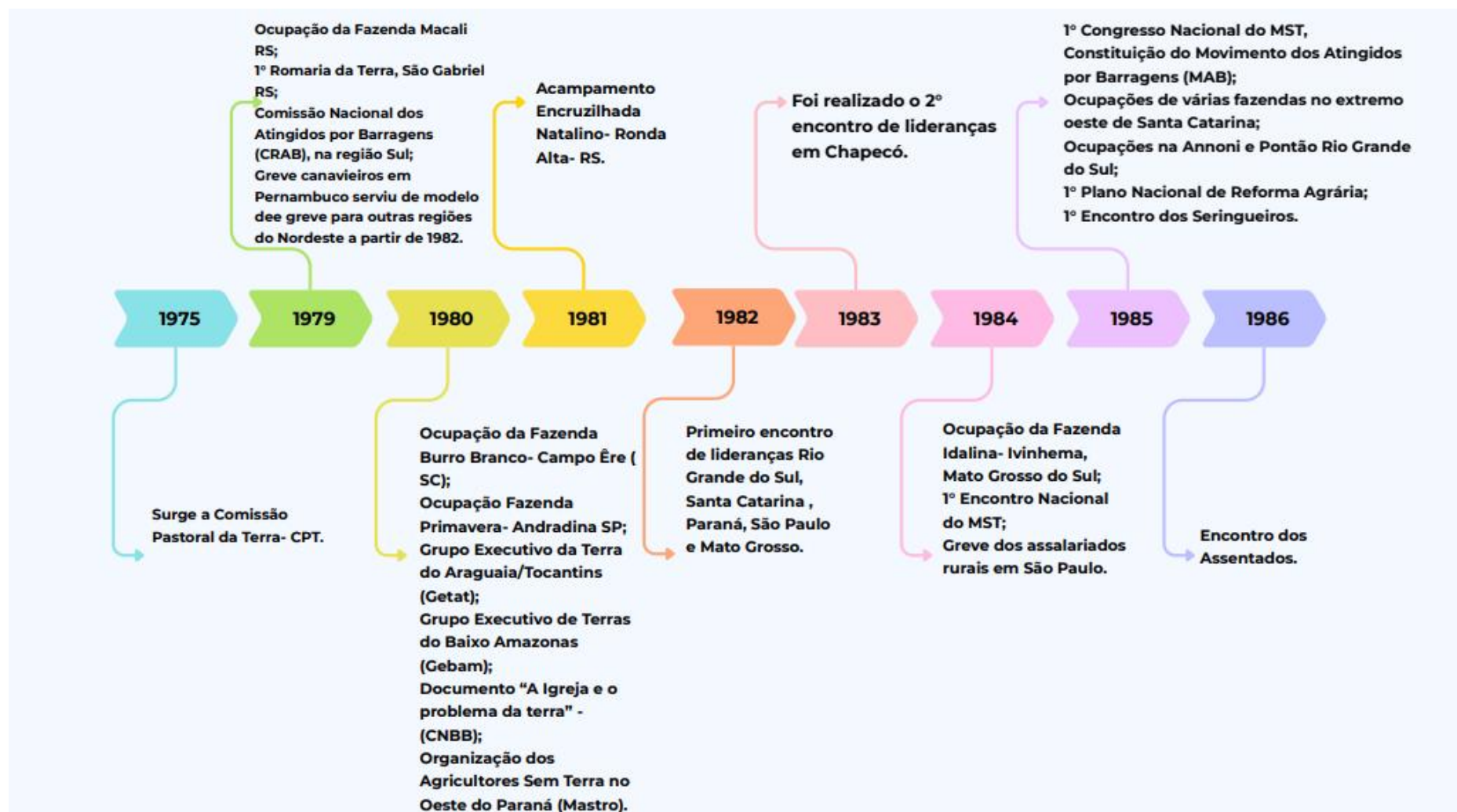
Esse processo contribuiu para que o MST se especializasse não de maneira espontânea, mas como resultado de um planejamento, articulação uma ação coletiva. Ao integrar distintas experiências de luta pela terra, ele passa a construir uma base social e assim como identidade política, a luta pela terra deixa de ser localizada passa a ser consolidado em diferentes regiões do país e agora com um projeto coletivo de transformação social (Fernandes, 2000).

Esse período revela a transição de uma luta que antes era fragmentada no território nacional e passa a ser uma ação organizada, evidenciando que desde sua gênese o MST demonstra uma capacidade de articulação dos sujeitos, assume um caráter estratégico ampliando a capacidade de mobilização a diante das contradições existente no campo brasileiro.

Assim, o MST emerge de um processo histórico e geográfico de convergência de lutas no campo e que passa ganhar unidade política e se constituir também como expressão da luta histórica dos trabalhadores e trabalhadoras do campo por democratização da terra, por dignidade e pela permanência no território. Sendo assim, o movimento foi se fortalecendo à medida que foi articulando diferentes escalas de ação do local ao nacional e produzindo novas formas de organização capazes de pressionar o Estado para a reforma agrária (Martins, 2022; Fernandes, 2000).

Nesse sentido, a Figura 3, apresentada a seguir, tem como objetivo evidenciar os principais acontecimentos que antecederam a constituição do MST. Busca-se destacar como as mobilizações sociais no campo, a intensificação dos conflitos agrários, as articulações entre diversas organizações sociais e as transformações, no contexto político nacional, contribuíram decisivamente para a organização dos trabalhadores rurais e para a emergência do movimento enquanto ator social, político e coletivo na luta pela democratização do acesso à terra e pela efetivação da reforma agrária no Brasil.

Figura 3: Linha do tempo do processo de espacialização e consolidação do MST



Fonte: Elaboração própria, a partir de Martins, 2022.

Essas articulações ocorreram em diversas regiões do Brasil, e não de forma isolada, o que contribuiu decisivamente para o surgimento do movimento. A partir desse processo, a luta pela terra passa a ser um eixo central de atuação do MST. O 1º Encontro Nacional do MST (Figura 4), realizado em 1984, foi um marco histórico e geográfico que não apenas consolidou a formação do movimento, como também definiu seus objetivos (Martins, 2022). Martins (2022), enfatiza que o 1º Encontro Nacional não apenas representou a organização de um movimento de alcance nacional, mas também o surgimento de uma estratégia coletiva capaz de transformar a luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo no país.

Figura 4: 1º Encontro Nacional do MST, Cascavel-PR, 1984

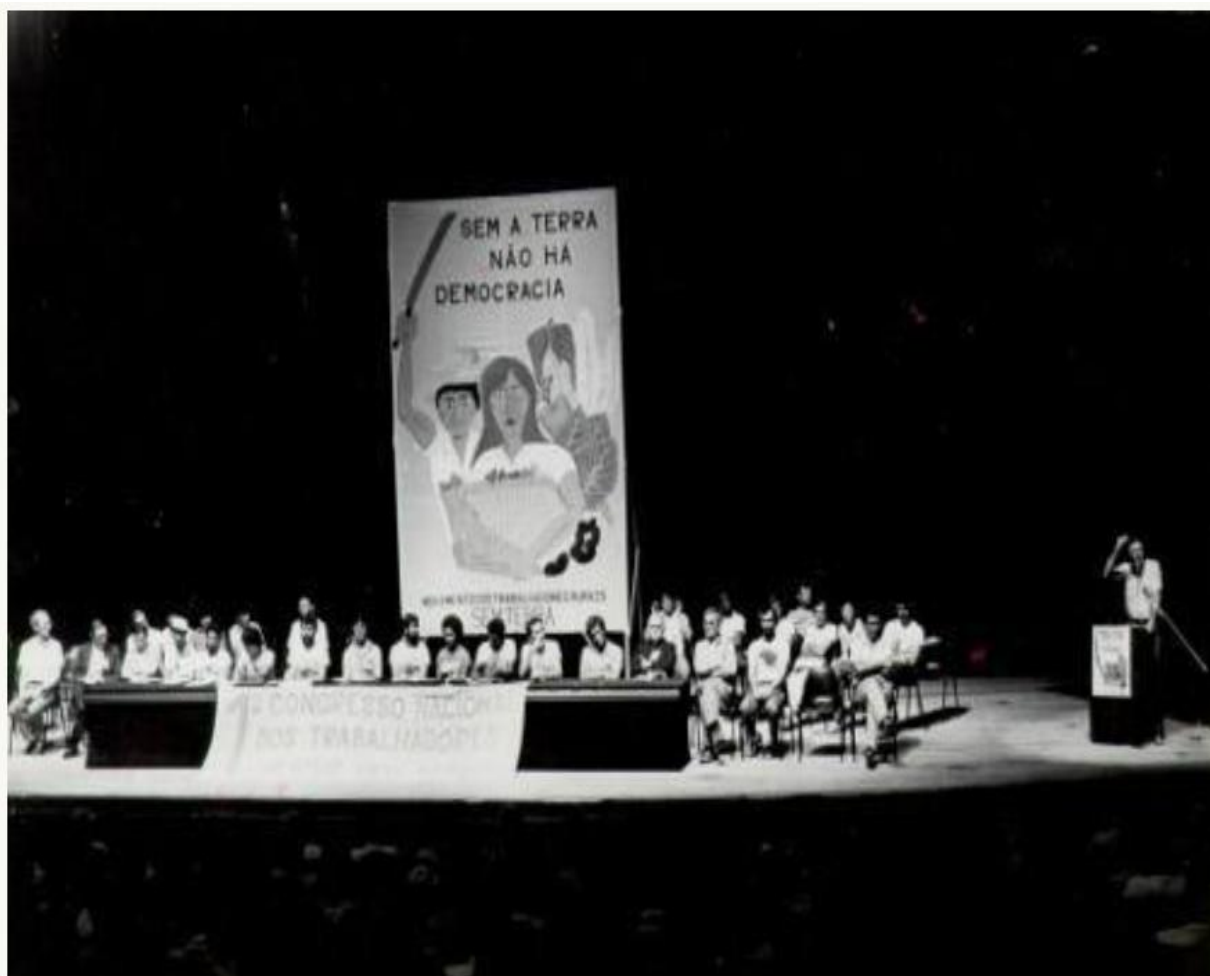


Fonte: Arquivo MST.

Em 1985, foi realizado o 1º Congresso Nacional do MST (Figura 5), em Curitiba-PR, sob o lema: “Sem reforma Agrária não há democracia”. A organização do Congresso contou com a participação da CPT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Fernandes, 2000). O evento contou com a participação de representantes de

23 estados brasileiros, contribuindo significativamente para a ampliação do movimento em escala nacional.

Figura 5: 1º Congresso Nacional do MST, Curitiba-PR, 1985



Fonte: Arquivo MST.

Uma questão central do evento foi a consolidação das teses que buscavam compreender o contexto histórico e social no qual se situava as lutas desses camponeses, ao mesmo tempo em que orientavam as ações políticas e organizativas do recém-criado movimento. Para Martins (2022, p.250), essas teses remetiam à compreensão de que o capitalismo já tinha promovido a modernização do latifúndio no campo. Nesse sentido, não interessa a burguesia realizar a reforma agrária voltada à modernização das relações de produção no campo.

Outra questão importante ocorreu em 1986, com a realização do Encontro Nacional dos Assentados. Nesse evento, decidiu-se manter dentro do MST as famílias que já haviam conquistado a terra por meio da luta. Essa decisão, se torna importante

pois permitiu iniciar um processo mais estruturado de organização dos territórios conquistados, com isso o MST passa a se consolidar e a se nacionalizar no território brasileiro (Martins, 2022). A partir desse momento, o movimento passa a ampliar sua atuação para além de ocupações de terra, formação política e as formas coletiva de reprodução da vida nos assentamentos (Fernandes, 2000).

Nas décadas seguintes de 1980 e 1990, o MST estruturou-se em escala nacional por meio da articulação entre ocupações e assentamentos como o principal movimento socioterritorial do campo brasileiro, cuja principal estratégia de luta consiste na ocupação de terras consideradas improdutivas e que não cumprem a função social da terra.

Neste aspecto, a Constituição Federal de 1988, destaca a função da terra que esta deve garantir a produção de alimentos, bens e energia a sociedade, deve conservar os recursos naturais água e solo, respeitar a biodiversidade e as leis ambientais, garantir boas condições de trabalho, salários justos e direitos aos trabalhadores rurais, além de beneficiar a comunidade local (Brasil, 1988). Embora a constituição tenha ampliado o debate sobre reforma agrária, o campo permanência concentrado e mantiveram intensos conflitos territoriais.

Durante os anos de 1990 e 2000, o MST expandiu significativamente sua territorialização em diferentes regiões do país devido a sua organização interna e ampliação de suas pautas políticas. O movimento passa a incorporar à educação do campo, produção, cooperação agrícola e os direitos sociais em seus debates (Martins, 2022). Os acampamentos, que passaram a desempenhar papel central na ampliação do movimento, pois ocupações de terra geram desenvolvimento territorial. Os assentamentos passaram a constituir territórios de resistência e construção de novas formas de organização social e produtiva.

Assim, é evidente que os acampamentos desempenham papel central, pois são territórios onde ocorre a socialização, formação de consciência e a troca de experiências entre os trabalhadores. É nesses espaços que se fortalece a construção coletiva da luta, enquanto as ocupações de terras se configuram enquanto instrumento de acesso à terra (Fernandes, 2000). A territorialização, no entanto, ocorre através dos assentamentos uma forma para alcançar a reforma agrária. Assim a espacialização e a territorialização configuram dimensões complementares de um processo de luta, no qual o MST ressignifica o território.

A partir do ano de 2014, especialmente a partir do 6º congresso Nacional, a proposta da Reforma Agrária Popular ganha centralidade no debate político do movimento, em resposta ao avanço do agronegócio e à intensificação dos conflitos socioambiental. Essa proposta configura-se como o projeto político de sociedade pautado na agroecologia, cooperação, na conservação ambiental e na soberania alimentar articulando justiça social e democratização do acesso à terra.

No contexto atual, o MST apresenta ampla atuação territorial, organizado em 23 estados brasileiros e no Distrito Federal. Sua base social é constituída por famílias assentadas e acampadas, cooperativas, agroindústrias, associações. Conforme demonstrado na Figura 6, essa estrutura é orientada por princípios que buscam garantir ampla participação social e coletiva nas decisões do movimento.

Figura 6: Expressão quantitativa da atuação do MST, 2025



Fonte: MST, 2025.

De acordo com dados da Rede DATALUTA, o MST destaca-se historicamente o movimento que mais realizou ocupações de terras no Brasil. Essa ferramenta de luta expressa o caráter pioneiro de suas estratégias de lutas, enquanto instrumento político de pressão social e de reivindicação do acesso à terra.

Ao longo de sua trajetória, o movimento consolidou formas organizativas diante da sua atuação em âmbito nacional, que articulam mobilização coletiva, formação política, o Estado não faz, o movimento constrói formas alternativas produtivas, contribuindo significativamente para colocar na pauta do debate nacional a reforma agrária.

O MST, pode ser entendido como um dos principais sujeitos como um dos principais sujeito histórico atuante na luta pela democratização do acesso à terra e à ressignificação territorial, além de ampliar a visibilidade da questão agrária no país, bem como influenciar outras formas de organização social no campo (Fernandes, 2000).

Por meio dessa nova organicidade, o MST amplia sua atuação em diversas áreas como educação do campo, a formação política, defesa da agroecologia, articulando a luta pela terra à temas como soberania alimentar, conservação ambiental e inclusão social. Essas ações integram um projeto mais amplo de transformação social para o Brasil em um projeto para o Brasil, a Reforma Agrária Popular, (MST, 2026). Nesse viés, o movimento consolida-se como um sujeito político coletivo que propõe novas formas de pensar e organizar o campo brasileiro.

Essa perspectiva dialoga com a interpretação de Fernandes (2005, p. 31), segundo a qual o MST não deve ser compreendido apenas como um movimento social com demandas políticas, mas como um agente de transformação territorial. Para o autor, o movimento atua diretamente sobre o espaço ao construir novos territórios, por meio das ocupações, assentamentos, mobilizações e redes de solidariedade que produzem espaço camponês.

Nessa direção, compreender a atuação do MST, exige uma abordagem geográfica, pois ao analisarmos a luta pela terra no Brasil revela-se inseparável da disputa por território e modelos de produção no campo, e as dimensões espaciais e territoriais que estruturam sua luta e organização. Neste viés, é fundamental discutir categorias essenciais à ciência como: espaço, território, territorialidades e como os movimentos socioterritoriais produzem e disputam o espaço agrário brasileiro (Fernandes, 2005).

2.2 TERRITÓRIO EM CONSTANTE DISPUTA: TERRITORIALIDADE E A FORÇA COLETIVA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

O MST, desde sua criação em 1984, consolidou-se como o principal movimento de massa e de luta por reforma agrária no Brasil. Nas análises de Fernandes (2000) a ação territorial do MST, deve ser compreendida como um processo de territorialização, no qual os trabalhadores Sem Terra ocupam, resistem e produzem espaço, transformando-o em território camponês.

Estudar o MST a partir da Geografia implica reconhecer que o espaço não é apenas onde acontecimentos ocorrem, mas uma realidade produzida e transformada pelas ações da sociedade. Sendo assim, o espaço geográfico precisa ser entendido como uma totalidade, isto é, um conjunto articulado de elementos que se transformam continuamente no decorrer das relações sociais existentes (Santos, 2006). Segundo

Santos (2006) o espaço geográfico precisa ser entendido como um conjunto indissociável, solidário e contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações.

Assim, o espaço não é neutro, tampouco natural. Ele é resultado de disputas sociais e políticas e, portanto, produzido social e historicamente, não atuam apenas como fatores econômicos e físicos, mas ideológicos, relação de poder e produção cultural (Lefebvre, 1974).

No capitalismo, essa produção do espaço é fortemente condicionada pelos interesses do capital. Nesse contexto, o espaço camponês passa a ser organizado e utilizado prioritariamente com base na lógica do lucro, se tornando mercadoria (Harvey, 2005). Como consequência, a terra passa a ser concentrada nas mãos de poucos proprietários, ao mesmo tempo em que se predomina a produção de monocultivos, commodities (Lefebvre, 1974). Dessa forma, a terra se converte em instrumento de dominação, reprodução de desigualdades sociais e processos de exclusão.

A experiência do MST vem revelando, antes de tudo, como uma luta pela apropriação e produção de forma mais profunda e simbólica, a terra passa a ser território de vida, e de forma coletiva, com escolas, cooperativas, a produção tende a ser diversificada, voltada para a soberania alimentar e a produção agroecológica.

As ocupações nesse sentido, não são apenas táticas de pressão política, mas também formas de produzir espaços nos quais os trabalhadores rurais se organizam a vida, a economia, a cultura e as relações sociais, a partir de seus próprios valores e objetivos (Fernandes, 2005). Nesse processo, o espaço passa a assumir dimensões políticas, culturais, de direito e identidade, passando-se também a ser espaços de resistência e existência, pois ocupar a terra é questionar a desigualdade e a concentração fundiária

Nessa direção, o espaço geográfico é entendido como instância ativa da sociedade, historicamente produzida pelas ações e pelos conflitos entre sujeitos sociais, conforme destaca Santos (1996). Assim, as diferentes formas pelas quais o espaço agrário se manifesta, seja ele pela lógica capitalista, seja pelas práticas construídas pelo MST, expressão distintos projetos de uso, apropriação e organização do território.

Logo, o espaço geográfico é simultaneamente produto das relações sociais e meio de reprodução, sendo o espaço atravessado por distintos modelos de uso da terra, cujas tensões se expressam nas relações sociais, nas formas de apropriação

da natureza e nas diversas escalas de atuação dos diversos atores se envolvem (Alentejano, 2021; Chuva, et al, 2021, Sobreiro Filho, 2013).

É importante ressaltar que espaço geográfico não se confunde com território. O território corresponde ao espaço apropriado por relações específicas de poder, resultado de ações concretas ou simbólicas exercidas por atores individuais, coletivos ou institucionais (Raffestin, 1993, Haesbaert, 2004). Trata-se, portanto, de uma ação realizada na organização e apropriação do espaço geográfico.

Ao mesmo tempo que expressa o vivido, o território guarda marcas materiais e relações de poder ele incorpora dimensões políticas, sociais e simbólicas da ação humana (Fernandes, 2005; Haesbaert, 2004). Desse modo, constitui-se como produto e como fonte de identidade, no qual se manifestam múltiplas territorialidades (Haesbaert, 2004). Trata-se de uma construção multiescalar e multidimensional, fruto do processo históricos e socioespaciais contínuos, bem como de práticas de uso e sentidos que ultrapassam o valor de troca, articula natureza, relações sociais e dimensões política (Raffestin, 1993; Fernandes, 2005; Souza et al., 2009; Camacho, 2019).

Nessa mesma linha interpretativa, Saquet (2009) reforça que o território corresponde à apropriação social do ambiente, configurando-se como um espaço construído e organizado coletivamente, marcado por múltiplas territorialidades. Assim, o território resulta de ações sobrepostas, combinando mudanças e permanências que moldam o ambiente onde a sociedade se desenvolve (Saquet et al., 2009).

O território, não é estático. Ele se transforma à medida que se modifica as relações de poder que o estruturam (Raffestin, 1993). Nesse sentido, é simultaneamente ação transformadora e instrumento de poder, pois controla e regula fluxos, acesso e recursos (Raffestin, 1993, Santos, 1996). Assim, compreender o território implica reconhecer que ele é permanentemente tensionado por relações de enfrentamentos, contradições e conflitos que revelam interesses antagônicos (Oliveira, 2007, Fernandes, 2008).

É justamente essa conflitualidade que se manifesta na disputa permanente pelo uso, pelo controle da terra, conferindo movimento, forma e sentido aos processos de produção e transformação territorial (Fernandes, 2008). Sendo assim, o território constitui-se a partir de seu uso, de seu controle e da apropriação, por diferentes sujeitos, revelando conflitos, resistência e projetos distintos de sociedade. O MST, a construção territorial ocorre por meio da organização coletiva, nos acampamentos e

assentamentos, das ocupações e da permanência na terra enquanto um ato político de sua existência, uma territorialização materializada em poder e pertencimento e identidade coletiva dos sujeitos (Fernandes, 2005).

Nesse contexto, a noção de territorialidade torna-se central. Ela está relacionada ao conjunto de relações que permite a apropriação, organização e controle de um espaço, transformando-o em território (Raffestin, 1993). Como argumenta Raffestin (1993), não existe território sem territorialidade, pois é ela que fundamenta a própria constituição territorial. A territorialidade expressa, portanto, as formas pelas quais os sujeitos sociais se relacionam com o espaço, atribuindo-lhe sentidos, usos e significados específicos (Raffestin, 1993).

Em outras palavras, a territorialidade se concretiza quando os acampamentos e assentamentos vão se consolidando como espaços permanentes de vida e trabalho, com estruturas produtivas, escolas, cooperativas e redes de organização política do espaço camponês, afirmam seus territórios a partir de práticas sociais, econômicas e simbólicas (Fernandes, 2000, Haesbaert, 2004). O território, então, deixa de ser apenas solo e passa a representar r(e)existência e a construção de um projeto de sociedade mais justo.

É justamente a partir dessas territorialidades, que emergem os movimentos socioterritoriais. Fernandes (2005), reforça que os movimentos veem os territórios não apenas como um triunfo, mas condição fundamental para sua existência. Isso ocorre, pois, ao criarem relações sociais orientadas por seus interesses, produzem seus próprios espaços e seus territórios, configurando assim em territorialidades. O MST, produz territorialidades a partir de suas lutas ao ocupar terras, criar acampamentos e assentamentos e transformar o campo por meio de ações coletivas.

No âmbito da reflexão teórica, os movimentos socioterritoriais são entendidos na geografia por Gohn (1995, apud Camacho, 2019), como ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes de camadas sociais distintas, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política em um país, criando um campo político na sociedade civil. Dito isto, os movimentos socioterritoriais vão construindo identidades e características próprias, uma cultura baseada em suas vivências, organizações e lutas a partir da realidade concreta em que estão inseridos e homenageando lutadores e lutadoras que deixaram um legado de vida a ser seguido.

Nessa perspectiva, Fernandes (2005) enfatiza que o território passa a assumir centralidade na existência e na atuação dos movimentos, uma vez que a partir de suas práticas sociais e políticas se materializam em ações concretas de produção do espaço. Por isso, os movimentos socioterritoriais, passam a ser agentes produtores e construtores de espaços sociais e transformadores de espaços (Fernandes, 2005).

À luz de categorias analíticas geográficas, permite analisar a luta pela terra como expressão histórica e geográfica das relações sociais. Nesse horizonte, o MST manifesta-se como sujeito político, histórico, cultural e coletivo que, ao pressionar as formas hegemônicas de apropriação da terra, contribui para problematizar a estrutura agrária brasileira e para a construção de um projeto alternativo voltado à produção de alimentos e à reprodução da vida e democratização do território.

Diferentemente de outras regiões brasileiras, o Centro Oeste, particularmente no Cerrado, apresenta características específicas no que se refere à luta pela terra e o acesso à alimentação. Tais processos estão diretamente relacionados à formação de uma estrutura fundiária marcada pela presença de grandes latifúndios, que contribui para uma forte concentração da propriedade de terras e para intensificação de conflitos e disputas territoriais ao longo dos anos (Fernandes, 2000). Nesse contexto, a territorialização do MST nessa região exigiu estratégia e mobilização capazes de romper com a concentração fundiária bem como problematizar a hegemonia dos grandes proprietários.

Essas dinâmicas acabam se refletindo na luta pela terra no Distrito Federal, cuja sua formação socioespacial está diretamente relacionada à elevada concentração de terras e de renda, fatores que intensificam conflitos associados à especulação imobiliária, à grilagem de terra e à expansão do agronegócio. Nesse cenário, a luta pela terra passa a assumir um caráter reivindicar o direito à terra, mas também passa a denunciar as formas estabelecidas de apropriação indevida de terras (Barros, 2017). Dessa forma, tais mobilizações têm como princípio a soberania alimentar e a construção de assentamentos na região.

Sendo assim, é necessário compreender essas dinâmicas e os conflitos que são as bases estruturantes da luta pela terra e ao mesmo tempo analisar o processo de formação socioterritorial do Distrito Federal, bem como a consolidação de sua estrutura fundiária e a produção agrícola.

2.3 ENTRE CONCRETO E O CAMPO: A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NO DISTRITO FEDERAL E A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Ao buscar compreender a luta pela terra e a dinâmica do campo no Distrito Federal, torna-se necessário analisar o processo de formação socioespacial local. Diferente de outras unidades da federação, o Distrito Federal surge a partir do Decreto 2.874, de setembro de 1956, marco legal que deu início ao processo de ocupação territorial associado à transferência da capital federal para o Planalto Central. Esse processo esteve relacionado a uma articulação política e econômica entre a burguesia industrial e setores da velha oligarquia rural brasileira (Baratto, 2017).

Um objetivo central dessa mudança, apontada por Baratto (2017), era a possibilidade de explorar novas fronteiras no país, na perspectiva de iniciar um período de moderna industrialização da região criando um período para avanços políticos, econômicos e sociais do país. Por trás dessa situação, havia diversos interesses, em grande parte de interesses internacionais a possibilidade de novos espaços e novas empresas estrangeiras se instalarem no Brasil, com isso parte da burguesia industrial da época, alimentado pelo capital financeiro, se deslocaram para o Centro Oeste (Baratto, 2017). Ao mesmo tempo, o velho setor ruralista se apresenta como protagonista da ação política. Dessa forma, a aliança entre a nascente burguesia industrial e a velha oligarquia rural tornou-se fundamental para a consolidação da nova Capital Federal (Baratto, 2017).

Para viabilizar a implementação da nova capital, foram desapropriadas 108 fazendas localizadas nos municípios de Luziânia, Planaltina e Formosa, totalizando uma área de 580 mil hectares (Distrito Federal, 2022). A partir desse processo, a estrutura fundiária do Distrito Federal, passou a ser composta por distintas formas de domínio da terra, que incluía: áreas doadas pelo Estado do Goiás; terras desapropriadas pelo estado do Goiás e posteriormente transferidas à União, áreas desapropriadas pela NOVACAP e terras de domínio particular (Distrito Federal, 2022).

A transferência da sede do governo federal para o Planalto Central contribuiu para o reordenamento do território nacional e para a de configuração socioterritorial do Distrito Federal. Entretanto, embora o centro político do país tenha sido deslocado para Brasília, as principais dinâmicas econômicas permaneceram fortemente concentradas em São Paulo (Santos; Silveira, 2008).

Para Mauro (2021), a construção de Brasília⁸ representou um marco no processo de reorganização territorial do país, a implementação da nova capital acelerou o fluxo migratório e ampliou o interesse do Governo Federal no desenvolvimento da região. Paralelo a isso, grandes investimentos em infraestrutura, especialmente na construção de rodovias, facilitarão a integração econômica entre as regiões do território nacional.

Concomitante a esse processo, a partir da década de 1960, foram implementadas políticas voltadas à ocupação no campo no território. Nesse período, foram criados núcleos e colônias agrícolas nas áreas ao redor de Brasília, com o objetivo de garantir o abastecimento alimentar da população que vinha crescendo (Distrito Federal, 2022). Essas áreas passaram a ser destinadas principalmente à produção de hortaliças e outros gêneros alimentares e passaram a fortalecer a segurança alimentar e a organização da produção agrícola no Distrito Federal (Distrito Federal, 2015).

2.3.1 A estrutura fundiária do Distrito Federal no contexto da ocupação territorial

A construção de Brasília implicou uma profunda reconfiguração fundiária, no Distrito Federal. Embora concebido como o centro administrativo e político do país, o projeto territorial da nova capital não se limitou apenas às áreas urbanas e às Cidades Satélites⁹. Desde sua origem, também a constituição e a organização de áreas rurais, consideradas parte fundamental da estrutura fundiária do Distrito Federal. Essas áreas passaram a ser organizadas a partir da década de 1960, com base em instrumentos institucionais como a Resolução nº 6 Novacap e com o decreto nº 163 do Governo do Distrito Federal - GDF (Rocha, 1992).

Esses instrumentos normativos estabelecem critérios de seleção de arrendatários e para definição de áreas destinadas à produção agrícola voltada ao abastecimento local. Além disso, buscavam evitar ocupações irregulares e promover

⁸ Brasília é a capital do Brasil, cidade planejada, localizada no Distrito Federal, é uma das 35 Regiões Administrativas (RAs). O Distrito Federal-DF, por sua vez, é uma unidade única no território nacional, pois acumula as funções típicas dos estados e dos municípios, exercendo tanto competências políticas quanto administrativa. As RAs, é uma estrutura administrativa pensada para garantir eficiência na gestão pública e proximidade com a população, considerando as particularidades de cada região dentro do DF. Cada RA, possui uma sede e é gerida por um administrador, que é nomeado pelo Governador do Distrito Federal.

⁹ Cidades satélites era o nome atribuído as áreas planejadas para atender as demandas da habitacionais. Com a institucionalidade Administrativas do DF, essas áreas passaram a ser chamadas de Regiões Administrativas – RAS (Distrito Federal, 2015).

uma distribuição da terra em um número maior de estabelecimentos rurais, ainda que com tamanho limitado (Distrito Federal, 2015). Essas áreas, tinham como finalidades não apenas a produção em si, mas sobretudo o abastecimento do núcleo central da capital, na garantia de alimentos à população que ali residia.

Nesse contexto, é importante destacar que a capital foi planejada a partir de um modelo um modelo inglês de organização territorial descentralização metropolitana, estruturado em dois anéis concêntricos ao redor de núcleo piloto, uma organização funcional do território, na qual diferentes atividades seriam distribuídas e distribuídas de forma planejada no espaço (Derntl, 2020).

O primeiro anel era destinado às atividades agrícolas, formando os cinturões verdes, além das cidades satélites (Derntl, 2020). Já o segundo anel destinava - se à instalação de atividades industriais e outras funções económicas complementares (Derntl, 2020). Assim, a criação desses anéis buscava organizar o crescimento urbano ao mesmo tempo evitar a concentração excessiva de atividade no núcleo piloto.

Os cinturões verdes, idealizados durante o projeto de Israel Pinheiro, foram compostos por colônias agrícolas e núcleos rurais. Esses espaços consolidaram-se como estratégia de abastecimento alimentar, para a nova capital, estruturando polos produtivos voltados à agricultura de subsistência, e ao cultivo de hortaliças, legumes, frutas e a produção agropecuária em diferentes regiões administrativas (ROCHA, 1992, Distrito Federal, 2015).

A ocupação inicial dessas áreas ocorreu por meio da criação de núcleos rurais e posteriormente colônias agrícolas. Esses projetos eram implementados, em geral, em áreas desapropriadas e caracterizavam-se por unidades menores e por infraestrutura limitada (Rocha, 1992; Distrito Federal, 2015). O Quadro 7, apresenta de forma sistematizada os núcleos e colônias agrícolas criados, em áreas desapropriadas, indicando as principais características e evidenciando a ampliação dessas áreas ao decorrer dos anos, com a implementação de novos núcleos e áreas rurais (Distrito Federal, 2015).

Quadro 7: Núcleos rurais e colônias agrícolas no Distrito Federal – 1970 e na atualidade

Período	Núcleos rurais e colônias	Características
1960 e 1970	12 núcleos rurais	Vargem da Benção, Monjolo, Sobradinho I, Sobradinho II, Taguatinga, Rio Preto, Tabatinga, Alagado, Santa Maria, Vargem Bonita, Riacho das Pedras, Ponte Alta, Visconde de Inhaúma.
1980 e 1990	2 Núcleos Rurais	Taquara, Pipiripau, Jardim, Santos Dumont, Sobradinho dos Melos.
1960 a 1980	Colônia Agrícola	Alexandre Gusmão, Capão Seco, Estanislau; Nova Betânia.
1990 a 2000	Colônia Agrícola	Arniqueira, Águas Claras; Aguilhada; Coqueiros; São José; Sobradinho; IAPI; Bernardo Sayão; Samambaia; Vicente Pires; Visconde de Inhaúma; Água Doce; Bagagem; Bananal; Brocotó; Cachoeira; Catingueiro; Córrego do Ouro; Fercal; Grotão; Lajedo; Lobeiral; Mogi; Pedreira; Queima Lençol Ribeirão Santa Cruz; Sítio do Mato; Vão do Buraco; Vão dos angicos. Núcleo Bandeirante I.
1990-2000	Núcleos rurais	Córrego Currais, Córrego do Torto, Curralinho-Almécegas, Engenho das Lages, Incra 9, Lago Oeste, Mestre D' Armas, P norte e Planaltina. Alagados, Boqueirão, Córrego Currais, Córrego da Onça, Córrego da Palha; Córrego da Palha, Curralinho Almécegas; Engenho das Lages; Incra 9; Lago Oeste, Mestre D'Armas; Mogri Segrandi, Olhos D'água; Planaltina; Santos Dumont; Sítios Agrovale, Zumbi dos Palmares, Urubu, Taquari, Bálsamo; Tamanduá, Olhos D'água - Lago Norte; Jerivá; Bananal; Casa Grande.

Fonte: Dados SEDUH/DF, Rocha, 1992 e Distrito Federal, 2015

A criação desses núcleos e colônias agrícolas revela que o território do Distrito Federal foi estruturado com um planejamento urbano e uma organização produtiva para o campo. A partir de 1966, novos marcos normativos passaram a regular a ocupação das áreas rurais do Distrito Federal, entre elas a Resolução nº 44 da NOVACAP, e o Decreto nº 1052, de 29/07/1969, do Governo do Distrito Federal (Distrito Federal, 2015). Diferentemente das políticas anteriores, essas normas na

flexibilizaram os limites estabelecidos para o tamanho das propriedades rurais, abrindo espaço para a consolidação de grande propriedade de terra (Rocha, 1992).

Apesar dessas transformações institucionais, o modelo dos cinturões verdes demonstrou relativa resiliência ao longo do tempo. Mesmo diante do expressivo crescimento urbano do Distrito Federal, esse arranjo territorial permaneceu sendo uma referência na organização espacial da produção agrícola. Porém, nas décadas seguintes, esse modelo passou a conviver com intensas disputas fundiárias, impulsionadas pela especulação imobiliária, pela grilagem de terra e pela expansão do agronegócio voltado à produção de grãos em detrimento aos alimentos para o abastecimento local (Dourado, 2015).

O processo de ocupação rural pode ser observado também por meio dos dados do censo agropecuário do IBGE. Entre as décadas de 1960 a 1970, verificou-se um crescimento bastante expressivo no número de estabelecimentos rurais no Distrito Federal. Nesse período (Tabela 1), o total de estabelecimentos passou de 273, em 1960, para um total de 1.913 em 1970, representando um aumento de aproximadamente 700%. Em relação à área ocupada, houve um crescimento de 139.378 hectares para 170.019 hectares, correspondendo a um aumento de cerca de 21% (Rocha, 1992).

Tabela 1: Distribuição dos estabelecimentos agropecuários no Distrito Federal 1960-1970

Grupo de áreas total	1960				1970			
	Estabelecimento		Área		Estabelecimento		Área	
	Número	%	ha	%	Número	%	ha	%
Total	273	100	139.378	100	1.913	100	170.019	100
Menos de 20 há	38	13,92	293	0,21	863	45,12	6.049	3,56
de 20 a menos de 100	133	48,72	8.996	6,45	910	47,57	49.229	28,95
100 ha e mais	102	37,36	130.089	93,34	140	7,31	114.741	67,49

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1960-1970, disponibilizado por Rocha, 1992.

Vale ressaltar que, apesar da expansão dos estabelecimentos rurais, o processo de ocupação dessas áreas não foi acompanhado por uma regularização fundiária, em muitos casos nem desmembramento das fazendas originárias e em nenhum momento as pessoas que moravam no local teriam direito a terras ocupadas, grande parte dos agricultores passaram a residir e produzir nessas áreas não tiveram a garantia do direito formal de proprietário da terra (Rocha, 1992, Distrito Federal,

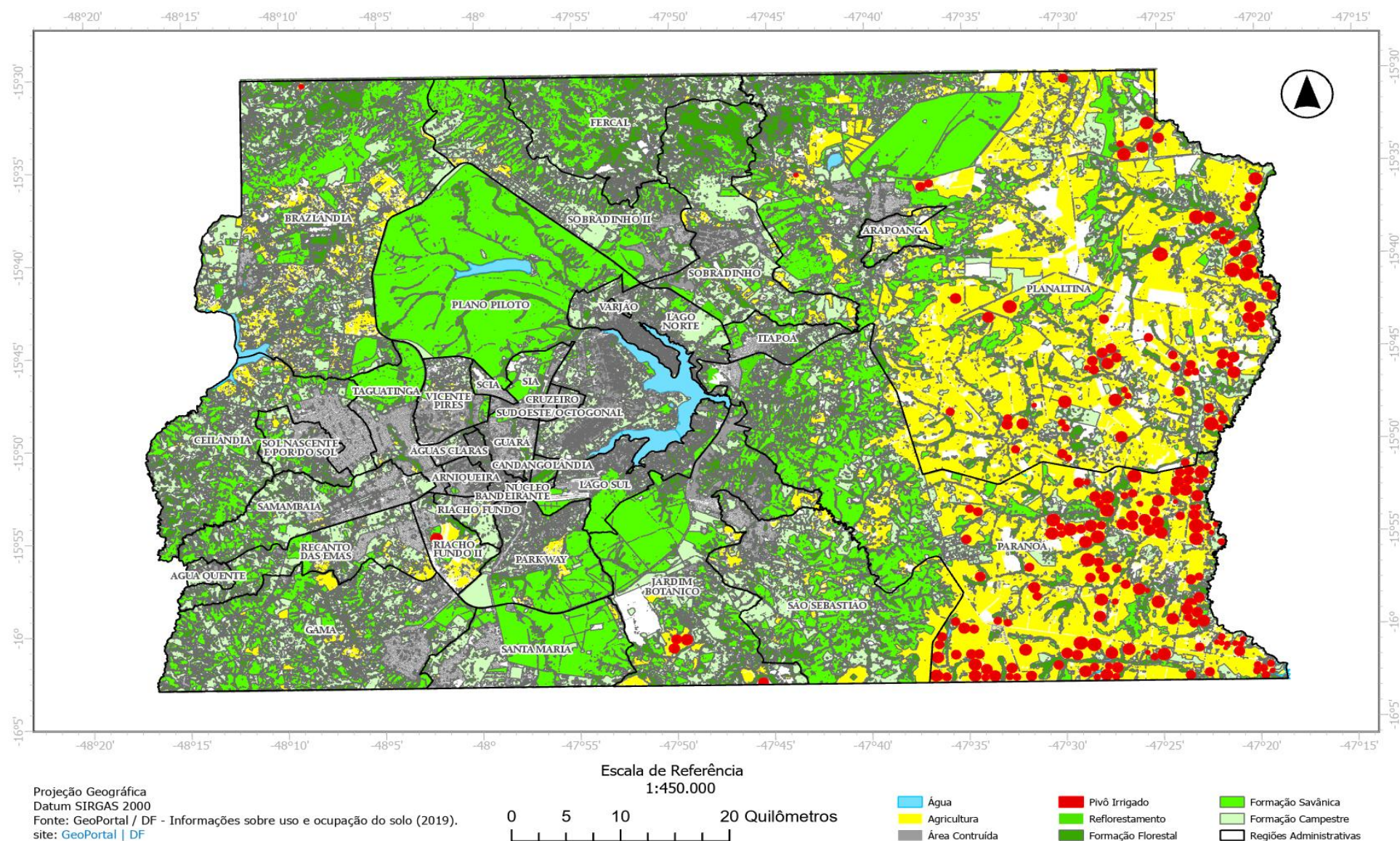
2015).

A partir da década de 1970, houve uma mudança significativa na política agrícola. Em 1977, o Estado passou a intervir de maneira mais direta no desenvolvimento da agricultura no Distrito Federal, incorporando áreas até então pouco exploradas aos processos produtivos, mas não com o intuito de produção de alimentos mais uma produção mais intensa de monocultivos (Baratto, 2017). Nesse contexto foi criado o Programa de Assentamentos Dirigido do Distrito Federal (PAD-DF), iniciativa voltada à modernização da agricultura com a introdução de pacotes tecnológicos, mecanização e novas técnicas produtivas.

O PAD-DF constituiu um dos principais marcos na consolidação do modelo do agronegócio na região (Baratto, 2017). O programa priorizou a implementação de grandes unidades produtivas voltadas principalmente à produção de grãos especialmente na porção leste do Distrito Federal. Essa estratégia baseava-se na ocupação de áreas consideradas disponíveis por meio da incorporação de tecnologias agrícolas modernas, mecanização intensa e com uso de agrotóxico (Baratto, 2017; Distrito Federal, 2015).

Da década de 1990 aos dias atuais, esse modelo consolidou-se de maneira mais intensa. Grandes áreas do Distrito Federal passaram a ser utilizadas para monocultivos de grãos, como soja, milho e sorgo, ocupando aproximadamente 61 mil hectares (Figura 7) (Baratto, 2017). Outra característica importante é o uso intensivo de irrigação, especialmente por meio de pivôs centrais, pulverização áreas de agrotóxico, mecanização pesada e controle da força de trabalho local por empresas multinacionais ali instaladas (Baratto, 2017).

Figura 7: Uso e ocupação do solo do Distrito Federal



A partir de 1985, com a implementação do Plano de irrigação, o PAD-DF, consolidou-se como um modelo de produção integrado aos grandes mercados, abandonado o sentido social e econômico de produção agrícola e fortalecendo a lógica mercantil produtivista e provocando um total desequilíbrio territorial (Distrito Federal, 2015). Nesse contexto. O PAD-DF estruturou-se a partir de um modelo de produção em larga escala, baseado em unidades produtivas com áreas iguais ou superiores a 200 hectares (Baratto, 2017).

Esse padrão produtivo representou elevados índices de produtividade da terra sustentados pela incorporação intensa de tecnologias agrícolas, sistema de irrigação e infraestrutura produtiva (Baratto, 2017). Ao mesmo tempo, esse processo contribuiu para a valorização fundiária das áreas agrícolas do Distrito Federal e consequentemente aumentou a demanda por terras, e intensificando processos de especulação imobiliária e concentração fundiária (Baratto, 2017).

Assim é possível, a partir dos dados do censo agropecuários, observar como esse modelo produtivo contribuiu para aprofundar a concentração fundiária no Distrito Federal. Ao longo das décadas de 1970 a 2017, verificou-se crescimento no número de estabelecimentos rurais e na área total ocupada (Tabela 2). Nesse período, foram registrados 3327 estabelecimentos, com ampliação de aproximadamente 87.026 hectares de área agrícola.

Tabela 2: Evolução do número de estabelecimentos agropecuários, por grupos de áreas total no Distrito Federal 1970 a 2017

Grupo de áreas	1970		2017	
	Número	ha	Número	ha
Total	1.913	170.019	5.240	257.045
Menos de 10 ha	619	2.265	3.400	12.765
de 10 a menos de 100 ha	1.056	38.592	1.426	44.034
de 100 a menos de 1000 ha	218	69.607	373	108.979
1000 ha e mais	20	59.155	41	91.267

Fonte: IBGE - Censo Agropecuários, 1970 e 2017

O que se percebe é que a análise da distribuição dos estabelecimentos rurais por grupos de área evidencia a persistência de forte concentração fundiária no Distrito Federal. Em 1970, os estabelecimentos com áreas entre 0 a 100 hectares representavam cerca de 87,56% do total das propriedades, mas ocupavam apenas 24,27% da área agrícola. Em contrapartida, os estabelecimentos com mais de 100

hectares correspondiam a aproximadamente 12,44% das propriedades, concentrando cerca de 75,73% da área total. Ao compararmos com os dados do Censo de agropecuário de 2017, observa-se que, embora tenha ocorrido um aumento no número de pequenas propriedades, a concentração da área agrícola nas grandes propriedades permanece significativamente, deixando claro como no Distrito Federal há uma grande concentração de terras para a produção em larga escala e não a produção de alimentos necessários à população.

Essas políticas agrícolas proporcionaram grandes transformações significativas na estrutura fundiária do Distrito Federal, ao estimular a incorporação intensiva de insumos industriais, maquinários e agrotóxicos (Baratto, 2017). Tal configuração contribuiu para aprofundar as desigualdades no acesso à terra e aos recursos naturais, ampliando a pressão sobre o uso da terra e da água e consolidou um padrão agrário marcado pela concentração fundiária e por impactos ambientais relevantes (Baratto, 2017).

Outro fenômeno que essa política proporcionou como consequência, foi a intensificação da especulação imobiliária e a grilagem de terras no Distrito Federal. Criando condições favoráveis para a apropriação privada de terras em áreas rurais e para ampliação de disputas territoriais. Nesse cenário, a ausência de estratégia governamentais e de planos bem estruturados de ordenamento territorial no Distrito Federal, favorecendo os interesses econômicos privados em detrimento às demandas socioambientais e da produção de alimentos interesses socioambientais e a voltados a suprir a produção de alimentos.

Dessa forma, a produção agrícola no Distrito Federal deve ser compreendida a partir dessas dinâmicas territoriais, que marcam o processo de ocupação e organização dessas áreas rurais. Assim, ao analisar esse processo de formação e consolidação das áreas agrícolas, permitem entender a produção agrícola no Distrito Federal nos dias atuais.

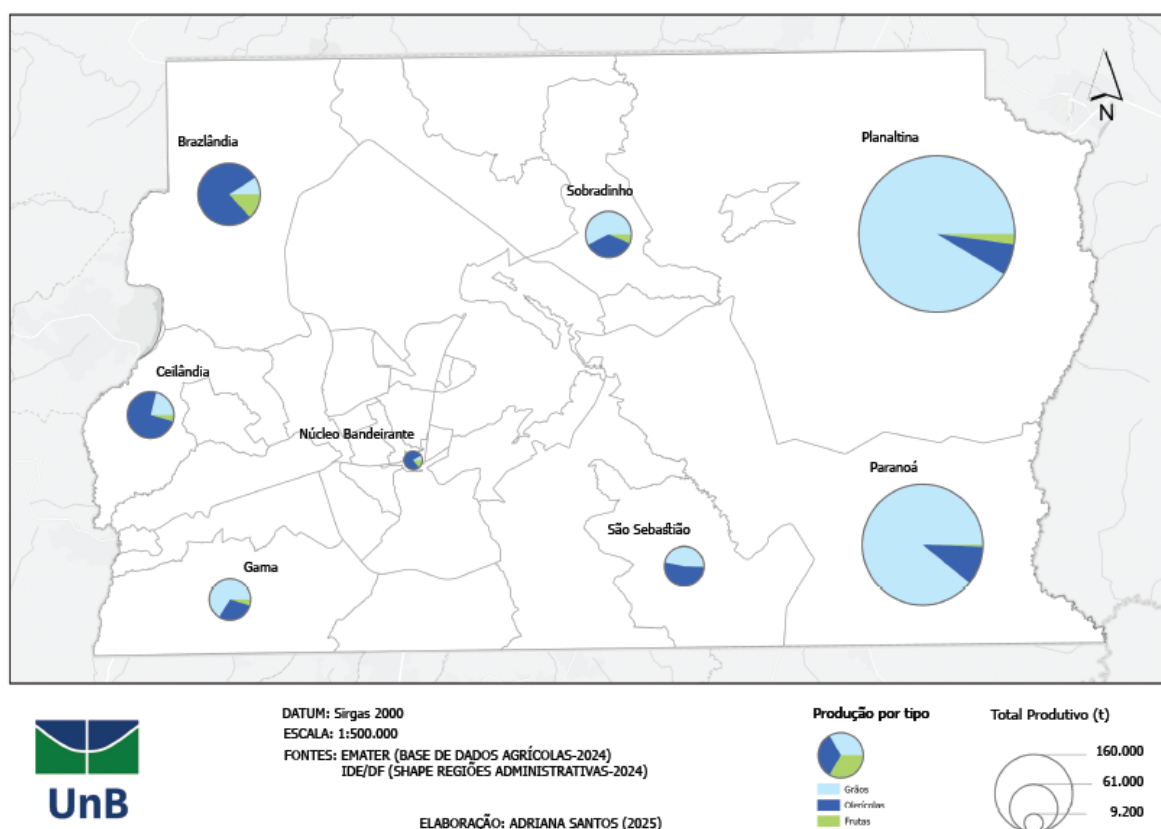
2.3.2 A produção agrícola no Distrito Federal

Apesar do aceleramento urbano promovido pela especulação imobiliária, pela grilagem de terras e pelo avanço do agronegócio, o Distrito Federal tem se destacado no cenário da produção agrícola. Atualmente, a produção é bastante diversificada, abrangendo culturas como hortaliças, frutas e grãos, o que evidencia a relevância do espaço rural na dinâmica econômica do território. No entanto, essa capacidade

convive de forma contraditória com a persistência da insegurança alimentar entre parcelas significativas da população do Distrito Federal, questão que será discutida de forma mais profunda no capítulo seguinte.

Conforme observado na Figura 8, algumas regiões do DF apresentam uma predominância na produção de grãos, enquanto outras se destacam pela diversidade agrícola, especialmente na produção de hortaliças e frutas que são destinadas ao abastecimento da população.

Figura 8: A produção agrícola do Distrito Federal 2024



As Regiões Administrativas com maior presença de atividades agrícolas se distribuem, de modo geral, em duas grandes áreas geográficas: as regiões oeste e leste do Distrito Federal. Na região oeste, destacam-se a região Brazlândia, Ceilândia, Núcleo bandeirantes, Gama, Santa Maria e Samambaia, onde predomina uma produção diversificada, voltada principalmente para o abastecimento da população, com destaque para o cultivo de hortaliças. Já na região leste, concentram-se as RAs Paranoá, Planaltina, São Sebastião e Sobradinho, áreas que receberam investimentos significativos voltados para a agricultura, especialmente por meio do

PAD-DF nessas localidades. Essas áreas também produzem hortaliças e frutas, mas a predominância é a produção de grãos.

Essas áreas refletem, o processo de consolidação das zonas agricultáveis no Distrito Federal. Por um lado, permanece a ideia dos cinturões verdes, voltados ao abastecimento alimentar da população. Por outro lado, o PAD-DF, que se estrutura a partir de um modelo baseado no monocultivo.

Nesse contexto, merece destaque a produção dos assentamentos do Distrito Federal. Embora essa produção não esteja plenamente nos documentos oficiais, ela exerce papel fundamental no enfrentamento da insegurança alimentar, por meio da produção de alimentos voltada ao autoconsumo, à doação e aos circuitos curtos de comercialização de feiras. Na defesa do território, o fortalecimento da agricultura camponesa, agroecológica, na defesa da soberania alimentar. Essa invisibilidade reforça a marginalização dos assentamentos, e dificulta o reconhecimento de sua contribuição para a segurança alimentar no DF.

Neste contexto, a coexistência entre a produção agrícola e a insegurança alimentar no Distrito Federal revela uma contradição estrutural do modelo de produção vigente. Esse cenário é agravado pelo avanço da especulação imobiliária e o agronegócio sobre áreas rurais. Assim, a terra deixa de ser apenas um meio de produção e passa a ser central de conflitos territoriais no Distrito Federal.

2.4 QUANDO A TERRA SE TORNA CONFLITO: A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA, A GRILAGEM E O AGRONEGÓCIO ENQUANTO EXPRESSÃO DE DISPUTAS NO DISTRITO FEDERAL

O campo precisa ser compreendido como um território multiescalar e multidimensional, marcado por constantes disputas territoriais. Ele expressa a dimensão conflitual da realidade concreta própria da luta de classes, permanentemente atravessada por movimentos de expansão, espoliação e resistência (Alentejano, 2021; Chuva, et al., 2021; Oliveira, 2005; Fernandes, 2005). Essa dinâmica ocorre porque o capitalismo se reinventa constantemente, buscando novas formas de acumulação, ampliação de fronteiras e reconfiguração territorial (Harvey, 2005).

As tensões geradas por esse processo permanecem vivas na atualidade e se expressam por meio de conflitos territoriais, entendidos como disputa pelo uso, controle e apropriação do território, envolvendo diferentes sujeitos sociais e modelos

antagônicos de sociedade (Stédile, 2021). Esses conflitos são impulsionados por interesses econômicos e políticos, incidindo diretamente sobre as formas de acesso à terra, aos recursos naturais e às condições de reprodução social das populações locais (Baratto, 2017).

Trata-se, portanto, de conflitos estruturais, promovidos por interesses políticos e econômicos que moldam a organização territorial, que revelam disputas permanentes entre distintos projetos de sociedade e modelo de desenvolvimento no campo (Stédile, 2005). Esses conflitos manifestam-se por meio da especulação imobiliária, da grilagem de terras e do avanço do agronegócio, resultando na concentração fundiária, na expulsão e deslocamento de comunidades tradicionais e populações vulneráveis, na apropriação privada de bens comuns água e florestas, da degradação ambiental e da precarização das relações de trabalho no campo.

No Distrito Federal, essas contradições ganham contornos ainda mais complexos. A valorização de terras urbanas e rurais, impulsionada pela especulação imobiliária, pela grilagem e pela expansão do agronegócio, pressiona as áreas rurais e intensifica as tensões entre os interesses urbanos e agrícolas. A substituição de áreas destinadas à produção de alimentos por grandes empreendimentos urbanos, converte a terra em mercadoria de alto valor especulativo, ao mesmo tempo em que provoca degradação ambiental, inclusive em áreas de protegidas.

A política de regularização fundiária no Distrito Federal, tem se consolidado como um dos principais eixos de conflitos em torno do uso e da apropriação da terra. A coexistência de diferentes marcos legais, como a lei N° 5.803/2017, que institui a Política de Terras Públicas sob gestão da ETR, e a Lei 1512/199, que criou o Programa de Assentamentos de Trabalhadores Rurais (PRAT), expressa disputas entre distintos projetos de território. Embora apresentadas como instrumentos de ordenamento e segurança jurídica, essas políticas têm operado, em muitos casos, como mecanismo que favorecem a mercantilização da terra.

A titulação individual, especialmente quando mediada por instrumentos burocráticos como chamada pública a forma estabelecida, nessas leis tende a restringir o acesso à terra e a fragilizar a permanência dos trabalhadores rurais, abrindo espaço para a especulação imobiliária, a grilagem de terra e a expansão do agronegócio áreas destinadas à produção de alimentos e à conservação ambiental (Ivoneide, 2018). A terra deixa de ser compreendida como bem comum e passa a ser tratada como ativo econômico, acentuando os conflitos fundiários no Distrito Federal.

Nesse contexto de intensificação dos conflitos e disputas territoriais no Distrito Federal, o Governo do Distrito Federal (GDF), tem historicamente assumido papel central. Seja pela implementação de políticas públicas, seja pela promulgação de leis, o Estado tem contribuído para a legitimação da valorização da terra e institucionalizam práticas de desterritorialização, degradação ambiental e segregação socioespacial (Lobato, 1993). Dessa forma, observa-se que políticas públicas e dispositivos legais implementados no Distrito Federal têm contribuído, de maneira direta ou indireta, com os conflitos territoriais (Quadro 8).

Quadro 8: Políticas públicas e leis relacionadas aos conflitos

Lei e Política Pública/ano	Finalidade	Beneficiados	Impactos e conflitos
Programa de Assentamentos dirigidos do Distrito Federal – PAD-DF, 1977	Destina terras públicas para grandes monocultivos, como exemplo: soja, milho e sorgo	Grandes produtores e empresas do agronegócio	Aumento da concentração fundiária, Uso de Práticas agrícolas insustentáveis como: Irrigação por pivô central, uso intensivo de agrotóxico, mecanização pesada e aumento das tensões entre os assentamentos e o agronegócio.
Lei nº 5.803/2017 - política de regularização de terras públicas rurais	Institui mecanismos de regularização fundiária de terras públicas ou da TERRACAP. Estabelece critérios para a titulação de terras.	Produtores rurais que preenchem os requisitos legais	Tem como objetivo ordenar a ocupação das terras no Distrito Federal.
Projeto de Lei nº 1258/2024 (sancionado como Lei nº 7.560/2024)	Altera a Lei nº 5.803/2017, regularização fundiária,	Grandes agentes econômicos e investidores	Permite uma regularização fundiária mais rápida e com menos exigência. Pequenos produtores, trabalhadores rurais e comunidades, assentamentos e a conservação ambiental foram prejudicados,

			Flexibilidade de critérios de avaliação e titulação e enfraquecimento na proteção ambiental Intensificação da especulação imobiliária, concentração de terras e fragilização da função social da terra.
--	--	--	---

Fonte: Elaboração própria, com na Lei 5.803/2017 e na Lei nº 7.560/2024.

Vale mencionar que empresas estatais, como a Terracap e sua subsidiária ETR (Anexo I), têm a atribuição de regulamentar e conservar o uso das terras no Distrito Federal. No entanto, essas instituições públicas têm frequentemente legitimado práticas controversas, tais como a apropriação irregular de terras públicas, a expansão urbana sobre áreas de conservação ambiental e a ausência de consulta às comunidades tradicionais e aos assentamentos rurais. Tais práticas têm resultado em conflitos fundiários e processos de expropriação de terras ocupadas, sobretudo em regiões com forte presença do MST, como Brazlândia e Planaltina.

Esses conflitos envolvem uma multiplicidade de atores sociais, incluindo movimentos socioterritoriais e povos indígenas, empresas dos agronegócios, TERRACAP, órgão do GDF, setores do mercado imobiliário privado e grupos de grileiros que atuam historicamente na região. A partir da análise de matérias jornalísticas, é possível notar as disputas pelo controle do território, insegurança fundiária e pressão sobre áreas sensíveis, tornam-se temas no debate público no Distrito Federal (Quadro, 9).

Quadro 9: Conflitos e impactos nos assentamentos em matérias jornalísticas

Matéria	Dinâmica do Conflitos: impactos nos Assentamentos
Grilagem de terras é o maior problema ambiental do DF ¹⁰	A grilagem é apontada pelo então secretário do Meio Ambiente, como o maior problema ambiental do Distrito Federal. Ele destaca que causa assoreamento e contaminação de lagos e rios, aumento de impermeabilização do solo e ocupações em áreas de risco.
MST denuncia ataque de grileiros em ocupação na região de Planaltina ¹¹	Ocupações rurais são alvo de ataques e bloqueios por grileiros, que atuaram impedindo o acesso à água e aos alimentos das famílias assentadas.
Famílias de acampamento em Brazlândia (DF) realiza ato para denunciar grilagem ¹²	Ato político reuniu representantes de movimentos e entidades sindicais em defesa da reforma agrária e denúncia da grilagem de terras na região, além de reivindicar a retomada de novos assentamentos.
MPDFT denuncia grileiros que atuam em São Sebastião ¹³	Denúncia de grilagem envolvendo empresário, agiotas, advogados e agentes revelam um mega esquema organizado de apropriação irregular de terras e ameaças constantes às famílias assentadas na Região de São Sebastião.
Imobiliária no DF é alvo de operação por suspeita de vender lotes irregulares ¹⁴	Empresa foi denunciada por suspeita de anunciar e intermediar vendas em um condomínio no Lago Norte. Essas práticas reforçam questões impostas de uma rede de grilagem e venda de lotes irregulares no Distrito Federal.

¹⁰ Sema (2017), disponível em: <https://www.sema.df.gov.br/w/grilagem-aumenta-os-riscos-de-desabastecimento-da-populacao>

¹¹ Brasil de Fato (2022), disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/02/df-mst-denuncia-ataque-de-grileiros-em-ocupacao-na-regiao-de-planaltina/>

¹² Brasil de Fato (2022), disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/31/familias-de-acampamento-em-brazlandia-df-realizam-ato-para-denunciar-grilagem/>

¹³ Metrôpoles (2022), disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/mpdft-denuncia-grileiros-que-atuavam-em-sao-sebastiao>

¹⁴ DF Record (2023), disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/df-record/videos/imobiliaria-no-df-e-alvo-de-operacao-por-suspeita-de-vender-lotes-irregulares-11052023/>

Projeto de lei sobre regularização de terras públicas no Distrito Federal Pode incentivar grilagem, apontam especialista ¹⁵	Especialistas apontam que o regime de urgência do projeto de lei, sem ampla discussão com a sociedade, pode facilitar a regularização de terras de forma inadequada e favorece práticas de grilagem e tensões fundiárias no DF.
Juiz da Vara de meio ambiente fala sobre grilagem de terras e incêndio ao Correio Braziliense ¹⁶	Ele aponta que a grilagem é o maior causador do problema ambiental no Distrito Federal sendo os incêndios apenas parte de um problema que se articula com a omissão para com todos os aspectos ambientais.
Foco de grilagem e queimada no DF, área da Flona tem 347 imóveis rurais ¹⁷	A grilagem no Distrito Federal é um esquema criminoso e lucrativo, que movimenta milhões de reais. A grilagem se associa à violência, cujos crimes são relacionados: à manutenção de áreas, então tem ameaças, extorsões, lesão corporal, homicídio além de milícias e tráfico de drogas se associando ao esquema criminoso.
No DF, combate à grilagem exige medidas novas e mais efetivas ¹⁸	Os conflitos fundiários no Distrito Federal são marcados pela grilagem de terras, que afetam diretamente os assentamentos urbanos e rurais, pois estimulam a ocupação irregular do solo, a expansão de moradias precárias e a degradação ambiental.
Terracap vende terras 50 vezes menores que as do mercado. Prejuízo do DF será de R\$ 655 milhões ¹⁹	Essa prática impulsiona a especulação sobre as áreas rurais aumentando as disputas territoriais, pois pressiona os assentamentos e pequenos produtores diante da valorização e mudança na destinação das terras no Distrito Federal.

Fonte: Sema, 2017; Brasil de Fato, 2022; Brasil de Fato, 2022; Metrôpoles, 2022; DF Record, 2023; Correio Braziliense, 2024; Correio Braziliense, 2024, Metrôpoles, 2024; AdemiDF, 2024; Metrôpoles, 2025.

¹⁵ Correio Braziliense (2024), disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2024/10/6958163-gdf-sanciona-projeto-de-lei-que-favorece-regularizacao-de-terrenos-rurais.html>

¹⁶ Correio Braziliense (2024), disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/cbpoder/o-maior-causador-do-problema-ambiental-no-df-e-a-grilagem-diz-o-juiz-carlos-maroja/>

¹⁷ Metrôpoles (2024), disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/foco-de-grilagem-e-queimada-no-df-flona-tem-347-imoveis-rurais>

¹⁸ AdemiDF (2024), disponível em: <https://ademidf.com.br/2024/09/26/no-df-combate-a-grilagem-exige-medidas-novas-e-mais-efetivas/>

¹⁹ Metrôpoles (2025), disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/terracap-vende-terras-por-preco-50-vezes-menor-que-do-mercado-prejuizo-do-df-sera-de-r-655-milhoes>

Em contrapartida a essa lógica, o MST denuncia que a disputa pela terra ultrapassa a simples posse jurídica, mas envolve projetos antagônicos de uso do território. Ao defender a concessão de uso e não a titularização definitiva e individual da terra, o movimento busca evitar a reconcentração fundiária e reafirma os assentamentos como territórios de resistência frente à grilagem, à especulação imobiliária e ao avanço do agronegócio (Ivoneide, 2018).

Os assentamentos do MST no Distrito Federal demonstram como a luta pela terra se materializa na realidade e assim o território passa a ter múltiplas dimensões sendo espaços em que a produção agrícola, a conservação ambiental, a organização social e a cultura se articulam em torno de um projeto de sociedade.

2.5 OS ASSENTAMENTOS DO MST NO DISTRITO FEDERAL COMO EXPRESSÃO DAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO TERRITÓRIO

A territorialização do MST no Distrito Federal constitui um processo marcado por lutas sociais e disputas políticas e territoriais, que vão além da simples ocupação da terra. Os assentamentos simbolizam mais do que a apropriação física do espaço: configuram territórios de resistência e reprodução da vida camponesa integrando as dimensões política, social, econômica e ambiental (Fernandes, 2000). Nesse sentido, os assentamentos do MST podem ser compreendidos como expressão concreta das múltiplas dimensões do território onde enfrentam a especulação imobiliária, a grilagem de terra e o agronegócio, com a produção de alimentos, conservação ambiental, o que fortalece sua organização social (Fernandes, 2005 e 2000).

A forma como as áreas rurais foram constituídas no Distrito Federal, como analisados nos capítulos anteriores, evidencia uma configuração excludente. As leis e decretos direcionados para um grupo, marginalizam grande parte da população com vínculo tradicional com a terra, além de não oferecer políticas de inclusão fundiária para migrantes que buscavam melhores condições de vida.

Outro fator determinante é a valorização imobiliária, a intensa pressão urbana e a expansão do agronegócio que restringe à terra no Distrito Federal. Nesse contexto, a grilagem de terras consolidou-se como um dos principais entraves ao acesso à terra e à efetivação da justiça fundiária na região (Barros, 2017).

Essas condições de exclusão e concentração territorial criaram as condições objetivas para o surgimento e territorialização do movimento no território na década de 1990, mais precisamente em 1993, marcando a luta pela terra também na capital.

A presença do MST no Distrito Federal tem caráter estratégico, uma vez que está próximo ao centro político – administrativo do país, fortalece a capacidade de mobilização, pressão política e diálogo direto com os órgãos responsáveis pela reforma agrária (Barros, 2017).

As ocupações de terra realizadas pelo MST no Distrito Federal definem-se, assim, como estratégias de enfrentamento ao modelo hegemônico de uso do solo, historicamente dominado pelo agronegócio e pela especulação imobiliária. Nessa perspectiva, a luta do movimento ultrapassa a dimensão do acesso ao recurso produtivo, constitui-se como uma terra por território, entendido como um ato de reapropriação do espaço e de construção de novas relações sociais no território (Oliveira, 2001)

As primeiras ocupações ocorreram nas Regiões Administrativas de Brazlândia e Planaltina, regiões que atualmente concentram diversos assentamentos do movimento como: Gabriela Monteiro em Brazlândia e o Oziel III, em Planaltina (Barros, 2017). A Figura 9 apresenta um registro visual do processo de territorialização do MST no Distrito Federal, evidenciando os primeiros momentos de ocupação.

Figura 9: Ocupação Fazenda Sálvia, hoje assentamento Pequeno Willian



Fonte: Janderson Barros, 2004

Essas ocupações incidiram, majoritariamente sobre áreas marcadas pela grilagem, caracterizado pela privatização ilegal de terras públicas e reivindicando sua

destinação ao cumprimento da função social da terra. Nas análises de Barros (2017), a escolha dessas áreas não foi aleatória, mas parte de uma estratégia política do movimento, constituindo-se como uma forma de contestação à lógica da privatização capitalista do território.

Com as ocupações, intensifica-se também a luta por direitos sociais mais amplos. Assim as mobilizações cumprem (Figura 10), nesse sentido, o papel de denunciar as negligências sofridas nesses territórios, ao mesmo tempo em que se afirmam novos sentidos para o espaço camponês, onde se passa a produzir vida e a conceber o alimento enquanto patrimônio social e coletivo. Dessa forma, a luta pela terra no Distrito Federal além da reivindicação pelo acesso à terra, as mobilizações constituem estratégias de pressão política por melhores condições de vida, disputa por políticas públicas e pelo fortalecimento da Reforma Agrária Popular que além da produção de alimento se orienta pelos princípios da soberania alimentar.

Figura 10: Mobilizações realizada em Brasília, para reivindicar a desapropriação de áreas



Fonte: Janderson Barros, 2000

Atualmente, a atuação do MST ultrapassa os limites político-administrativos do Distrito Federal, estendendo-se por todo o seu entorno. Essa presença abrange áreas do Nordeste Goiano, tendo os municípios de formosa, flores de Goiás, Simolândia, Alvorada do Norte, Alto paraíso, Água Fria e São João d' Aliança, além do Noroeste Mineiro incluindo os municípios de Buritis, Arinos, Unaí e Uruana, (Barros, 2017).

Esses territórios passam a se articular por meio de rede de acampamentos e assentamentos, configurando uma territorialidade mais ampla e regionalizada expressando o caráter dinâmico da territorialização do movimento.

Essa dimensão regional expressa o caráter dinâmico da territorialização do MST, que se projeta sobre a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF). Tal expansão demonstra não apenas a capacidade organizativa do movimento, mas também sua adaptação às condições geográficas, políticas e fundiárias da região, marcada pela concentração de terra e pela especulação imobiliária (Barros, 2017).

A territorialização do MST no Distrito Federal e em seu entorno assume um caráter duplamente estratégico: Por um lado, busca recuperar terras públicas desviada de sua função social, por outro, reafirma o papel político do movimento na denúncia das injustiças fundiárias e na construção de territórios populares que expressam novas formas de viver, produzir e resistir no campo.

No contexto recente, o MST no Distrito Federal abrange oito assentamentos, nas Regiões Administrativas de Brazlândia e Planaltina. Cinco assentamentos situam-se em Brazlândia, abrigando aproximadamente 112 famílias assentadas, enquanto três localizam-se em Planaltina, com cerca de 197 famílias (Quadro 10). Ao todo, contabilizam-se 309 famílias assentadas vivendo nesses territórios, o que representa uma parcela significativa da atuação do MST na região e evidencia os resultados das ocupações de áreas anteriormente destinadas à pecuária extensiva, à monocultura e à grilagem de terra.

Quadro 10: Assentamentos do MST no Distrito Federal, segundo número de famílias, localização e ano de constituição

Nome	Quantidade de Famílias	Fazenda e Localização	Data da constituição em assentamento
Gabriela Monteiro	21	Parte do núcleo rural composta por glebas e lotes, Brazlândia	2003
Canaã	66	Área antes utilizada para a monocultura de eucalipto, Brazlândia	14/10/2024
Oscar Niemeyer	6	Fazenda Gama, conhecida como casa da fazenda Gama, Reserva F Gleba 1 Projeto de integração e	06/01/2026

		colonização Alexandre Gusmão Brazlândia	
Graziela Alves	10	Área pertencente ao INCRA, Brazlândia	2003
Dorothy Stang	10	Área pertencente à União, Brazlândia	2010
Márcio Matos	5	Fazenda Sálvia	Pré- assentamento ²⁰
Pequeno William	22	Fazenda Sálvia, Planaltina	26/11/2011
Oziel Alves	170	Fazenda pertencia ao Ministério da Agricultura, Fazenda Pipiripau, Planaltina	20/12/2012

Fonte: Elaboração própria, 2025, a partir dados do INCRA

Nos assentamentos observa-se uma profunda transformação do uso e no significado das terras, além de reforçar o papel do MST na reconfiguração territorial e produtiva dessas áreas “o chão onde pisava o boi” tornou-se territórios de produção diversificada e sustentável de alimentos. Esses territórios consolidam-se assim, como territórios camponeses orientados por práticas agroecologia, soberania alimentar, diversidade produtiva e pela afirmação e reafirmação do projeto político do MST, a Reforma Agrária Popular no Distrito Federal.

²⁰ Pré-assentamento são áreas ocupadas que estão passando por processo de regularização fundiária.

CAPÍTULO 3: TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: O MST E A SOBERANIA ALIMENTAR NO DISTRITO FEDERAL

"A Reforma Agrária Popular não é mais a reforma agrária camponesa, que apenas divide o latifúndio. Uma Reforma Agrária Popular significa que ela interessa a todo o povo, porque muda os paradigmas. Agora nós queremos uma reforma agrária para, em primeiro lugar, produzir alimentos para o povo".

(João Pedro Stédile - Direção Nacional do MST).

O Distrito Federal, embora seja centro político-administrativo do país, enfrenta profundas contradições sociais. Entre elas, destaca-se a insegurança alimentar²¹, que atinge uma parcela significativa da população. Ao mesmo tempo, o território abriga experiências de produção agroecológica que questionam o modelo hegemônico e reafirmam o alimento enquanto um direito fundamental.

Destaca-se, nesse cenário, a Reforma Agrária Popular encabeçada pelo MST, ao propor um sistema alimentar fundamentado na diversidade produtiva e no uso social da terra. Assim, o território afirma-se como espaço de resistência às desigualdades sociais históricas e geográficas construídas no campo e, simultaneamente, como lugar de construção coletiva de um novo projeto de vida no campo, baseado em formas alternativas de produzir, viver e se alimentar, sustentadas pela justiça social e soberania alimentar (MST, 2025).

O debate sobre a soberania alimentar no Brasil não pode ser dissociado das lutas históricas por terra, justiça social e reforma agrária (Fernandes, 2005). No Distrito Federal, essas disputas assumem contornos específicos, marcados pela elevada concentração fundiária e de renda. A fome, nesse contexto, revela-se atravessada por marcadores sociais como cor, raça e classe. Além disso, observa-se a ausência de políticas distritais estruturantes que enfrentam as causas do problema, em que prevalece, em muitos casos, de projetos neoliberais e privatistas voltadas à mitigação dos efeitos, o que contribui para ocultar a dimensão do problema.

O MST, passa a atuar no Distrito Federal, denunciando o avanço do agronegócio, especulação imobiliária e a grilagem de terras. Ao mesmo tempo, o movimento constrói um projeto de vida, produção e convivência baseada na solidariedade, na agroecologia e na defesa do alimento como direito.

Este capítulo busca analisar como o MST se consolida como território de resistência e de produção, a partir de seu projeto de sociedade, a Reforma Agrária Popular, contribuindo para construção da soberania alimentar no território brasileiro. Especificamente no Distrito Federal, pretende-se compreender como esse projeto vem se materializando por meio dos assentamentos, evidenciando, na prática, que mesmo diante de negligências e adversidades, esses territórios resistem e produzem.

²¹ A insegurança alimentar será tratada no estudo apenas para o entendimento referente à fome no Distrito Federal e não um conceito que iremos trabalhar, por isso, ao tratarmos sobre a insegurança alimentar estamos nos referindo a falta de acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente para sua vida saudável (Brasil, 2022).

3.1 SEGURANÇA ALIMENTAR VS. SOBERANIA ALIMENTAR: DISPUTAS TEÓRICO-CONCEITUAIS E A TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO DISTRITO FEDERAL

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado de forma mais intensa os efeitos da crise climática e da expansão do agronegócio, fatores que moldam a forma como nos relacionamos culturalmente e economicamente com os territórios e influenciam diretamente a dinâmica produtiva dos alimentos. Nesse cenário, o alimento enquanto direito fundamental, deve estar a serviço da humanidade. O ato de se alimentar precisa ser compreendido como um ato político, e não como uma simples mercadoria submetida a interesses de grupos econômicos e corporações que controlam grande parte da cadeia produtiva (Amorim, 2024).

Nessa lógica, observa-se que essas corporações têm promovido o consumo de produtos ultraprocessados, o uso intensivo de agrotóxico e, em muitos casos, a perpetuação de práticas de trabalho análogas à escravidão (Bezerra, 2021). O alimento que deveria expressar relações culturais e de cuidado com a vida e o território, passa a ser subordinado à dinâmica de acumulação (Bezerra, 2021; Zanotto, 2017, Harvey, 2005).

A alimentação ocupa, portanto, posição central nos debates sociais, econômicos e ambientais contemporâneos. Garantir o acesso universal e adequado à alimentação significa assegurar a dignidade da vida humana enquanto direito. Contudo, nas últimas décadas, tem-se observado o agravamento das desigualdades socioambientais, decorrentes da concentração de terra e de renda no país, uma realidade que remonta ao período colonial e ainda determina quem produz, quem acessa e quem lucra com alimento (Baratto, 2017).

A produção espacial de alimentos no Brasil segue a lógica do capital, concentrando os meios de produção, distribuição e comercialização nas mãos de grandes agentes econômicos. Esses agentes passam a definir quem produz, quem acessa e quem lucra com os alimentos, e profundas desigualdades sociais e restringe o acesso da classe trabalhadora a alimentos saudáveis (Silva, 2020). Nesse viés, o alimento, que deveria ser um bem comum, torna-se instrumento de exclusão e controle social.

Nesse debate, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) define a segurança alimentar como o acesso regular a alimentos seguros, nutritivos e em quantidade suficiente para atender às necessidades

alimentares e garantir uma vida ativa e saudável. Trata-se, de um direito humano fundamental, cuja ausência representa uma grande violação da dignidade humana (FAO, 1996).

Entretanto, conforme destaca Bezerra (2021), essa definição é alvo de críticas por não problematizar aspectos essenciais, como as condições de produção dos alimentos, sua origem, qualidade e os modos de produção envolvidos, bem como as relações de poder que estruturam esses sistemas alimentares. Assim, a questão não se limita à escassez, mas envolve o acesso à terra, à água, e às sementes, além das estruturas desiguais que condicionam a produção e a distribuição. Não se trata, portanto, apenas de garantir o consumo, mas de assegurar o acesso a alimentos saudáveis, culturalmente adequados e produzidos de forma sustentável (Zanotto, 2017).

Nessa perspectiva crítica Coca (2017) argumenta que a noção de segurança alimentar busca solucionar problemas gerados pelo próprio capitalismo sem, contudo, modificá-lo estruturalmente. Sendo assim, tende a operar como mecanismo de regulação do mercado agrícola, sem romper com as relações que sustentam a hegemonia das grandes corporações no sistema alimentar global. Trata-se, portanto, de uma proposta voltada à democratização do consumo, e não à transformação estrutural das bases de produção (Coca, 2017).

Em contraposição, surge o conceito de soberania alimentar, formulado pela Via Campesina. Essa perspectiva defende o direito dos povos de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícola, estabelecendo políticas e estratégias sustentáveis de produção distribuição e consumo de alimentos saudáveis, livre de agrotóxicos e baseados no uso de sementes próprias (Bezerra, 2021; Zanotto, 2017; Via Campesina, 1996). Nesse sentido, a soberania alimentar constitui condição para efetivação de uma verdadeira segurança alimentar (Via campesina, 1996; Coca 2017).

A soberania alimentar fundamenta-se em alguns pilares para sua compreensão, onde se destacam: i) a produção de alimentos deve atender ao abastecimento, ii) a valorização e a construção dos conhecimentos e habilidades locais, iii) o respeito com os recursos naturais utilizados na produção dos alimentos e na reprodução dos modos de vida, iv) a preservação dos valores daqueles que estão envolvidos nos processos de produção dos alimentos, v) privilegiar os sistemas alimentares locais, vi) a autonomia dos camponeses de decidirem e controlarem seus próprios sistemas alimentares (Nyéléni, 2007).

Embora frequentemente apresentados como complementares, os conceitos de segurança e soberania alimentar divergem em aspectos centrais quando analisados sob uma perspectiva política. Na lógica da segurança alimentar, o acesso aos alimentos pode ser assegurado inclusive por meio de produtos ultraprocessados, o que o fortalece o monopólio da indústria alimentícia, sem assegurar, contudo, uma alimentação adequada do ponto de vista nutricional, cultural e social (Bezerra, 2021; Zanotto, 2017; Coca, 2016)

Cabe destacar que a segurança alimentar busca enfrentar problemas do sistema alimentar sem romper com as bases estruturais, assumindo um caráter reformista. Já a soberania alimentar avança ao propor transformações nas relações de poder que sustentam a hegemonia do agronegócio e a marginalização de agricultores e indígenas (Coca, 2016).

Ao tratar da soberania alimentar, enfatizam-se as dimensões políticas culturais e territoriais da produção e do consumo, destacando o protagonismo dos povos na definição de seus sistemas alimentares (Bezerra, 2021; Zanotto, 2017). Sob essa perspectiva, o ato de se alimentar reflete a relação de poder, por estar inserido nas dinâmicas territoriais e nas desigualdades socioterritoriais. O alimento, assim, passa a refletir projetos de sociedade, de território e de direitos.

Diante dessa disputa teórico-conceitual, torna-se fundamental compreender como de fato eles se materializam nos territórios. No Distrito Federal, as tensões entre soberania e segurança alimentar ultrapassam o plano teórico e se expressam nas práticas cotidianas de produção, acesso e consumo. A análise do ato de se alimentar permite evidenciar as desigualdades enfrentadas pela população.

3.1.1 O ato de se alimentar no Distrito Federal: entre a segurança e a soberania alimentar

No Distrito Federal, o ato de se alimentar revela-se uma profunda desigualdade socioterritorial e econômica. Em geral, essa prática permanece restrita à lógica da segurança alimentar, frequentemente reduzida ao acesso mínimo à sobrevivência. Nesse sentido, pouco humana e não avança em direção à soberania alimentar, especialmente no papel dos assentamentos do MST na construção de um projeto de soberania alimentar.

O território é marcado por uma configuração que concentra terras e renda, além da predominância de redes varejistas nas regiões administrativas mais vulneráveis.

Nesse contexto, alimentar-se deixa de ser apenas uma necessidade biológica, passa a ser a constituir uma prática social condicionada por fatores como a renda familiar, disponibilidade e acesso de alimentos, atuação de políticas públicas, orçamento e estruturas para distribuição.

Esse quadro se reflete nos indicadores de insegurança alimentar. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD contínua, 2024), apontou que 24,2% dos domicílios brasileiros enfrentam algum nível de insegurança alimentar. Em números absolutos, os dados indicam que 2,5 milhões de domicílios se encontram em situação de fome (PNAD, 2024). Regionalmente, os índices distribuem-se da seguinte forma: 37,7 % no Norte, 34,8% no Nordeste, 20,5% no Centro Oeste, 19,6% no Sudeste e 13,5% no Sul (PNAD, 2024).

Na região Centro Oeste, o Distrito Federal destacou-se negativamente apresentando a maior taxa de insegurança alimentar, que passou de 26% para 27%. Esse aumento indica que uma parcela significativa da população não tem acesso a uma alimentação adequada, para garantir sua sobrevivência (PNAD, 2024). Esse cenário, ilustrado na Figura 11, tem sido amplamente repercutido nos meios de comunicação.

Figura 11: A insegurança alimentar no Distrito Federal

Insegurança alimentar cresce no DF, contrariando padrão de queda do Brasil

Contrário à tendência nacional, DF aumentou insegurança alimentar em 3,5% no último ano

Na contramão do país, DF tem piora em indicador de insegurança alimentar da população

Fonte: Jornal de Brasília (2025); Brasil de Fato (2025), G1 (2025)

Esse percentual indica que mais de um quarto da população do Distrito Federal enfrenta dificuldades no acesso à alimentação adequada, o que torna evidente que a fome e a má alimentação se manifesta em territórios marcados por alta concentração de renda, como o DF. Tal contradição revela a natureza perversa e estrutural da

insegurança alimentar, diretamente associada às desigualdades no acesso à renda, à terra e às políticas públicas.

Além disso, cabe ressaltar que a configuração territorial do DF é marcada pela concentração fundiária, como mencionado nos capítulos anteriores. Nesse âmbito, alimentar-se deixa de ser uma necessidade e passa a ser um ato político que constitui uma prática social profundamente condicionada por fatores como renda familiar, disponibilidade e acesso ao alimento e a efetivação das políticas públicas.

Contudo, ao tratar a segurança alimentar de maneira isolada, corre-se risco de formular políticas públicas desarticuladas da realidade concreta das famílias em situação de vulnerabilidade. A fome não se resume à ausência de alimentos, mas constitui uma expressão das desigualdades estruturais presentes no território, relacionadas à concentração de riqueza e renda, à precarização do trabalho e às limitações no acesso a políticas públicas essenciais. Assim, para compreender a insegurança alimentar no Distrito Federal, é necessário considerar indicadores que revelam a vulnerabilidade social, a distribuição de renda, os investimentos públicos destinados à produção e distribuição de alimentos.

Esses elementos evidenciam não apenas as condições materiais da reprodução da vida, mas também os limites e as contradições das políticas públicas na efetivação da soberania alimentar. Revelam, ainda, como as desigualdades se inscrevem no território e geram distintas formas de privações alimentares.

Embora os dados aqui apresentados já indiquem a magnitude do problema de insegurança alimentar no Distrito Federal, a análise será aprofundada nos subtítulos seguintes, no qual serão destacados indicadores mais detalhados, sendo eles: distribuição territorial da insegurança alimentar, recortes por renda, raça e gênero, bem como a relação com o acesso aos alimentos e às políticas públicas, assim permite uma maior compreensão da configuração da geografia da fome no Distrito Federal.

3.2 DESIGUALDADES SOCIOTERRITORIAIS E A GEOGRAFIA DA FOME NO DISTRITO FEDERAL

O debate sobre soberania alimentar adquire maior concretude quando analisado à luz da realidade do Distrito Federal. Dados do IBGE, por meio da PNAD contínua 2024, indicam que aproximadamente 27% dos domicílios vivenciam algum grau de insegurança alimentar, isso representa um quarto da população vem

enfrentando algum grau de privação ao acesso à alimentação. Em termos absolutos, corresponde em dados absolutos que aproximadamente 47 mil pessoas vivem a forma mais grave, caracterizada pela fome. Esses números evidenciam a persistência de um território marcado estruturalmente por elevada concentração de renda.

Esse fenômeno não se manifesta de maneira uniforme no território. Ao contrário, configura-se como expressão das desigualdades que estruturam o espaço urbano e rural. Trata-se, portanto, de algo socialmente produzido, e precisa ser compreendido não apenas por falta de renda mais por processos de produção e reprodução das desigualdades socioespaciais históricas e geográficas.

Essa realidade revela uma contradição central, embora o Distrito Federal o apresente uma das maiores rendas médias do país, cerca de R\$ 5043,00. Tal condição não se traduz em melhoria generalizada nas condições de vida, mas mascara áreas com grande precariedade. Observa-se, assim, a coexistência entre elevada renda média e acentuada desigualdade social no Distrito Federal (PNAD contínua, 2024).

Nesse contexto, a geografia da fome no Distrito Federal pode ser compreendida a partir da articulação de diferentes indicadores que evidenciam sua distribuição desigual no território. Manifesta-se com maior intensidade nas Regiões Administrativas marcadas por disparidades na renda, no acesso a serviços públicos e nas condições de moradia. Essa dinâmica, revela um território fragmentado, negligenciado e socialmente hierarquizado.

A distribuição de renda domiciliar média entre as Regiões Administrativas (Tabela, 3), evidencia, de forma categórica, essa fragmentação. Áreas como Lago Sul, Lago Norte e Plano Piloto concentram rendas elevadas, enquanto regiões como SCIA/Estrutural, Fercal, Sol Nascente/ Pôr do Sol e Araponga, apresentam rendas próximas ou inferiores ao salário-mínimo. Essa disparidade não pode ser reduzida a um dado estatístico, trata-se, portanto, da expressão territorial de relações desiguais de poder, que definem quem acessa recursos, serviços e oportunidades (Raffestin, 1993).

Tabela 3: Renda média domiciliar mensal do Distrito Federal

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	RENDA MÉDIA DOMICILIAR MENSAL
Água Quente	1824,34
Águas Claras	11642,13
Arapoanga	1671,74
Área Rural	2954,74
Arniqueira	5918,66
Brazlândia	2818
Candangolândia	5799,67
Ceilândia	3235,82
Cruzeiro	7778,56
Fercal	1579,03
Gama	3622,43
Guará	7420,55
Itapoã	*
Jardim Botânico	14394,51
Lago Norte	18551,7
Lago Sul	29802,04
Núcleo Bandeirante	4759,75
Paranoá	1941,69
Park Way	16323,47
Planaltina	1865,65
Plano Piloto	16815,02
Recanto das Emas	2072,96
Riacho Fundo	4991,41
Riacho Fundo II	2340,72
Samambaia	2461,35
Santa Maria	2599,83
São Sebastião	2611,39
SCIA/ Estrutural	1550,93
S. I. A	1998,3
Sobradinho	6753,75
Sobradinho II	4918,68
Sol Nascente / Pôr do Sol	1657,28
Sudoeste e Octogonal	*
Taguatinga	4427,83
Varjão	2004,26
Vicente Pires	6933,43

Fonte: Elaboração própria, Anuário Estático do Distrito Federal, Federal, 2025.

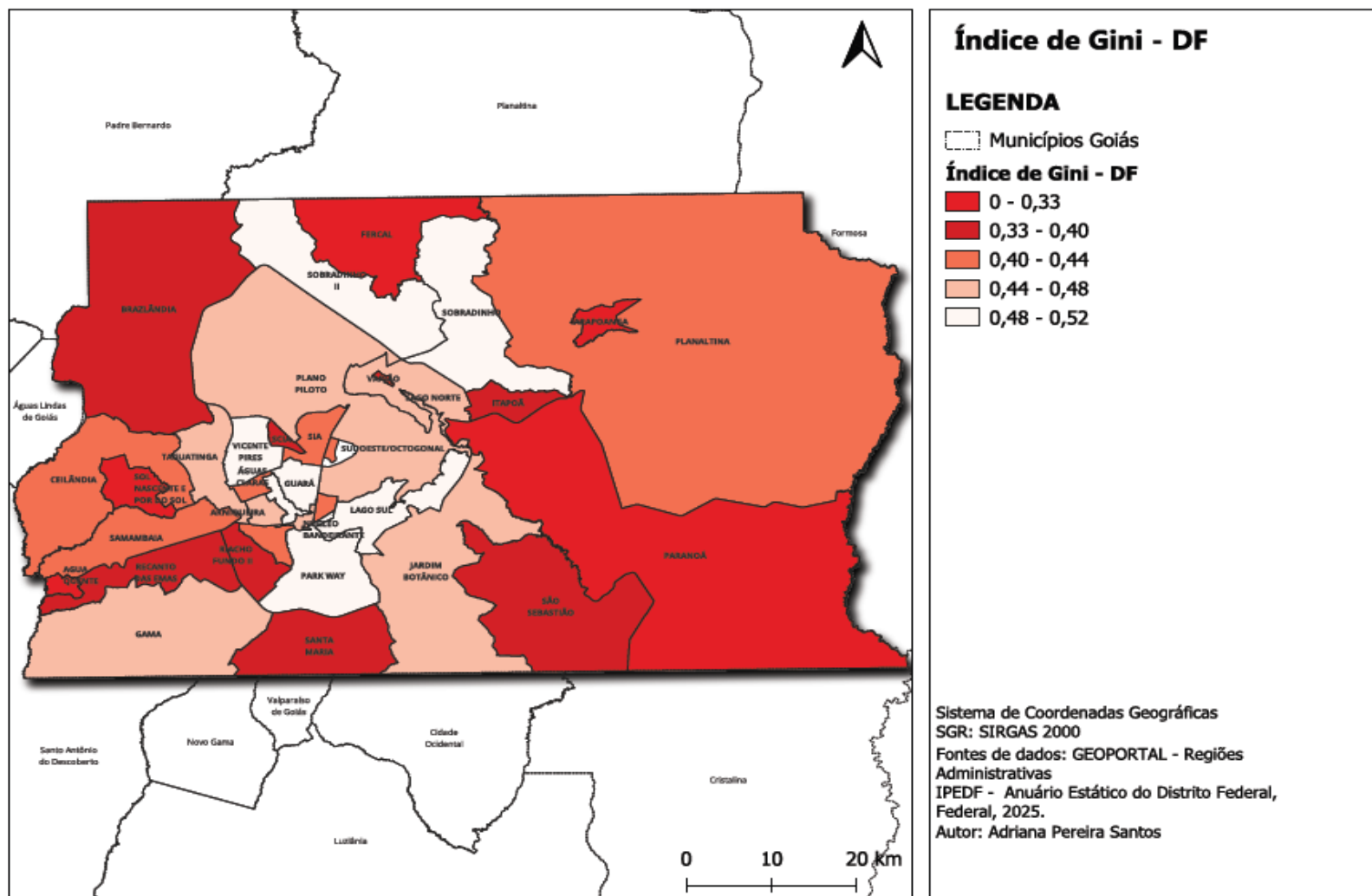
Nesse âmbito, a leitura de Henri Lefebvre (1974) mostra se elucidativa o espaço, longe de ser neutro, é produzido socialmente e expressa as relações de poder

e as estruturas econômicas dominantes. No Distrito Federal, essa produção do espaço, se expressa por meio de uma lógica segregadora, que tende a valorizar e concentrar enquanto outras áreas são marginalizadas o que resulta em um território profundamente desigual.

A renda, portanto, não deve ser compreendida isoladamente, mas sim como parte de uma ampla produção desigual do espaço. Regiões com menores rendimentos tendem a concentrar condições estruturais que a uma alimentação adequada. Ao sistematizar os dados pode ser perceber que essas regiões periféricas ou de expansão urbana seguem um padrão bem definidos, menos renda, moradias precárias, menos presença do Estado e consequentemente sem acesso a acesso e a serviços essenciais. Contudo, esses indicadores não mensuram diretamente a insegurança alimentar, mas com eles podemos ter uma noção das condições que as tornam prováveis.

Ao incorporamos o Índice de Gini (Figura 12), para analisarmos de que medida a renda é concentrada que para além da renda, demonstra como a riqueza está distribuída espacialmente. A partir da leitura da Figura12, podemos inferir que no Distrito Federal existe duas escalas bem claras de concentração de renda. Por um lado, é marcado pelo elevado nível de desigualdade interna, pela forte disparidade de renda entre diferentes regiões, ou seja, regiões com alta renda como Lago Sul, lago norte, Park Way e Plano Piloto. E, por outro lado, configura uma grande contradição com baixos rendimentos como o caso do Varjão, Água quente, Araponga e Paranoá.

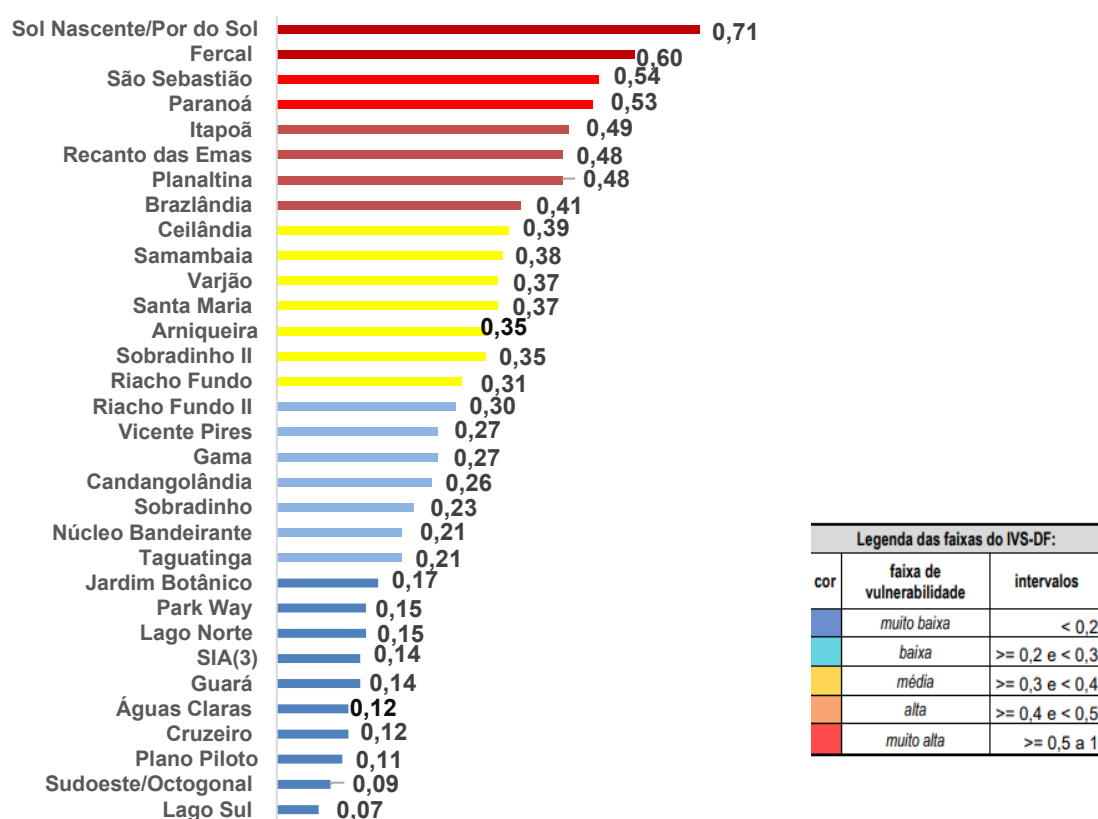
Figura 12: Índice de Gini do Distrito Federal



Regiões como Planaltina, Fercal, Estrutural, Sol Nascente e Pôr do Sol demonstram menores rendimentos médios, logo, concentram condições estruturais que favorecem a ocorrência de insegurança alimentar, pois renda baixa acaba limitando o acesso regular aos alimentos, sobretudo, com menos presença de políticas públicas de acesso a uma boa infraestrutura na região. Enquanto, regiões com alto nível de renda, Lago Sul, Lago Norte e Plano Piloto, ainda que possuam níveis de desigualdades internas, vão apresentar melhores condições de acesso à alimentação.

A análise do índice de vulnerabilidade social (Gráfico 1), reforça a interpretação de um espaço hierarquizado, onde regiões como Sol Nascente/Pôr do Sol, Fercal, São Sebastião e Paranoá apresentam níveis de vulnerabilidade. São regiões que evidenciaram padrões consistentes de desigualdades socioespacial, associado a território com menores rendas médias, maior precarização habitacional e acesse a serviços públicos restritos, como saúde, saneamento básico, mobilidade urbana e assistência social. Enquanto áreas centrais como Lago Sul, Lago Norte, Plano Piloto e Sudoeste Octogonal, concentram os menores índices.

Gráfico 1: Índice de vulnerabilidade social do Distrito Federal



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados relatório de vulnerabilidade do Distrito Federal, 2025.

Outro elemento importante analisado é que a vulnerabilidade não se restringe às áreas de maior criticidade, regiões como Ceilândia, Samambaia, Santa Maria e Sobradinho II apresentam níveis intermediários, ou seja, uma parcela significativa desses territórios apresentou condições de vulnerabilidade. Tais dinâmicas também se fazem presentes em regiões já consolidadas, ainda que com menor intensidade.

É importante destacar que, embora esses indicadores demonstrem a vulnerabilidade social enfrentada, não medem diretamente a insegurança alimentar, mas constituem condições estruturais que contribuem para sua ocorrência, sobretudo nos territórios nos mais vulneráveis. Isso evidencia que a insegurança alimentar expressa em processos estruturais mais amplos de desigualdade social e territorial.

Além disso, o gráfico confirma que a vulnerabilidade tem um gradiente territorial bem definido, no qual áreas geograficamente marcadas por processos de ocupação mais precárias e expansão urbana como podemos citar o Sol Nascente, Pôr do sol, Fercal e Itapoã, que concentram maiores índices de vulnerabilidade, e, consequentemente sofrem com insegurança alimentar, enquanto áreas centrais e de maior renda, como Lago sul, Sudoeste Octogonal, Plano Piloto e Cruzeiro apresentam índices baixos, e passam a refletir melhores condições de infraestrutura, renda e acesso a serviços, logo, apresentam maior segurança alimentar.

A análise combinada desses indicadores permite reafirmar a existência de uma geografia da fome, na medida em que a desigualdade do acesso a alimentação no território é desigual. Mesmo não trazendo os dados diretos da insegurança, eles são dados fundamentais para uma melhor compreensão, uma vez que a renda média familiar é o principal meio de acesso aos alimentos.

A fome, nesse contexto, se expressa como resultado de múltiplas privações. Conforme argumenta Sen (2010), a fome não decorre apenas da escassez de alimentos, mas da negação de capacidades básicas das condições sociais, econômicas e de políticas públicas que permitem às pessoas acessar aquilo que lhes é produzido, e a elas são privados de acesso.

Essa análise também se faz presente nas contribuições de Josué de Castro (1984), quando ele rompe com a ideia de que a fome resulta da carência de alimentos. Ainda segundo o autor, trata-se de um fenómeno de carácter social e político, produzido por estruturas econômicas desiguais e por formas de concentração de terra e de renda, por isso não podemos naturalizar a fome, pois é geograficamente e historicamente construída. Assim, a fome configura-se como um fato multidimensional

e territorializado (Fernandes, 2005), diretamente relacionado à segregação socioespacial e à negação do direito ao território.

A chamada geografia da fome, portanto, não é apenas uma metáfora, mas a materialização espacial das desigualdades. Os indicadores sociais demonstram que, onde menos há presença do Estado na garantia de direitos básicos das famílias, há maior exposição à privação alimentar. A fome deixa de ser apenas uma condição biológica e se configura como um problema político estruturante, relacionado à fome, como o acesso à terra e à renda e às oportunidades distribuídas no território.

Nesse sentido, Coca (2017) argumenta que a lógica capitalista produz o enriquecimento de poucos e a pobreza de grande parte da população, pois a concentração de riqueza e ampliação da pobreza estrutural, sendo a fome um componente importantíssimo dessa premissa. Assim, permite compreender a fome como determinações estruturais de seu modo de produção. Em outras palavras, o capitalismo produz desigualdades espaciais como parte de seu processo de acumulação, promovendo valorização seletiva e, ao mesmo tempo, segregação (Harvey, 1982, 2005; Coca, 2017).

Dessa forma, a geografia da fome no Distrito Federal não pode ser compreendida apenas como coerência, mas como expressão de um modelo dominante de desenvolvimento excludente. O território passa a ser o mediador das desigualdades, definindo quem tem acesso a direitos e quem permanece em regiões periféricas.

É nesse contexto que os assentamentos adquirem centralidade, pois estão localizados em regiões como Planaltina e Brazlândia, RAs marcadas por menor renda e menor valorização fundiária. Esses territórios invertem a lógica dominante de organização do espaço, ao articular produção de alimentos, uso social da terra e organização coletiva, desafiam a estrutura concentradora do território.

Dessa maneira, os assentamentos do MST, desempenham um papel estratégico, para uma nova reconfiguração territorial ao produzir um novo território articulando produção de alimentos e organização coletiva contribuem no tensionamento da geografia da fome com possibilidades concretas apontam novos caminhos na construção de uma sociedade mais justa, priorizando o alimento enquanto direito.

A presença dos assentamentos nessas regiões acaba por trazer à tona contradições importantes, pois não se trata de regiões marcadas por baixos

indicadores, mas que abrigam potenciais produtivos significativos. Contudo, a atuação do governo não tem sido suficiente na produção de alimentos de forma estruturante e sólida. Isso reforça a análise que a fome não decorre da incapacidade de produção, mas das formas desiguais de acesso e controle dos meios onde se produz.

Nesse sentido, A Reforma Agrária Popular emerge como um projeto estruturante que se torna elementos centrais para enfrentar a raiz desse problema, a fome no Distrito Federal. Retomando o argumento de Coca (2017), torna-se evidente que a segurança alimentar não pode ser plenamente efetivada sem a existência da soberania alimentar. Pois, mais do que ampliar a oferta de alimentos, trata-se de democratizar o acesso à terra promovendo uma nova reconfiguração territorial. Desse modo, a soberania alimentar constitui-se como um dos pilares do projeto de sociedade defendido pelo MST, a Reforma Agrária Popular.

3.3 O MST E A REFORMA AGRÁRIA POPULAR: ENQUANTO UM PROJETO POLÍTICO PARA O CAMPO BRASILEIRO

O MST, desde sua criação em 1984, consolidou-se como o principal movimento de massa, uma força política de luta por reforma agrária no Brasil (MST, 2021b). Fernandes (2005) frisa que a ação territorial deve ser entendida como um processo de territorialização, no qual os trabalhadores sem-terra ocupam, resistem e produzem espaço, transformando-o em território camponês.

Esse processo é sintetizado no lema “ocupar, resistir e produzir”, que expressa as dimensões fundamentais da territorialização do MST. A ocupação representa o enfrentamento político e a visibilização do conflito agrário; a resistência refere-se à permanência e consolidação do espaço conquistado, e a produção corresponde à reconfiguração do espaço e à construção de novas relações sociais, econômicas e produtivas (MST, 2021 b).

As ocupações constituem o primeiro passo da luta pela terra, ao reivindicar áreas consideradas improdutivas ou mal utilizadas. Nos acampamentos, o MST organiza a vida coletiva por meio de assembleias, formação política e mutirões, fortalecendo a identidade coletiva e criando as bases para conquistar o reconhecimento institucional (Gasparin, Wintcel e Santos, 2021).

A territorialidade do MST se aprofunda com a criação dos assentamentos, que deixam de ser apenas resultado da conquista da terra e passa a ser a base para a

reorganização da produção, da vida e das relações de trabalho no campo (MST, 2021b).

Como base em Fernandes (2000) e Haesbaert (2020), pode-se afirmar que os assentamentos, configuram-se como espaços de construção coletiva, nos quais cultivam as relações de igualdade, participação democrática e respeito à diversidade. São também territórios educativos, que se articulam e se territorializam com o seu entorno e contribuem para formação social e política dos assentados e assentadas. Nessa perspectiva, o multidimensional da vida, protagonizam novas formas de organização do campo, desempenhando papel essencial de identidade e cultura camponesa (Fernandes, 2005; Haesbaert, 2020).

Essas experiências não constituem como utopias distantes, mas como práticas concretas que transformam o espaço a partir da luta pela terra, da produção e do fortalecimento das identidades camponesas. Nesse processo, o sujeito constrói uma identidade coletiva e camponesa passando a ser Sem Terra com letra maiúscula (Caldart, 2012).

Em 2014, o MST apresentou a proposta de Reforma Agrária Popular durante seu 6º Congresso Nacional, resultado de um amplo debate de reflexão coletiva. Trata-se de um projeto político e estratégico de enfrentamento ao modelo hegemônico do capital e ao avanço do agronegócio no campo. O projeto busca criar condições para acumular forças sociais capazes de promover mudanças estruturais no campo e no conjunto da sociedade (Martins, Nunes e Gasparin, 2021). Sob essa lógica, consolidou-se o lema “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!” (Figuras 13 e 14).

Figura 13: Plenária de debates do 6º Congresso do MST em Brasília



Fonte: Arquivo MST, 2014.

Figura 14: Marcha em Brasília durante o 6º Congresso do MST em Brasília



Fonte: Arquivo MST, 2014

Para Martins, Nunes e Gasparin (2021), essa abordagem redefine a reforma agrária ao concebê-la como um projeto essencialmente popular. Não se trata de uma mudança de nomenclatura, mas de uma transformação em seu conteúdo e direção política, baseada na articulação entre sujeitos do campo, da cidade e outros setores sociais comprometidos com mudanças estruturais. A partir dessa perspectiva, o Quadro 11 sistematiza as principais diferenças entre a reforma agrária clássica, burguesa e popular, destacando seus distintos projetos de sociedade, seus objetivos, estrutura fundiária, relação com a terra, produção agrícola, papel do campesinato, meio ambiente e alimentação.

Quadro 11: Comparação entre as reforma agrárias

Principais Características	Reforma Agrária Clássica	Reforma Agrária Burguesa	Reforma Agrária Popular
Objetivo	Criar condições para o desenvolvimento do capitalismo no campo	Reduzir conflitos no campo	Transformação social
Estrutura fundiária	Parcialmente alterada	Pouco alterada	Democratização
Terra	Meio de produção	Recurso econômico	Bem social e coletivo
Produção agrícola	Mercado interno	Coexistência de dois modelos	Agroecologia
Papel do campesinato	Integração do campesinato ao mercado capitalista	Produção subordinada	Sujeitos coletivos, culturais e políticos
Meio ambiente	Exploração	Exploração	Ocupa posição central a terra passa a ser um bem comum
Alimentação	Produção agrícola voltada ao mercado interno e para indústria	Mercado	Soberania alimentar

Fonte: Elaboração própria, a partir de Stédile, 2012.

Diferentemente das concepções tradicionais de reforma agrária, centradas na terra, frequentemente designadas como reforma agrária clássica ou burguesa, a Reforma Agrária Popular é compreendida como um projeto político, mais abrangente que propõe transformações profundas nas dimensões sociais, econômicas e políticas no campo (MST, 2026; Martins, Nunes e Gasparin, 2021). Trata-se de uma proposta orientada a produzir de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, ancorada em uma matriz tecnológica agroecologia e popular por ser de interessa da classe trabalhadora em contraposição às lógicas do capital (Martins, Nunes e Gasparin, 2021).

Essa abordagem articula a democratização fundiária, a produção de alimentos saudáveis, coma a construção de novas relações sociais, culturais, envolve ainda, o fortalecimento de formas cooperativas, organização da produção, a valorização da cultura, a educação e a saúde no campo (Martins, Nunes e Gasparin, 2021).

Nesse panorama, a luta pela terra ganha centralidade na disputa por um programa agrário alternativo, em oposição a modelos hegemônicos de organização de um projeto político territorial da vida cotidiana dos assentados e assentadas.

Desse modo, a Reforma Agrária Popular consolida-se como um dos principais pilares na defesa da vida no campo. Seus objetivos centrais (Figura 15) destacam a justiça social, produção agroecológica, soberania alimentar, democratização da terra e cultura e memória, orientam práticas e estratégias de resistência que se manifestam tanto na defesa do território quanto na produção de modelos produtivos sustentáveis (MST, 2020).

Figura 15: Objetivos que guiam a Reforma Agrária Popular



Fonte: MST, 2020

Nesse processo, a agroecologia assume papel estratégico. Mais do que um sistema produtivo, constitui uma práxis social enquanto um projeto político que interliga diversas práticas de agricultura camponesa, conhecimentos e processos de produção da ciência e lutas sociais que garantem as condições objetivas de sua realização (Caldart, 2024).

Trata-se de um modo de produção e de vida que valoriza os saberes e a cultura dos territórios. É um modo de vida soberano, um respeito à relação homem natureza. Enquanto uma prática social é um processo vivo de sistematização científico - cultural, ligada a uma transformação histórica da agricultura, ela se constitui como patrimônio

da humanidade (Guhur, Silva, 2021; Caldart, 2021). Assim, promover a agroecologia significa promover resistência, não apenas contra a mercantilização dos bens comuns, mas é também lutar cotidianamente contra a desterritorialização dos camponeses e dos povos tradicionais e originários (Guhur; Silva, 2012).

A Reforma Agrária Popular propõe, assim, uma transformação ampla do campo, articulando a luta pela terra e território, defesa da natureza, produzir alimentos saudáveis em larga escala para toda a classe trabalhadora, plantio permanente de árvores, mecanização da agricultura camponesa e familiar, a cooperação, energia e mineração, educação e escola, saúde, cultura e arte e solidariedade (MST, 2025).

Em síntese, é um projeto de país construído a partir das lutas históricas e da diversidade dos povos do campo, florestas e águas, em diálogo com as populações urbanas (MST, 2025). O MST, apresentou a atualização de seu programa agrário em 2026. Um programa que busca mudanças estruturais na forma de se relacionar com os bens da natureza, na organização da produção, nas relações, nas relações sociais e no uso dos bens comuns da natureza, articulando essas transformações à construção da luta pelo socialismo na forma de materializar os pilares da Reforma Agrária Popular (MST, 2026).

A Reforma Agrária Popular constitui, portanto, uma condição fundamental para a ampliação e consolidação da democracia no país e para construção de um país socialmente soberano e popular (MST, 2026). Contudo, é essencial analisar como esses princípios se concretizam nos assentamentos no Distrito Federal.

3.3.1 Os Assentamentos e a produção agroecológica no Distrito Federal

Os assentamentos no Distrito Federal configuram-se como territórios agroecológicos em disputa, nos quais a luta pela terra, o acesso à terra e a construção de soberania alimentar se articulam de maneira inseparável no âmbito da Reforma Agrária Popular. Apesar de frequentemente negligenciados pelo Governo Distrital, desempenham papel fundamental na produção de alimentos e na construção de territórios como instrumentos de luta e emancipação social. São, portanto, territórios em disputa e (re)existência.

Ao territorializarem sua luta, no espaço agrário do Distrito Federal, o MST não apenas ocupa a terra, mas disputa o uso e sua função social. Essa dinâmica tensiona a forma dominante de apropriação do espaço, promovido pelo agronegócio e a especulação fundiária. A agroecologia deixa de ser apenas uma técnica produtiva e

passa a se constituir como uma estratégia política de enfrentamento ao modelo hegemônico conservador de produção baseado no monocultivo e que promove commodities e em detrimento a produção de alimentos (MST, 2025).

A partir das atividades de campo realizadas durante a Jornada das Mulheres, em Planaltina, e na entrega de maquinário em Brazlândia, territórios onde estão localizados os assentamentos do MST no Distrito Federal, foi possível apreender, de forma mais concreta, a organização social e territorial dos assentamentos. Mais do que eventos pontuais, esses momentos revelaram práticas cotidianas de articulação política, cooperação e resistência no enfrentamento aos conflitos fundiários, marcados grilagem de terras, especulação imobiliária e o agronegócio.

Na observação direta evidenciou-se que a organização dos assentamentos não se limita a dimensão produtiva, mas envolve relações sociais e estratégias de resistência. Durante a Jornada das mulheres (Figura 16), por exemplo, ficou nítido o protagonismo das mulheres na preparação e condução do processo organizativo, na construção de espaços de formação política. Isso indica que a luta pela terra está profundamente vinculada a outras dimensões da vida social, como gênero, raça, trabalho e reprodução social.

Figura 16: Jornada de lutas das mulheres – Assentamento 8 de março Planaltina-DF.



Fonte: Flávia Quirino, 2025.

Já na atividade realizada no assentamento Oscar Niemeyer em Brazlândia (Figura 17), destinada à entrega de maquinários, conquistado por meio de emenda parlamentar da Deputada Federal Erika Kokay (PT-DF), observou-se por um lado a importância dos instrumentos técnicos para a produção, ao mesmo tempo a ausência de políticas públicas contínuas com o intuito de consolidar e fortalecer a produção de alimento.

Figura 17: Entrega de maquinário assentamento Oscar Niemeyer, em Brazlândia



Fonte: Adriana Pereira Santos, 2025.

Essas experiências vivenciadas no campo permitiram compreender o território como um uma construção social e política em permanente disputa. Nesse sentido, o território deixa de ser entendido como uma construção física material e passa a ser concebido como espaço de produção da vida, identidade e resistência. A apropriação territorial pelos assentados configura-se, portanto, como resultado de práticas coletivas que passa a ser conectada com o trabalho, organização política reafirmando o caráter processual e conflituoso de territorialização (Fernandes, 2002; 2005).

Nas visitas à Feira da Ponta Norte (Figura 18), na SQN 216, no Plano Piloto, por sua vez, foi possível ver a materialização das práticas de comercialização e circulação da produção. A feira se apresenta como um espaço, até então, estratégico, de conexão entre o campo e a cidade, no qual se ver a concretização Reforma Agrária Popular. Mesmo diante de condições adversas e da limitação de recursos, e por

vezes, praticamente inexistentes, os assentamentos conseguem desenvolver uma produção de alimentos de forma diversificada, consolidando práticas agroecológicas e circuitos curtos de comercialização.

Figura 18: Variedade de produtos dos Assentamentos comercializados na Feira da Ponta Norte, na SQN 216, no Plano Piloto em Brasília



Fonte: Adriana Pereira Santos, 2025.

Logo, a feira não é apenas um local de venda, mas passa a ser um espaço em que a organização, cultivo da terra e comercialização não garantem apenas renda, mas também constroem, na prática a soberania alimentar e os princípios da Reforma Agrária Popular na diversificação da produção (Quadro 12). Destaca-se ainda, a partir dessas vivências que, essas iniciativas ocorram, em grande medida, diante das ausências do Estado, os movimentos sociais assumem um papel central na organização da produção e da vida nos territórios.

Quadro 12: A produção nos Assentamentos do Distrito Federal

DETALHAMENTO DA PRODUÇÃO									
DESCRIÇÃO DA PRODUÇÃO		ASSENTAMENTO							
		Gabriela Monteiro	Canaã	Oscar Niemeyer	Graziela Alves	Dorohti Stang	Márcio Matos	Pequeno William	Oziel Alves
Produção agrícola principal	Milho	x	x	x	x	x	x	x	x
	Abóbora	x	x	x	x	x	x	x	x
	Feijão	x	x	x	x	x	x	x	x
	Frutas	x	x	x	x	x	x	x	x
	Hortaliças	x	x	x	x	x	x	x	x
	Mandioca	x	x	x	x	x	x	x	x
Produção agrícola complementar transformada	Geleias	x	x	x	x	x	x	x	x
	Conservas	x	x	x	x	x	x	x	x
	Queijos artesanais	x	x	x	x	x	x	x	x
	Farinhas	x	x	x	x	x	x	x	x
	Sequinhos	x	x	x	x	x	x	x	x
	Licor	x	x					x	x
Pecuária	Aves	x	x	x	x	x	x	x	x
	Bovino	x	x						x
Artesanato	Macramê	x	x					x	x
	Objetos decorativos	x	x	x	x	x	x	x	x
	Plantas artesanais para vendas	x	x					x	x
	Colares	x	x	x	x	x	x	x	x
	Tapetes	x	x	x	x	x	x	x	x
	Potes decorativos							x	x

Fonte: Elaboração própria, 2025

A análise da produção nos diferentes assentamentos evidencia uma diversificação produtiva enquanto estratégia de renda e de resistência nos territórios. Observa-se que cultivos básicos como o milho, frutas, mandioca e hortaliças estão entre as práticas produtivas dos assentamentos. Esse padrão diversificação na produção contrapõe a lógica da monocultura protagonizada pelo agronegócio e reforça a Reforma Agrária Popular como o vínculo à agroecologia, diversificação e a produção voltada ao autoconsumo e ao mercado local.

Além da produção *in natura*, destaca-se a presença expressiva de atividade de beneficiamento, como a produção de geleias, conservas, queijos artesanais, farinhas, sequinhos e licores. Esses dados revela um importante avanço na agregação de valor à produção, pois contribui para a geração de renda e autonomia econômica das famílias assentadas.

No que se refere à pecuária, a criação de aves aparece como atividade mais difundida nas áreas, enquanto a produção bovina é mais restrita. Isso pode indicar uma estratégia de produção que não exige muitos recursos financeiros e até mesmo as condições locais, uma vez que a produção de aves exige menos investimento. Tal configuração reforça a diversificação do sistema produtivo e de menor escala, alinhados ao projeto político da Reforma Agrária Popular.

Outro aspecto relevante é a presença de atividade não estritamente a agricultura, como o artesanato macramê objetos de decoração, colares, tapetes e plantas artesanais. Essas práticas ampliam as fontes de renda e evidenciam a multifuncionalidade dos assentamentos que vai além de produção de alimentos, mas a multidimensionalidade da produção.

A luta pela terra representa, portanto, a resistência dos trabalhadores rurais contra a expropriação e subordinação imposta pelo capital, trata-se da produção e reprodução da vida no campo (Oliveira, 2007). No Distrito Federal, essa luta é, antes de tudo, pela dignidade, pela preservação da vida, do meio ambiente, da cultura, da produção de alimentos e pelo direito de existir no seu território, estando diretamente relacionada à construção da soberania alimentar.

Nesse cenário, caracterizado pela forte presença do Estado como detentor de parte significativa das terras, pela pressão urbana e pela expansão do agronegócio, o MST desenvolve estratégias específicas de acesso, permanência e transformação do território. Por meio da organização coletiva, o movimento constrói novas formas de uso e apropriação da terra, que se afirmam como práticas de resistência socioterritorial.

No Distrito Federal, essa dinâmica se expressa na consolidação da Reforma Agrária Popular. Ao produzir alimentos saudáveis destinados ao abastecimento da população local, os assentamentos contribuem para a redução da insegurança alimentar, afirmando a soberania alimentar como processo territorial que articula produção, distribuição e consumo de alimentos.

Logo, a soberania alimentar deixa de ser apenas um princípio teórico, nas práticas cotidianas dos assentamentos. Ao priorizar a produção de alimentos saudáveis, diversificados e culturalmente adequados, esses territórios reafirmam o direito dos povos de decidir sobre o que produzir e consumir (Bezerra, 2021; Zanotto, 2017). Essa dinâmica fortalece circuitos locais de abastecimento e tensiona o modelo dominante, baseado na produção de commodities, evidenciando que é possível

construir sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e enraizados no território (MST, 2026).

Dessa maneira, o acesso à alimentação saudável, enquanto direito, amplia a responsabilidade do Estado em criar políticas públicas estruturantes de combate à fome (Coca, 2017). Mais do que ações compensatórias, essas políticas devem ser permanentes, integradas, e orientadas na promoção da soberania alimentar, assim, se configuram como instrumentos centrais na transformação das condições da vida da população no Distrito Federal.

3.4 POLÍTICA PÚBLICA, COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR NO DISTRITO FEDERAL

Refletir sobre as políticas públicas, enquanto um instrumento de construção da soberania alimentar, implica compreender o Estado como agente estruturador do território. Sob essa ótica, o Estado não atua de forma neutra, mas uma expressão de relações de poder que organiza o espaço e condicionam o acesso aos recursos, à terra e aos alimentos (Lobatto, 1993).

No âmbito dessa análise, o MST adota uma postura crítica em relação ao Estado, compreendendo-o como instrumento de dominação da classe dominante quanto como espaço de disputa. Ou seja, embora seja possível conquistar pequenos avanços por meio de políticas públicas, estas também funcionam como mecanismo de controle social, voltados à manutenção de determinadas formas de organização social (Hadich, 2025).

Logo, a construção de soberania alimentar no Distrito Federal passa necessariamente pela disputa em torno das políticas pública. Torna-se, portanto, tensionar essas políticas para a produção de alimentos saudáveis, baseada na agroecologia, em detrimento da lógica voltada à produção de commodities, como a produção realizada nos assentamentos do MST.

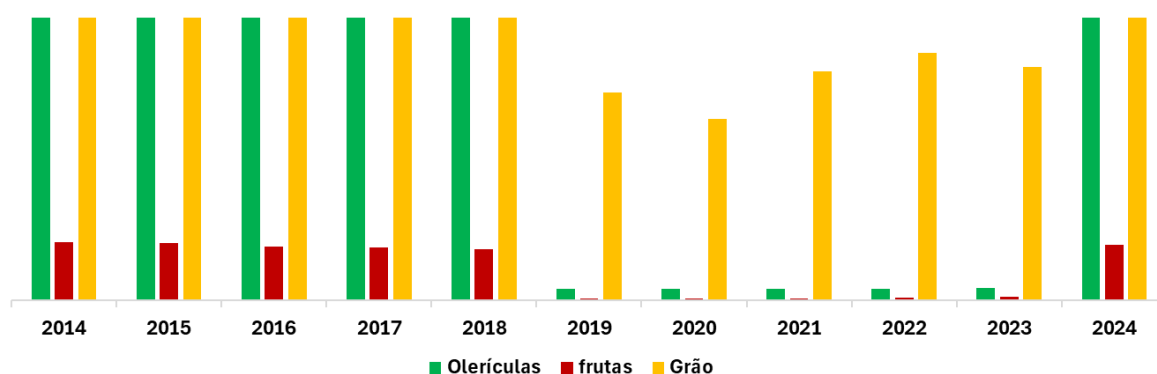
Neste trabalho, política pública é entendida como um conjunto de ações, programas e decisões governamentais, voltadas a melhorias para sociedade (Rosales, 2023). Em governos democráticos, políticas públicas podem promover mudanças estruturais (Rosales, 2023). Quando orientadas pela soberania alimentar, priorizam o combate, garantem o acesso da população a alimentos saudáveis e fortalecem a agricultura local, principalmente os assentamentos.

Um exemplo central nesse contexto é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que integra estratégia de desenvolvimento territorial ao articular produção das famílias do campo. O programa além de ampliar o acesso a alimentos, organizou fluxos econômicos, fortaleceu os circuitos curtos de comercialização, como as feiras, e dinamizou economias locais e proporcionou uma integração com agricultores que eram marginalizados ao mercado institucional (Coca, 2016).

Criado com o objetivo de incentivar a agricultura familiar, o PAA estabelece uma conexão direta entre produção e demanda social, ao adquirir alimentos de pequenos agricultores e destiná-los a população em situação de insegurança alimentar no Brasil (BRASIL, 2003). O programa atua no fortalecimento da produção camponesa e o enfrentamento da fome.

Ao analisarmos a produção agrícola no Distrito Federal, entre 2014 e 2024 (Gráfico 2), evidencia-se de maneira concreta a relevância do PAA como estratégia de produção de alimentos. Observa-se que, nos períodos em que o governo federal, teve uma maior preocupação no combate a fome no país, ele buscou estruturar o programa com recursos e a maior diversidade produtiva.

Gráfico 2: Produção agrícola no Distrito Federal 2014 a 2024



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados Embrapa, 2024.

Nos anos de 2019 a 2022, no governo do presidente Bolsonaro, o PAA sofreu um grande enfraquecimento ou estagnação na produção de alimentos conforme demonstrado no Gráfico 4. A política agrícola passou a priorizar a produção de grãos. A produção de alimentos no território é também condicionada à existência de políticas públicas para baratear o valor do alimento que chegue na mesa de quem

precisa e não pode ser exclusivamente da capacidade produtivas das famílias. O PAA se revela como uma política estruturante e de apoio na produção agrícola.

Por conseguinte, a experiência analisada demonstra como o PAA, enquanto uma política pública estruturante, configura-se como uma estratégia de produção e circulação de alimentos articulada à reprodução social do Campesinato (Vinha e Schiavinatto). Nesse contexto, atua como uma ferramenta de combate à insegurança alimentar, ao fortalecimento da agricultura camponesa nos assentamentos, na geração de renda e na garantia de direitos à alimentação saudável ao promover e articular consumo, produção e comercialização.

Nas análises de Vinha e Schiavinatto (2015), o PAA deve ser compreendido para além de uma política setorial, pois constitui-se como um instrumento estratégico de desenvolvimento territorial. Seu enfoque territorial reposiciona o campesinato como sujeito central no processo de produção de alimentos, reconhecendo a agricultura camponesa como elemento fundamental para a soberania alimentar e para reprodução social, econômica, política, cultural e ambiental dos assentamentos.

Ademais a política contribui para o fortalecimento de estoques estratégico de alimentos, para o fortalecimento das economias locais, ao mesmo tempo, passa a desburocratização dos mecanismos de aquisição institucional de alimentos, amplia a possibilidade de inserção dos assentamentos do MST nos mercados públicos historicamente negados.

Desse modo, ao consolidar o PAA, como política permanente, se torna fundamental não apenas para a promoção de segurança alimentar, mas sobretudo para a construção de modelo de desenvolvimento territorial ancorado na soberania alimentar, na valorização da agricultura e na democratização da produção e abastecimento de alimentos.

No Distrito Federal, surge o seguinte questionamento: quais instrumentos o GDF mobiliza para enfrentar a insegurança alimentar, à luz dos dados apresentados pelo PNAD 2024? Observa-se, que nos últimos anos, diversas políticas emergenciais têm sido implementadas, incluindo política de crédito rural, programa de transferência de renda, conselhos e assistência social voltados ao fortalecimento da agricultura e à política de transferência de renda. Essas iniciativas estão sistematizadas no Quadro 13.

Quadro 13: Política e programas de segurança alimentar no DF

	Programas	Característica
CRÉDITO FINANCIAMENTO	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF	Principal linha de crédito rural do Governo Federal, oferece financiamento com juros baixos para custeio e investimento, com linhas específicas para jovens rurais e mulheres agricultoras. A Emater-DF auxilia na elaboração de projetos e acesso a este crédito.
	Programa de aquisição da Produção da Agricultura - PAPA/DF	Programa do Governo do Distrito Federal (GDF) que realiza a compra direta de alimentos de produtores locais por meio de chamadas públicas, garantindo mercado e geração de renda.
	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):	Iniciativa federal, executada no DF com o apoio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que compra produtos da agricultura familiar para distribuição a entidades socioassistenciais, na modalidade Compra com Doação Simultânea.
	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Garante que escolas públicas do DF sejam abastecidas com produtos da agricultura familiar, assegurando alimentação de qualidade para os alunos e mercado para os produtores locais.
	Emater-DF:	A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF) é fundamental na execução das políticas, oferecendo assistência técnica, capacitação, cursos e oficinas para mais de 18 mil produtores, auxiliando no acesso aos programas e na adoção de boas práticas.
	Programas Locais da Seagri-DF	A Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF) implementa ações diretas, como a distribuição de kits de sementes e o "Programa Preparo de Solo", que visam fortalecer a produção sustentável na região.
PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	Todos Contra a Fome (GDF)	Lançado em 2025, foca na agricultura familiar e no fortalecimento de entidades sociais, incluindo um novo Banco de Alimentos na Ceasa-DF para ampliar o acesso a alimentos frescos.
	Mesa Brasil Sesc	Rede nacional com forte atuação no DF, que coleta doações e distribui alimentos, além de oferecer educação nutricional, conectando doadores e quem precisa.

	Plano Brasil Sem Fome	Estratégia do Governo Federal, articulada pelo MDS, com ações que incluem acesso à renda, alimentação saudável e mobilização social, com eixos no DF e no Brasil todo.
	Programa Prato Cheio	Este é um dos programas de maior destaque, oferecendo um auxílio financeiro mensal de R\$ 250,00, por um ciclo de 18 parcelas para famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, permitindo a compra de alimentos em estabelecimentos credenciados.
	Programa Cartão Gás	Contribui indiretamente para a segurança alimentar ao fornecer um subsídio para a compra do gás de cozinha (GLP 13kg), aliviando o orçamento familiar para outras necessidades básicas, como a alimentação.
	Restaurantes Comunitários	Locais que oferecem refeições a baixo custo para a população, sendo uma fonte importante de alimentação acessível e nutritiva.
	Cestas de Alimentos	A SEDEST-DF disponibiliza cestas básicas em natura para situações emergenciais. Há também a "Cesta Verde", que complementa a alimentação com produtos saudáveis da agricultura urbana do DF
	Banco de Alimentos e Cozinhas Comunitárias	Estas iniciativas ampliam a atuação no combate à fome, recebendo e distribuindo alimentos, e apoiando a preparação de refeições em comunidades.
CONSELHOS	Câmara intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional-CAISAN-DF	Função de articular e coordenar as políticas públicas de segurança alimentar intersetorial
ASSISTÊNCIA SOCIAL	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	Fornece atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Embora o Distrito Federal disponha de um amplo conjunto de políticas públicas voltadas ao combate da fome no Distrito Federal, ainda se mostraram insuficientes. Neste aspecto, basta lembrar dos dados do PNAD, que foram trabalhados nos capítulos anteriores, que enfatizam, não pela sua ausência, mas por ter limites

estruturantes que condicionam sua atuação efetiva. Trata-se, em grande medida de políticas de caráter de mitigação da fome, portanto, não provocam alterações estruturante do problema, pois não provocam alterações nas bases que produzem a insegurança alimentar o que contribui para a permanência das desigualdades e segregação socioespaciais.

Os programas de créditos, por exemplo, são ações fragmentadas, o crédito, produção, comercialização e assistência social precisam operar de maneira articulada entre si. Quando isso não ocorre existe um comprometimento de uma estratégia integrada de combate à fome, reduzindo o alcance das políticas no território.

Outra questão importante a ser mencionada são os programas como cesta básica, restaurantes comunitários e auxílios financeiros eles atuam de maneira emergencial alívio imediato da fome, mas não têm incidência de fato sobre as causas estruturantes, como a desigualdade de renda, o acesso à terra e a precarização das condições de trabalho. A subordinação das políticas voltadas a um modelo alimentar dominante, orientado a produção de grãos e pela lógica do agronegócio.

Além da ausência de uma política estruturante e efetiva, para o enfrentamento da insegurança alimentar, há uma disputa pelo orçamento. Embora o orçamento total do Distrito Federal esteja apresentando crescimento contínuo entre 2020-2025, passando de 26,01 bilhão para 39,40 bilhão, o percentual destinado à produção de alimentos permaneceu inalterado e estável, variando entre 0,6% e 0,8% (Tabela 4). Esse cenário revela que mesmo diante da insegurança alimentar não existe uma prioridade na produção de alimentos no Distrito Federal.

Tabela 4: Orçamento do Distrito Federal e investimento em agricultura 2020 – 2025

ORÇAMENTO 2020 A 2025		
ANO	Orçamento Total (bi)	Investimento na agricultura (%)
2020	26,01	0,8
2021	26,87	0,7
2022	31,02	0,6
2023	32,98	0,6
2024	35,78	0,7
2025	39,40	0,6

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da controladoria do GDF 2020 a 2025

O valor destinado à agricultura não distingue os diferentes modelos de produção que disputam o orçamento. Essa disputa limita, por exemplo, o fortalecimento de uma política pública voltada à soberania alimentar, o que torna perceptível que a grande questão, além de um orçamento precário, está diretamente ligada ao que é prioridade ao GDF.

Sob o olhar geográfico, a construção da soberania alimentar no Distrito Federal requer mais que transferência de renda. Requer organização territorial e espacial da produção e do consumo, o fortalecimento da agricultura camponesa e inclusão estratégica dos assentamentos locais e em seu entorno nas políticas públicas voltadas à viabilização de alimentos saudáveis com preços acessíveis a toda população.

O PAA exemplifica uma política pública estruturante que contribuiu para o enfrentamento da fome, ao definir objetivos claros e orçamento específicos. O GDF deve garantir orçamento e ações voltadas ao acesso a alimentos saudáveis para quem realmente precisa, evitando que políticas se limitem ao assistencialismo ou apenas a valorização do PIB.

Pensar a política pública como um instrumento de concretização da soberania alimentar é refletir o papel do Estado na consolidação de direitos. O ato de se alimentar expressa a cultura, identidade, pertencimento e dignidade territorial de um povo. Assim, a soberania alimentar no Distrito Federal, precisa reconhecer que produzir, distribuir e consumir alimentos saudáveis é um ato político.

Dessa maneira, as políticas públicas quando analisadas demonstraram insuficiência não por sua existência, mas pela incapacidade de enfrentar, de maneira estruturada, articulada e integrada territorialmente capazes de promover não apenas ao acesso ao alimento, mas transformar as condições de produção, distribuição e consumo, pois esses são os alimentos centrais para a construção da soberania alimentar.

Portanto, a política pública não deve apenas responder à insegurança alimentar conjuntural, não pode ser reduzida a políticas compensatórias ou setoriais, mas construir ferramentas de transformação territorial na estrutura agrária e no modelo de produção de alimentos. A consolidação da soberania alimentar, no Distrito Federal, depende da capacidade do GDF articular, planejar a produção em um projeto que reconheça o alimento como direito e o território como construção política como a Reforma Agrária Popular.

3.5 SOBERANIA ALIMENTAR COMO PLANEJAMENTO TERRITORIAL NECESSÁRIO PARA COMBATER A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO DISTRITO FEDERAL

A compreensão da soberania alimentar enquanto estratégia de planejamento territorial, decorre do reconhecimento que a insegurança alimentar no Distrito Federal não se limita apenas a um problema de acesso aos alimentos. Conforme ficou destacado ao longo da pesquisa, seja pelos dados coletados nos órgãos institucionais quanto pelos diálogos e visitas de campo, trata-se, portanto, de uma expressão das desigualdades socioespaciais que marcam o território e revelam uma grande divisão entre o centro e regiões mais periféricas, o urbano e o rural, quem produz e quem consome alimentos.

Nesse âmbito, o enfrentamento à fome exige ir além de políticas de alívio imediato, que tendem a atuar de maneira a mascarar as causas estruturais do problema sem incidir de maneira a solucioná-lo. Torna-se necessário a implementação de políticas públicas integrada e que sejam capazes de articular produção, distribuição e o consumo de alimentos saudáveis, bem como promover a geração de renda e trabalho digno para a população no Distrito Federal.

Sob essa perspectiva, a soberania alimentar, apresenta-se como um conceito primordial a ser apropriado e materializado. Ao defender o direito dos povos de decidir sobre seus sistemas alimentares, incluindo o que se produz, como produz e para quem se produz (Zanotto, 2017, Bezerra, 2021). Esse conceito passa a ser amplo para o entendimento sobre a insegurança alimentar, evidenciando sua natureza territorializada, ou seja, sua produção está relacionada às condições sociais, econômicas e políticas que passa a estruturar os territórios.

Dessa maneira, a soberania alimentar transforma totalmente a forma de compreender a como se debate a produção no campo, ao inseri-la no âmbito do planejamento territorial, envolvendo o uso da terra, a organização da produção e a construção de circuitos curtos de abastecimento de alimentos com preços mais justos e saudáveis. Nesse sentido, a soberania alimentar constitui-se como uma estratégia de reorganização territorial, pois envolve relações de poder bem como a forma de uso e a produção do território.

Logo, pensar a soberania alimentar, como planejamento territorial é reconhecer que o acesso à alimentação em quantidade e qualidade, constitui um direito

fundamental, diretamente relacionado à forma como se produz, apropria e organiza o território. Assim, o alimento não pode ser tratado como uma ação isolada, mas deve ser compreendido a partir de um conjunto articulado de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial.

Os dados coletados durante a pesquisa demonstram diversos entraves enfrentados pelas famílias assentadas. Podemos destacar: dificuldade de acesso ao crédito, insuficiência de assistência técnica e as limitações na distribuição e logística da produção. Também foram identificadas a baixa ou a inexistência de mecanização, a escassez na produção de sementes e de bioinsumos e insuficiência de políticas públicas voltadas a produção de alimentos. Esses elementos não são apenas limitações técnicas, mas deixam claro as desigualdades institucionais às políticas públicas.

Ao mesmo tempo, observou-se que no Distrito Federal, as desigualdades socioterritoriais evidenciam uma geografia marcada por contrastes, enquanto persistem situações de insegurança alimentar, existem assentamentos do MST e em seu entorno com potencial produtivo significativo. Nesse contexto, os assentamentos do MST do Distrito Federal e da RIDE-DF como base produtiva estratégica, e podem atuar com objetivo de ampliar a oferta de acesso a uma alimentação saudável para a população em situação de vulnerabilidade.

Nesse sentido, a estruturação de uma rede alimentar territorializada, mostra-se, portanto, um caminho promissor para a reorganização do sistema agroalimentar no Distrito Federal. Trata-se, portanto, de uma proposta para que se crie condições concretas para a materialização da soberania alimentar, a partir da integração e articulação entre produção, distribuição e consumo, tendo como base a agricultura camponesa e agroecológica dos assentamentos do MST no Distrito Federal.

Para sua efetivação, é fundamental articular instrumentos estruturantes de políticas públicas, como a consolidação efetiva de ampliação dos mercados institucionais, o PAA e o consolidação de iniciativas distritais como o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA DF. Somando-se a isso o fortalecimento e ampliação circuitos curtos de comercialização, por meio de feiras locais, cooperativas e equipamentos públicos que promovem a segurança alimentar e abastecimento.

Também destaca a necessidade de maior integração entre o campo e a cidade por meio dos restaurantes comunitários e cozinhas solidárias, bem como melhoria das

condições produtivas nos assentamentos. Isso inclui acesso a crédito rural adequado às famílias assentadas, assistência técnica continuada, infraestrutura logística, mecanização apropriada, produção de sementes e bioinsumos e um apoio a política à transição agroecologia. Nesse sentido, tal conjunto de ações implica reconhecer a produção camponesa não como complementar, mas como eixo basilar de uma política pública voltada à soberania alimentar.

Além disso, foram identificadas lacunas em políticas de redução de custos e na existência de linha de crédito específica para a produção alimentos agroecológicos e cooperado. No que se refere a comercialização, se destaca a ausência de incentivos fiscais como isenção de impostos mais amplo como o imposto sobre circulação e serviços ICMS, para os produtos orgânicos e o imposto sobre serviços de qualquer natureza ISSQN para atos cooperados.

Nesse processo, o GDF assume papel de agente planejador e articulador, sendo responsável por articular políticas de crédito, assistência técnica, logística, infraestrutura e comercialização, de modo a fortalecer os assentamentos enquanto territórios estratégicos para abastecimento alimentar. Isso implicaria reconhecer a produção camponesa não como complementar, mas como eixo basilar de uma política pública voltada à soberania alimentar.

Por fim, é importante considerar a constituição de uma rede alimentar territorializada não é a resposta imediata ao problema da fome, mas a constituição de uma estratégia de reconfiguração estrutural e planejada do sistema agroalimentar no Distrito Federal. Trata-se de propor a um projeto territorial contra-hegemônico, no qual a soberania alimentar se concretiza por meio dos assentamentos do MST como sujeitos centrais na produção de alimentos, pois passam a reconfigurar as relações de produção, distribuição e acesso aos alimentos, contribuindo assim para a efetivação do direito à alimentação no Distrito Federal.

Dessa forma, não passa a ser mais uma política pública, a soberania alimentar se afirmar como um princípio de planejamento territorial orientado a reduzir as desigualdades socioespaciais e a efetivação do direito à alimentação adequada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória desenvolvida ao longo da dissertação permitiu responder o objetivo proposto. Neste aspecto, compreender o processo de formação do MST no Brasil e sua territorialidade no Distrito Federal está diretamente vinculado à luta histórica pela democratização do acesso à terra, sendo que a luta pela terra constitui um elemento central para compreensão das dinâmicas estruturais que organizam o território. Tais dinâmicas produzem desigualdades e sustentam a insegurança alimentar, expressando contradições enraizadas no processo fundiário, que é marcado pela concentração de terra e de renda e pela priorização de um modelo agrícola voltado à acumulação.

Ao investigar o processo de formação e territorialização e atuação do MST no Distrito Federal, a pesquisa constatou que o acesso à reforma agrária não pode ser reduzido à obtenção de terra. Trata-se da consolidação de novas formas de territorialidades, nas quais a terra adquire novos usos, formas de organização produtiva e de vida coletiva. Sendo assim, a democratização da terra é, portanto, condição necessária, ainda que insuficiente, para o enfrentamento das estruturas que produzem a fome.

No que se refere ao objetivo identificar os principais conflitos e as disputas territoriais, que impactam diretamente nos assentamentos do MST no Distrito Federal, como consequência da especulação imobiliária, grilagem de terra e o avanço do agronegócio, evidenciou que práticas como a grilagem, especulação imobiliária e pelo avanço do agronegócio mantêm os assentamentos em permanente tensão. Essas disputas extrapolam o plano econômico, envolvendo dimensões políticas e simbólicas, por envolver diferentes projetos que envolvem o campo e de sociedade. Nesse cenário, a Reforma Agrária Popular assume centralidade por articular as dimensões da vida como questões históricas, econômicas, sociais, ambientais, sociais, políticas e culturais do território.

Com relação à caracterização assentamentos do MST no Distrito Federal a partir das dimensões histórica, cultural, econômica, social, política e ambiental, pode-se destacar que, mais do que espaços de produção, os assentamentos constituem-se como territórios de construção de identidade, de resistência e de reprodução e produção de modos de vida camponês tendo como princípio práticas coletivas e, orientados pela agroecologia.

Em relação aos desafios enfrentados pelos assentados e assentadas no que se refere às políticas públicas, a comercialização da produção, a infraestrutura e à permanência nos territórios conquistado, demonstrou limitações estruturais relacionadas ao acesso a crédito rural, insuficiência de assistência técnica, limitações distribuição e logística, baixa ou nenhuma mecanização, escassez na produção de sementes e produção de bioinsumos. Tais dificuldades impactam diretamente a capacidade produtiva, a geração de renda e a permanência das famílias assentadas nos territórios.

No que refere à contribuição das práticas produtivas e a organização dos assentamentos contribuem para a construção da soberania alimentar no Distrito Federal, constatou-se que as práticas produtivas e a organização dos assentamentos contribuem de forma significativa para a construção de soberania alimentar no Distrito Federal.

Ao adotar a agroecologia na produção de alimentos saudáveis e a organização coletiva do trabalho demonstram que os assentamentos se constituem como experiências concretas de um modelo contra hegemônico de produção. Desse modo, o MST desempenha papel central, pois articula a luta pela terra e a construção de um projeto territorial, a Reforma Agrária Popular, orientado pela soberania alimentar onde reafirma o alimento como ato político e direito e não mercadoria.

A soberania alimentar, emerge enquanto um horizonte político, ao não se restringir ao acesso ao alimento, mas propor um projeto territorial, que afirma o direito coletivo dos povos do campo em decidir sobre a produção, a distribuição e consumo. Nesse sentido, o alimento é reafirmado como direito essencial à vida e não como mercadoria.

Enquanto planejamento territorial, a soberania alimentar exige um conjunto integrado de políticas públicas voltadas à produção agroecológica, crédito rural adequado, infraestrutura e a consolidação de redes alimentares com seu entorno. Dessa forma, necessita de prioridade orçamentária e do reconhecimento do MST como parte constitutiva do campo no Distrito Federal.

A pesquisa também evidencia que o Distrito Federal, embora amplamente associado ao imaginário urbano, possui um campo vivo, dinâmico e frequentemente invisibilizado. Esse campo não é resquício, mas parte constitutiva do território. Nesse contexto, os assentamentos analisados Gabriela Monteiro, Canaã, Pequeno Willian, Oziel Alves, Oscar Niemeyer, Graziela Alves, Dorothy Stang e Márcio Matos

desempenham papel estratégico ao romper com a lógica capitalista no campo, produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, reexistência, construção identitária e fortalecimento de práticas agroecológicas. O MST, embora frequentemente alvo de estigmas e interpretações distorcidas, revela-se fundamental para a construção de uma política de soberania alimentar para o Distrito Federal, contribuindo para democratização do acesso à terra, organização coletiva e ao fortalecimento do protagonismo camponês.

As práticas produtivas e a organização interna dos assentamentos revelam que a soberania alimentar e a Reforma Agrária Popular não são abstrações teóricas, mas materializam, ainda sob limites e contradições, um projeto alternativo ao modelo agrícola capitalista. Ao adotar a agroecologia, fortalecer formas cooperadas de trabalho e, principalmente a produção de alimentos saudáveis.

Da luta pela terra ao acesso à reforma agrária revela-se, portanto, um movimento socioterritorial que vai para além da conquista do território, mas na construção de novas territorialidades. Logo, se a fome é um produto das relações históricas e geográficas do espaço, sua superação depende de transformações estruturais na forma como a terra é distribuída, utilizada e a assimilação das políticas públicas. Sendo assim, medidas assistencialistas, são necessárias em um contexto de emergência, mas não alteram as bases já estabelecidas que produzem a insegurança alimentar no Distrito Federal.

Conclui-se que a atuação do MST no Distrito Federal contribui essencialmente para a compreender as possibilidades de enfrentamento da insegurança alimentar. Pois, ao disputar território e organizar os assentamentos afirmam a Reforma Agrária Popular como projeto político de sociedade, colabora para a construção de um planejamento territorial orientado pela soberania alimentar. Neste viés, projeto em constante disputa, mas que aponta para a necessidade de democratizar o acesso à terra, fortalecer a agricultura camponesa e as políticas públicas sob a centralidade do direito à alimentação saudável.

Por fim, a pesquisa reafirma que o combate à insegurança no Distrito Federal não pode estar dissociado da questão agrária. A soberania alimentar, enquanto horizonte político e territorial, surge como possibilidade concreta de justiça social no campo e a garantia do direito à alimentação saudável. Assim, mais que garantir o acesso ao alimento, trata-se de disputar o território e afirmar a alimentação saudável

como um direito e essencialmente como condição para a construção de um Distrito Federal mais justo.

Como desdobramento desta pesquisa, propõe-se a realização de estudos mais aprofundados entre o Distrito Federal e outras regiões que possuem experiências consolidadas na aquisição de alimentos a partir dos assentamentos do MST. O objetivo é identificar estratégias eficazes de organização e abastecimento de alimentos. Além disso, torna-se fundamental analisar a efetivação de políticas públicas voltadas à soberania alimentar, especial nos mecanismos de crédito, e na oferta de assistência técnica.

Destaca-se ainda a necessidade de ampliar de maneira mais profunda a análise da relação entre planejamento territorial e soberania alimentar em contextos urbanos e periurbanos, como o Distrito Federal, com a intensão de integrar formas mais efetivas entre o campo e cidade no enfrenta das desigualdades socioespaciais e fortalecer sistemas alimentares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENTEJANO, Paulo; CHUVA, Luiza. Território. in: ALENTEJANO, Paulo; CHUVA, Luiza et al. **Dicionário de agroecologia e educação** (Org.). Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/Expressão Popular, 2021, p.750-755.
- AMORIN, Jaime. **Desafios atuais da soberania alimentar**.IN: LAZARRAGA, Patrícia; FILHO, Jorge Pereira. Atlas alimentares do Cone Sul (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2024.
- BARATTO, Marcos Antônio Ribeiro da. **Questão agrária e luta pela terra: a consolidação dos assentamentos de Reforma Agrária do MST no Distrito Federal e Entorno**. Tese (Doutorado em Políticas Sociais), Universidade de Brasília- UnB, Programa Pós-graduação em Políticas Sociais, Brasília, 2017.
- BARROS, Janderson dos Santos. **História e desafios do Agitprop no MST – Distrito Federal e entorno**. Brasília, 2017, TCC, curso de licenciatura em Educação do Campo, Universidade de Brasília- UnB.
- BEZERRA, I. **Soberania e segurança alimentar e nutricional**. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (Orgs). Dicionário de agroecologia e educação. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/Expressão Popular, 2021. p. 714 - 719.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasil, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: dez. 2025.
- Brasil. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm. Acesso em Jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Saúde, **Insegurança alimentar e nutricional**. Brasília, dezembro de 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 Dez. 2025.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CALDART, R. S. **Educação do Campo e Agroecologia**. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (Orgs). Dicionário de agroecologia e educação. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/ Expressão Popular, 2021.

- CALDART, R. S. **A construção histórica do conceito de metabolismo e a agroecologia**. São Paulo, Expressão popular, 2024.
- CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da educação do campo: no campo da construção/destruição e disputa/conflitos de território/territorialidades**. Revista Nera, vol 22, n°. 48, p. 38-57, UNESP, 2019.
- CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **Jean Brunhes: A atualidade de um geógrafo do início do século XX**. Revista movimentos sociais e dinâmicas espaciais. Volume 06, N° 1. Recife, 2017.
- CASTRO, Josué. **A geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: 10ª Edição. Revista Antares, 1984.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **A Soberania alimentar através do Estado da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm To Cafeteria Canadá (F2CC), no Canadá**. Tese - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, 2017.
- COSTA, E.; SCARLATO, F. (2019). **Geografia, método e singularidade revisada no empírico**. GeoUSP, Espaço e tempo (online), 23(3), 640-661. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.161552>
- CUNHA, Tássio Barreto Cunha. **Do oculto ao invisível: Terra- água - trabalho e o conglomerado territorial do agrohidronegócio no oeste da Bahia**. Programa de pós-graduação em geografia. Centro de estudos de geografia do trabalho. São Paulo. UNESP, 2017.
- DERNTL, Maria Fernanda. **Brasília e seu território: a assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 22, n. 47, p. 142-146.
- DISTRITO FEDERAL. CODEPLAN. **Agricultura Familiar no Distrito Federal: Dimensões e Desafios**. Brasília, 2015.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - **SEAGRI. Plano de desenvolvimento rural sustentável do Distrito Federal – DF Mais Agro**, 2022.
- DOURADO, A. C. G. **A agricultura urbana do Distrito Federal: Contextos e reflexões sobre as ruralidades em meio urbano**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, UNB, Brasília, 2015.

FAO. **Declaração de Roma sobre segurança alimentar mundial e plano de ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. Roma, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA- ano 8, n. 6. São Paulo, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando no território dos territórios**. IN: PAULINO, Eliane Tomiasi, FABRINI, João Edmilson. Campesinato em Disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p 273-302.

GASPARIN, Geraldo; WILTCEL, Rosmeri; SANTOS, Marina Santos. **Acampamento e Assentamento**. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (Orgs). Dicionário de agroecologia e educação. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/Expressão Popular, 2021. p. 23-28.

GUHUR, Dominique SILVA, Nívia Regina da. et al. **Agroecologia**. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (Orgs). Dicionário de agroecologia e educação. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/ Expressão Popular, 2021.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialidade**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade**: Um debate. Universidade Federal Fluminense. Setembro, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Do corpo - território-corpo (da terra) contribuições decoloniais**. Geografia, vol 22, n.48. Niterói, 2020.

HADICH, Ceres Luisa Antunes; MIANI, Rozinaldo Antônio. **Políticas públicas no Brasil**: construção e desafios do Programa de produção de alimentos. In: VI congresso internacional de políticas públicas e serviço social: desafios contemporâneos, VII seminário nacional de território e gestão de políticas sociais VI Congresso de direito à cidade e justiça ambiental. Londrina PR, maio de 2026, ISSN: 2966-0416. Não publicado.

HAVEY David. **A produção Capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo:Annablume, 2005.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IVONEIDE, **Antônia Melo Silva, Terra, conflito e disputa**: Significados da titulação em assentamentos rurais do Ceará. Universidade Estadual do Ceará. Curso de graduação em Serviço Social. Fortaleza, 2018

LEFEBVRE, H. **Teoria do conhecimento e problema do conhecimento**, In: Lógica formal, lógica concreta (1975). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p 49-89.

LOBATO, Roberto Corrêa. **O espaço urbano**. Editora Ática- São Paulo, 1989.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. In: STÉDILE, João Pedro (Orgs.). **A questão agrária no Brasil**: interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?** São Paulo, 16 jul. 2021. Página MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/> . Acesso em: 15 Dez. 2025.

MST. **Cartilha “Programa de Reforma Agrária Popular**. São Paulo, 2025.

MST. **Caderno de subsídios do MST**. BA, Salvador, 2026.

MST. Caderno de formação nº 54 - **O MST como força política**. São Paulo, 2021b.

MARTINS, Adalberto; NUNES, Débora; GASPARIN, Geraldo. **Reforma Agrária Popular**. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (Orgs). Dicionário de agroecologia e educação. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/Expressão Popular, 2021. p. 635-641.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A questão agrária brasileira: da colônia ao governo Bolsonaro**. Expressão Popular, São Paulo, 2022.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Paul Singer e Reginaldo Sat’ Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. Livro III, vol. V.

A questão agrária no Brasil: interpretações sobre camponês e o campesino.

MAURO, Rogério Antônio. **A expansão do agronegócio e suas dinâmicas socioeconômicas e territoriais no Centro- Oeste Brasileiro**. Goiânia, 2021.

MOREIRA, Ruy. **A geografia serve para desvendar máscaras sociais**. IN: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia: teoria e crítica**. O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

NYÉLÉNI. **Declaração de Nyéléni**: Fórum Mundial pela soberania alimentar. Sélingué, Mali 2007. Disponível: <https://nyeleni.org/en/homepage/>. Acesso em: 20 de maio de 2026.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia agrária e as transformações territoriais no campo brasileiro**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Novos caminhos da Geografia*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2005. P. 63-107.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do camponês brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. Estudos avançados, V.15 n. 43. São Paulo, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Universidade FEEVALE, Rio Grande de Sul, 2013.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo- SP. Editora Ática, 1993.
- ROCHA, Luiz Augusto. **Modernização e diferenciação social (o caso do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal - PAD/DF)**. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.
- ROSSALES, Lucas. **As diferenças entre política pública e social no contexto brasileiro**. Coisa pública. Universidade Federal de Pelotas, RS, 2023.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 2006.
- SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, Marcos Aurélio. et al. **Por uma abordagem territorial**. IN: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. 1º Edição. São Paulo. Editora: Expressão Popular, 2009.
- SOUZA, Marcos Aurélio et, al. **“Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. 1º Edição. São Paulo. Editora: Expressão
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta e Ricardo Doninelli Mendes. Campanha de bolso, 2010.

SILVA, Joseli Maria et al. **Construindo a Ciência**: elaboração crítica de projetos de pesquisa. Curitiba: pós-escrita, 2009.

SILVA, Luan do Carmo. et al. **Questões socioespaciais da produção de alimentos**. In: RÓTULO, Tatiane; SILVA, Thiago de Faria; HAMID, Sônia Cristina; SILVA, Luan do Carmo; PIMENTEL, Giuliane da Silva (et al. org.). Laboratório de cultura e história da alimentação, práticas de educação e pesquisa, vol. 1. IFB. Brasília, 2020.

SOBREIRO, Filho José. **Os movimentos em pedaços e os pedaços em movimentos**: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses. Dissertação de mestrado. Universidades Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, SP, 2013.

SOBREIRO, Filho José. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics**: Produção do espaço, redes e lógica - racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente, 2016.

SOUZA, M. A. **Território usado, rugosidade sobre o espaço banal**. Brasília: Editora: Patry ter, 2019. Volume 2, nº4, pp 1-17.

SOUZA, Marcos Aurélio et, al. **“Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. 1º Edição. São Paulo. Editora: Expressão Popular, 2009

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária**. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (Orgs). Dicionário de agroecologia e educação. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/Expressão Popular, 2021. p. 627-633.

STÉDILE, João Pedro. (Org.) **A questão agrária no Brasil: Programas Reforma Agrária (1946-2003)**. v.3.São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VIA CAMPESINA – declaração de 1996 – **Soberania Alimentaria, un futuro sin hambre**. Um folheto apresentado durante a Cumbre Mundial sobre Seguridad Alimentaria e Fórum de Organizações Não Governamentais, em novembro de 1996, em Roma, Itália.

VINHA, Janaína Francisca de Souza campos; SCHIAVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e território camponeses: Uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos PAA**. Revista NERA, Presidente Prudente, 2015, v. 18, n.26, p.183-203.

ZANOTTO, Rita. **Soberania alimentar como construção contra - hegemônica da Via Campesina: experiências no Brasil e na Bolívia**. Dissertação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Programa de Pós-graduação em desenvolvimentos territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2017.

ANEXO

ANEXO I: OFÍCIO Nº 1017/2025- ETR/PRESI/GABIN – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO



Governo do Distrito Federal
Empresa de Regularização de Terras Rurais S.A.
Presidência
Gabinete

Ofício Nº 1017/2025 - ETR/PRESI/GABIN

Brasília-DF, 22 de agosto de 2025.

À Senhora

Raquel Fonseca da Costa

Chefe de Gabinete

Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap

Assunto: Assentamento

Senhora Chefe de Gabinete,

1. Cumprimentando-a cordialmente, e em atenção ao Ofício 134 (178725992), que encaminha o requerimento formulado pela Sra. Adriana, referente a pedido de informações para elaboração de sua dissertação de mestrado em Geografia na Universidade de Brasília (UNB), nos seguintes termos: "(...) *Como é a política de titularidade de terras agrícolas no Distrito Federal? Dê que forma os assentamentos do MST, serão beneficiados ou eles sofreram com essa política?*", apresentamos os esclarecimentos a seguir.

2. Atualmente vigora no âmbito do Governo do Distrito Federal duas políticas de regularização terras, uma regida pela Lei 5.803/2017 (Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - Terracap) e outra instituída pela lei 1.572/1997, que criou o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais - PRAT.

3. Assim, no tocante ao questionamento: "***como é a política de titularidade de terras agrícolas no Distrito Federal, aclaramos que:***

a) a ETR regulariza ocupações com base nos requisitos da Lei 5.803 de 11 de janeiro de 2017 e Decreto 43.154 de 29/03/2022;

b) a SEAGRI cria projetos de assentamentos rurais em áreas da Terracap por intermédio da Lei do PRAT nº 1.572 de 22 de julho de 1997, regulamentada pelo Decreto 45.138 de 01/11/2023;

4. Nesse sentido, destaca-se a titulação de terras de ambas as políticas é feita por meio de Contrato de Concessão de Uso, sendo que no caso das áreas contempladas pelo PRAT, todo processo administrativo é feito pela SEAGRI, sendo apenas o Contrato de Concessão feito pela ETR S.A, após a aprovação da ocupação e produção por um período 2 anos.

5. Vale informar que o Distrito Federal possui áreas de dominialidade de 3 esferas: Terracap, Distrito Federal e União, sendo cada um delas responsável pela regularização e titularização de suas propriedades.

6. No tocante à pergunta: ***Dê que forma os assentamentos do MST, serão beneficiados ou eles sofreram com essa política?***", entende-se que a política de assentamento do PRAT não foi criada para atendimento específico de um movimento social, mas sim para fomentar a integração das políticas de desenvolvimento dos assentamentos rurais do seu território, unificando procedimentos e a atuação dos órgãos governamentais no atendimento das demandas dos trabalhadores rurais.

7. Oportunamente, destaca-se a manifestação da SEAGRI, por meio do despacho da Diretoria de Políticas Sociais Rurais, que transcrevemos em parte:

"A SEAGRI/DF é responsável pela gestão do **Programa de Assentamento dos Trabalhadores Rurais – PRAT**, criado pela Lei Distrital nº 1.572/1997 e regulamentado pelo Decreto nº 45.138/2023.

O acesso ao programa ocorre somente por meio de **chamamento público**, conforme regras previstas em edital.

Não há exigência de vínculo com movimentos sociais, como o MST, para participar do programa."

8. Não obstante, a demanda foi remetida à Gerência de Acertamento Registrário e Parcelamento Rural desta Empresa para manifestação, a qual trouxe aos autos os seguintes esclarecimentos:

A titulação de terras rurais é o processo pelo qual o Estado brasileiro regulariza a posse de um imóvel rural, conferindo ao ocupante o título de proprietário ou posseiro legítimo. Esse procedimento é fundamental para garantir a segurança jurídica do produtor rural, promover o desenvolvimento socioeconômico e ordenar a ocupação do território nacional. *No Distrito Federal, a regularização fundiária das ocupações rurais é regida pela Lei 5.803/2017, que estipula o regramento e condições para que o legítimo ocupante histórico possa ser devidamente reconhecido, sendo emitido o Contrato de Concessão de Uso para áreas cujas matrículas ainda não estão individualizadas, Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, para imóveis rurais com matrículas individualizadas, possibilitando o registro das posses em cartório, Escritura de compra e venda, para os casos de matrículas individualizadas e contratos já firmados em que a TERRACAP (proprietária das fazendas públicas) decide abrir a opção de compra, sendo um ato discricionário da mesma.*

Quanto ao impacto nos assentamentos do MST, a política de regularização fundiária também abrange os assentamentos por meio da Lei nº 1.572/1997, que cria o Programa de Assentamento para Trabalhadores Rurais - PRAT. *A regularização das ocupações rurais evidencia os espaços vazios e de potencial agrícola para que sejam disponibilizados para que a Secretaria de Estado de Agricultura - SEAGRI destine para assentamento, seja de qualquer movimento.*

9. Por todo exposto, informa-se que o escopo de atuação desta Empresa limita-se à gestão e regularização fundiária de terras públicas rurais do Distrito Federal, pertencente à Terracap e/ou daquelas transferidas pela União por força de lei, ou incorporadas, por quaisquer meios legais, ao patrimônio da controladora, conforme disposto no artigo 4º do Estatuto Social da ETR S.A.

10. Assim, considerando as informações prestadas, restituem-se os autos à Terracap, com sugestão de encaminhamento à Ouvidoria dessa Companhia, para ciência das informações e adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,

Anderson Assis de Melo

Chefe de Gabinete

Empresa de Regularização de Terras Rurais - ETR S.A.



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON ASSIS DE MELO - Matr.30000045, Chefe de Gabinete**, em 25/08/2025, às 15:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **179548898** código CRC= **2FAC2374**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
ST SAM BLOCO F - Bairro ASA NORTE - CEP 70620-000 - DF
Telefone(s): 61 33421968
Sítio

APÊNDICE

APÊNDICE A: QUADRO BASES TEÓRICAS DA PESQUISA

Autores	Contribuição para dissertação	Livros estudados
Ruy Moreira	Metodologia do trabalho	MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais . IN: MOREIRA, Ruy (org.). Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.
Karl Marx		MARX, Karl. O capital: crítica da economia política . Tradução de Paul Singer e Reginaldo Sat' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. Livro III, vol. V.A questão agrária no Brasil: interpretações sobre camponês e o campesino.
Cleber Cristiano Prodanov		PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico . Universidade FEEVALE, Rio Grande de Sul, 2013
Cláudio Castilho		CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Jean Brunhes: A atualidade de um geógrafo do início do século XX . Revista movimentos sociais e dinâmicas espaciais. Volume 06, N° 1. Recife, 2017.
Tássio Barreto Cunha		CUNHA, Tássio Barreto Cunha. Do oculto ao invisível: Terra-água - trabalho e o conglomerado territorial do agrohidronegócio no oeste da Bahia . Programa de pós-graduação em geografia. Centro de estudos de geografia do trabalho. São Paulo. UNESP, 2017.
José Filho Sobreiro		SOBREIRO, José Filho. Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentions politics : Produção do espaço, redes e lógica - racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente, 2016.
Eliseu Savério Spósito		SPÓSITO, Eliseu Savério. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico . São Paulo: Editora UNESP, 2004.
Joseli Maria Silva		SILVA, Joseli Maria et al. Construindo a Ciência: elaboração crítica de projetos de pesquisa . Curitiba: pós-escrita, 2009.
Maria Adélia Souza		SOUZA, M A. Território usado, rugosidade sobre o espaço banal . Brasília: Editora: Patry ter, 2019. Volume 2, n°4, pp 1-17
Everaldo Costa e Francisco Scarlato		COSTA, E.; SCARLATO, F. (2019). Geografia, método e singularidade revisada no empírico . GeoUSP, Espaço e tempo (online), 23(3), 640-661. https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.161552
Milton Santos	Espaço geográfico,	SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço . Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 2006.
Henri Lefebvre		LEFEBVRE, H. Teoria do conhecimento e problema do conhecimento , In: Lógica formal, lógica concreta (1975). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p 49-89.
David Harvey		HARVEY, David. A produção Capitalista do espaço . Tradução de Carlos Szlak. São Paulo:Annablume, 2005.

Bernardo Mançano Fernandes	território e territorialidade	FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA- ano 8, n. 6. São Paulo, 2005.
Rogério Haesbaert		HAESBAERT, Rogério. O Mito da desterritorialidade: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. _____ Território e multiterritorialidade: Um debate. Universidade Federal Fluminense. Setembro, 2007.
Claude Raffestin		RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo- SP. Editora Ática, 1993.
Rodrigo Simão Camacho		CAMACHO, Rodrigo Simão. O território como categoria da Educação do campo: no campo da construção/destruição e disputa/conflitos de território/territorialidades. Revista Nera, vol 22, n°. 48, p. 38-57, UNESP, 2019.
Paulo Alentejano		ALENTEJANO, Paulo; CHUVA, Luiza. et al. (Org). Dicionário de agroecologia e educação. in: ALENTEJANO, Paulo; CHUVA, Luiza. Território. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/Expressão Popular, 2021, p.750-755.
Marcos Aurélio Saquet	Configuração territorial, questão agrária e conflitos territoriais	SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007. _____ et al. Por uma abordagem territorial. IN: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos. 1º Edição. São Paulo. Editora: Expressão Popular, 2009. SOUZA, Marcos Aurélio et, al. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In:SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos. 1º Edição. São Paulo. Editora: Expressão
Milton Santos e Maria Laura Silveira		SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura Silveira. O Brasil: Território e sociedade no início do Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
João Pedro Stédile		STÉDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (Orgs). Dicionário de agroecologia e educação. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/Expressão Popular, 2021. p. 627-633.
		_____. (Org.) A questão agrária no Brasil: Programas Reforma Agrária (1946-2003). v.3.São Paulo: Expressão Popular, 2005.
Distrito Federal		DISTRITO FEDERAL. CODEPLAN. Agricultura Familiar no Distrito Federal: Dimensões e Desafios. Brasília, 2015.
		_____. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI. Plano de desenvolvimento rural sustentável do Distrito Federal – DF Mais Agro, 2022.
Luiz Augusto Rocha		ROCHA, Luiz Augusto. Modernização e diferenciação social (o caso do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal - PAD/DF. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

Maria Fernanda Derntl		DERNTL, Maria Fernanda. Brasília e seu território: a assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites . Cad. Metrop., São Paulo, v. 22, n. 47, p. 123-146.
Dourado		DOURADO, A. C. G. A agricultura urbana do Distrito Federal: Contextos e reflexões sobre as ruralidades em meio urbano . 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, UNB, Brasília, 2015.
Paulo Alentejano		ALENTEJANO, Paulo; CHUVA, Luiza. et al. (Org). Dicionário de agroecologia e educação . in: ALENTEJANO, Paulo; CHUVA, Luiza. Território. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/Expressão Popular, 2021, p.750-755.
Bernardo Mançano Fernandes		FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA- ano 8, n. 6. São Paulo, 2005.
David Harvey		HARVEY, David. A produção Capitalista do espaço. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.
Roberto Corrêa Lobato		LOBATO, Roberto Corrêa. O espaço urbano . Editora Ática- São Paulo, 1989
Rogério Antônio Mauro		MAURO, Rogério Antônio. A expansão do agronegócio e suas dinâmicas socioeconômicas e territoriais no Centro- Oeste Brasileiro . Goiânia, 2021.
Ariovaldo Umbelino de Oliveira	Movimentos sociais e socioterritoriais, MST e Reforma Agrária Popular	OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais no campo brasileiro . In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). Novos caminhos da Geografia. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2005. P. 63-107.
		_____. A longa marcha do camponês brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária . Estudos avançados, V.15 n. 43. São Paulo, 2001.
Marcos Baratto		BARATTO, Marcos Antônio Ribeiro da. Questão agrária e luta pela terra: a consolidação dos assentamentos de Reforma Agrária do MST no Distrito Federal e Entorno . Tese (Doutorado em Políticas Sociais), Universidade de Brasília- UnB, Programa Pós-graduação em Políticas Sociais, Brasília, 2017.
Adalberto Martins		MARTINS, Adalberto Floriano Greco. A questão agrária brasileira: da colônia ao governo Bolsonaro . Expressão Popular, São Paulo, 2022.
Bernardo Mançano Fernandes		FERNANDES, Bernardes Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes 2000.
		_____. Entrando no território dos territórios. IN: PAULINO, Eliane Tomiasi, FABRINI, João Edmilson. Camponato em Disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p 273-302. FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA- ano 8, n. 6. São Paulo, 2005.

		_____. Entrando no território dos territórios. IN: PAULINO, Eliane Tomiasi, FABRINI, João Edmilson. <i>Campesinato em Disputa</i> . São Paulo: Expressão Popular, 2008. p 273-302.
MST		MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST? São Paulo, 16 jul. 2021. Página MST. Disponível em: https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/ . Acesso em: 15 Dez. 2025.
		_____. Cartilha “Programa de Reforma Agrária Popular . São Paulo, 2025.
		_____. Caderno de formação n° 54 - O MST como força política. São Paulo, 2021.
		_____. Caderno de subsídios do MST . BA, Salvador, 2026.
Janderson Barros		BARROS, Janderson dos Santos. História e desafios do Agitprop no MST – Distrito Federal e entorno . Brasília, 2017, TCC, curso de licenciatura em Educação do Campo, Universidade de Brasília- UnB.
José Filho Sobreiro		SOBREIRO, Filho José. Os movimentos em pedaços e os pedaços em movimentos: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses. Dissertação de mestrado. Universidades Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, SP, 2013.
Roseli Caldart		CALDART, R. S. <i>Pedagogia do Movimento Sem Terra</i> . 4° edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012. _____. <i>Educação do Campo e Agroecologia</i> . In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (Orgs). <i>Dicionário de agroecologia e educação</i> . Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/ Expressão Popular, 2021. _____. <i>A construção histórica do conceito de metabolismo e a agroecologia</i> . São Paulo, Expressão popular, 2024.
Dominique Silva Guhur e Nívia Regina		GUHUR, Dominique, SILVA, Nívia Regina da. et al. Agroecologia . In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (Orgs). <i>Dicionário de agroecologia e educação</i> . Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/ Expressão Popular, 2021.
David Harvey		HARVEY, David. <i>A produção Capitalista do espaço</i> . Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.
Antônia Ivoneide		IVONEIDE, Antônia Melo Silva, Terra, conflito e disputa: Significados da titulação em assentamentos rurais do Ceará. Universidade Estadual do Ceará. Curso de graduação em Serviço Social. Fortaleza, 2018
Rogério Haesbaert		HAESBAERT, Rogério. Do corpo - território-corpo (da terra) contribuições decoloniais . Geografia, vol 22, n.48. Niterói, 2020.
Geraldo Gasparin; Rosmeri Wiltcel E Marina Santos Santos		GASPARIN, Geraldo; WILTCEL, Rosmeri; SANTOS, Marina Santos. Acampamento e Assentamento . In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (Orgs). <i>Dicionário de agroecologia e educação</i> . Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/Expressão Popular, 2021. p. 23-28.

Adalberto Martins; Débora Nunes; Geraldo Gasparin		MARTINS, Adalberto; NUNES, Débora; GASPARIN, Geraldo. Reforma Agrária Popular . In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (Orgs). Dicionário de agroecologia e educação. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/Expressão Popular, 2021. p. 635-641.
Amartya Sen	Alimentação, políticas públicas, segurança alimentar e soberania alimentar	SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta e Ricardo Doninelli Mendes. Campanha de bolso, 2010.
Jaime Amorin		AMORIN, Jaime. IN: LAZARRAGA, Patrícia; FILHO, Jorge Pereira. Atlas alimentares do Cone Sul (Org.) . São Paulo: Expressão Popular, 2024.
		VIA CAMPESINA – Llamado de La Vía Campesina - “La agricultura campesina es una solución verdadera a la crisis climática” 2015. Disponível em: https://viacampesina.org/es/index.php/acciones-yeventos-mainmenu-26/cambios-climcos-y-agro-combustibles-mainmenu-79/2468-la-viavampesina-llamado-a-la-accion-para-la-cop21-en-paris . Acesso em: 26/04/2025. VIA CAMPESINA – declaracion de 1996 – Soberania Alimentaria, un futuro sin hambre . Um folheto apresentado durante a Cumbre Mundial sobre Seguridad Alimentaria e Fórum de Organizações Não Governamentais, em novembro de 1996, em Roma, Itália.
Brasil		BRASIL. (Constituição 1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 . Brasil, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: Dez. 2025.
		_____. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.696.htm . Acesso em Jan. 2026.
		_____. Ministério da Saúde, Insegurança alimentar e nutricional . Brasília, dezembro de 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional?utm_source=chatgpt.com . Acesso em: 10 Dez. 2025.
Lucas Rossales		ROSSALES, Lucas. As diferenças entre política pública e social no contexto brasileiro . Coisa pública. Universidade Federal de Pelotas, RS, 2023.
Josué de Castro		CASTRO, Josué. A geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço . Rio de Janeiro: 10ª Edição. Revista Antares, 1984.
Estevan Leopoldo Coca		COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. A Soberania alimentar através do Estado da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm To Cafeteria Canadá (F2CC), no Canadá . Tese - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, 2017.

Ceres Hadich	HADICH, Ceres Luisa Antunes; MIANI, Rozinaldo Antônio. Políticas públicas no Brasil: construção e desafios do Programa de produção de alimentos. In: VI congresso internacional de políticas públicas e serviço social: desafios contemporâneos, VII seminário nacional de território e gestão de políticas sociais VI Congresso de direito à cidade e justiça ambiental. Londrina PR, maio de 2026, ISSN: 2966-0416. Não publicado.
IBGE	IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
Luan do Carmo Silva	SILVA, Luan do Carmo. et al. Questões socioespaciais da produção de alimentos. In: RÓTULO, Tatiane; SILVA, Thiago de Faria; HAMID, Sônia Cristina; SILVA, Luan do Carmo; PIMENTEL, Giuliane da Silva (et al. org.). Laboratório de cultura e história da alimentação, práticas de educação e pesquisa, vol. 1. IFB. Brasília, 2020.
Islândia Bezerra	BEZERRA, I. Soberania e segurança alimentar e nutricional. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (Orgs). Dicionário de agroecologia e educação. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio/Expressão Popular, 2021. p. 714 - 719.
FAO	FAO. Declaração de Roma sobre segurança alimentar mundial e plano de ação da Cimeira Mundial da Alimentação. Roma, 1996.
Rita Zanotto	ZANOTTO, Rita. Soberania alimentar como construção contra - hegemônica da Via Campesina: experiências no Brasil e na Bolívia. Dissertação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Programa de Pós-graduação em desenvolvimentos territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2017.
Via Campesina	VIA CAMPESINA – declaracion de 1996 – Soberania Alimentaria, un futuro sin hambre. Um folheto apresentado durante a Cumbre Mundial sobre Seguridad Alimentaria e Fórum de Organizações Não Governamentais, em novembro de 1996, em Roma, Itália.

Fonte: Elaboração própria, 2024 e 2025.